

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – UFRJ

**Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFCH
Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e
Ecologia Social – EICOS**

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SINDICATO,
IDENTIDADE SINDICAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE
PARA BANCÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS**

ELZA FRANCISCA CORRÊA CUNHA

Rio de Janeiro

2006

**A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE SINDICATO,
IDENTIDADE SINDICAL E CONSCIÊNCIA DE CLASSE
PARA BANCÁRIOS E SERVIDORES PÚBLICOS**

por

ELZA FRANCISCA CORRÊA CUNHA

Tese apresentada ao Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO – EICOS/UFRJ – como requisito parcial à obtenção do grau de doutor.

ORIENTADORA : Profa. Dra. MARIA LÚCIA ROCHA COUTINHO

Rio de Janeiro

2006

BANCA EXAMINADORA

Membros Titulares

Profa. Dra. Maria Lúcia Rocha Coutinho

Profa. Dra. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Profa. Dra. Márcia do Amaral

Prof. Dr. Edison Rodrigues Barreto Junior

Prof. Dr. Jose Abdalla Helayël - Neto

Rio de Janeiro

2006

Ficha Catalográfica

Corrêa Cunha, Elza Francisca

A construção do conceito de sindicato, identidade sindical e consciência de classe para bancários e servidores públicos/ Elza Francisca Corrêa Cunha. – Rio de Janeiro: UFRJ/ EICOS, 2006.

xi, 162 f.; 31cm.

Orientadora: Maria Lúcia Rocha Coutinho

Tese (doutorado) – UFRJ/ Instituto de Psicologia/ Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social, 2006

Referências Bibliográficas: f. 153-157

1. Construção de Conceito. 2. Sindicalismo Brasileiro. 3. Identidade Sindical. 4. Consciência de Classe.

I. Rocha Coutinho, Maria Lúcia. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ Estudos Interdisciplinares de Comunidade e Ecologia Social. III. Título.

Dedico esta Tese à Classe Trabalhadora.

AGRADECIMENTOS

A toda(o)s a(o)s militantes sindicais que com tanta fraternidade nos forneceram significativos espaços de seu precioso tempo, sem os quais esta pesquisa não teria se realizado.

À Professora Doutora Maria Lúcia Rocha Coutinho, por sua orientação segura, a nossa grande admiração e carinho, pela sua sabedoria e perspicácia ao nos apontar aspectos tão decisivos para esta tese. Pelo exemplo profissional e pelo seu brilhantismo intelectual, meu eterno agradecimento.

À Universidade Federal de Sergipe e ao seu Departamento de Psicologia por nos liberarem de nossas atividades acadêmicas, privando-se desta forma, durante todo este período de nossa colaboração.

À Coordenadora do EICOS, Professora Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, pela força e entusiasmo com que desenvolve as árduas tarefas de coordenação deste importante Centro Universitário.

Às professoras e professores doutora(e)s Márcia do Amaral, Maria Stela Araújo de Albuquerque Bergo, Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Jose Abdalla Helayël Neto e Edison Rodrigues Barreto Junior que fraternamente nos colocaram em suas lotadas agendas e se dispuseram a analisar nosso trabalho, participando de nossa banca de doutorado, o que certamente muito enriquece nosso trabalho.

A Pró-Reitoria de Pós Graduação (POSGRAP) da Universidade Federal de Sergipe, pela bolsa concedida, que muito contribuiu para a viabilização desta tese.

Ao André, Mina e Sofia cujos questionamentos, dúvidas e necessidades nos dão a oportunidade de crescermos juntos e assim nos tornarmos muito melhores.

A toda família, minhas desculpas por tantas ausências e todo o meu carinho.

Às irmãs e irmãos que já não podem nos incentivar com seu sorriso e com seu forte abraço.

À minha mãe Edith, cuja força e entusiasmo, tem sido um exemplo de vida e para quem minhas vitórias, em nenhum momento, foram motivos de dúvidas.

Ao José Augusto, que com seu carinho, seu enorme companheirismo, transforma nossa relação a cada dia e em cada tarefa dividida, em algo mágico e absolutamente indispensável na minha vida.

A todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o êxito do meu curso de Doutorado.

Muito Obrigada.

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo estudar como militantes e dirigentes sindicais brasileiros dos setores de serviços público e bancário constroem o seu conceito de sindicato, como se relacionam os elementos conceituais e os elementos da consciência política, bem como pontuar características do perfil da(o) sindicalista. Para tanto, foi aplicado um questionário a cinquenta e um militantes sindicais e, a partir das respostas a esses questionários, elaboramos o roteiro de entrevistas a ser por nós utilizado. Dos militantes que responderam ao questionário, oito deles foram, então, selecionados para serem entrevistados e os textos resultantes da transcrição de e os seus depoimentos foram submetidos a uma análise do discurso. Das falas dos entrevistados emergiram duas categorias de análise que denominamos a construção do conceito de sindicato e aspectos do perfil da(o) sindicalista.

Pudemos observar, a partir dos depoimentos de nossos entrevistados, que a militância sindical, para o grupo investigado, modificou qualitativamente o conceito de sindicato que a(o) ativista tinha no início de sua militância. Em um primeiro momento, em geral, os elementos conceituais se baseavam preponderantemente na busca de soluções pessoais, corporativas e econômicas. Com a militância, segundo o que pudemos constatar, foram acrescentados, em geral, outros elementos que se destinam à busca de soluções para questões mais amplas, voltadas para o coletivo da classe trabalhadora.

No que se refere ao perfil da(o) sindicalista, os entrevistados apontaram dois tipos de perfis sindicais que, segundo eles, diferenciariam em termos das formas de vivenciar a militância. Um dos perfis por eles identificado foi o dos trabalhadores que adotam, principalmente, táticas e estratégias de participação e negociação com as autoridades patronais e do Estado. O outro perfil é o daqueles militantes cuja atuação tem por base o questionamento do poder, de modo geral, e a utilização de táticas de confronto e enfrentamento com o mesmo.

ABSTRACT

The main goal of this research work is to investigate how Brazilian militants and trade union leaders working in the public administration and in the bank system build up their own concepts of trade union, how the conceptual elements and the political awareness are related to one another and how to highlight a number of characteristics of the general profile of a trade union associated. For that, one has worked with a sample of fifty one trade union militants e, from their answers to a questionnaire submitted to them, a guide of interviews has been sorted out. Among those who answered the questions, eight have been picked out to be actually interviewed, and the texts elaborated from their personal answers have undergone a speech analysis. From this methodological procedure, there emerged two categories of analysis we refer to as the construction of the trade union concept and the aspects of the features of a trade union associated.

We have been able to conclude, from our interviews, that the militancy in the trade unions have qualitatively modified the concept of trade union the militant had before the beginning of his (her) militancy. In general, at a first moment, the conceptual elements were mainly based upon the search for isolated individual solutions, reflecting the corporation and economical nature. After their commitment to the trade union, we could notice that other elements have been added up which indicate the search for solutions to questions of a wider spectrum and pointing to the collective aspects of the working class.

As for the profile of the trade union associated, the interviews seem to suggest two types of trade union profiles that, according to the interviewed elements, would differ from each other in terms of the ways to experience their militancy. One of them mainly adopt mechanisms and strategies of participation and negotiation with the employing authorities and the State. The other one encompasses those militants whose procedure of action is based on the questioning of power, in general, and on the adoption of tactics of confrontation and tension with the latter.

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO.....	11
II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
Capítulo 1 - A Formação da Consciência de Classe	18
1.1 - A Formação de Conceitos	18
1.2 - O Processo de Consciência e a Consciência de Classe	20
Capítulo 2 - Aspectos Conjunturais da Organização Política dos Trabalhadores Brasileiros.....	27
2.1 - A Classe Operária em Movimento.....	27
2.1.1 - Momentos da Classe Operária Internacional.....	27
2.1.2 - O Movimento Operário Brasileiro até 1930.....	31
2.1.3 - O Movimento Sindical Brasileiro entre 1930 e 1964.....	36
2.1.3.1 - Implantação e Manutenção da Estrutura Sindical Corporativa.....	36
2.1.3.2 - A Conjuntura Econômica-Política entre 1945 e 1964.....	41
2.2 - Classe Trabalhadora Versus Ditadura Militar.....	46
2.2.1 - Antecedente Políticos e Econômicos do Golpe Militar.....	46
2.2.2 - Os Pilares do “Milagre Econômico”: Arrocho Salarial, Rotatividade no Emprego e Pesada Repressão aos Sindicatos.....	49
2.2.3 - O Declínio do Regime Militar - Fatores Sociais, Políticos e Econômicos.....	54
2.2.4 - As Reações do Movimento Sindical à Ditadura.....	55
2.2.4.1 - O Novo Sindicalismo e as Greves.....	55
2.2.4.2 - O Novo Sindicalismo e As Comissões de Fábricas.....	61
Capítulo 3 - Estrutura e Modelo do Movimento Sindical Brasileiro	67
3.1 - As Articulações Contrárias à Estrutura Sindical.....	67
3.2 - As Centrais Sindicais Brasileiras	71
3.2.1 - O Primeiro CONCLAT e a Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).....	72
3.2.2 - As Centrais Gerais de Trabalhadores (CGTs).....	73
3.2.3 - A Força Sindical.....	74
3.2.4 - As Demais Centrais Sindicais.....	75
3.3 - Mudanças na Estrutura Corporativista e no Modelo Sindical Brasileiro.....	77
3.4 - A Crise do Sindicalismo Brasileiro.....	82
III - A PESQUISA.....	92
1 - Coleta de Dados.....	95
2 - Análise dos Dados.....	100

2.1 - Categoria de Análise I: Construção do Conceito de Sindicato.....	104
2.2 - Categoria de Análise II: Aspectos do Perfil da(o) Sindicalista.....	127
3 - Considerações Finais.....	141
IV – CONCLUSÕES.....	151
V – BIBLIOGRAFIA.....	156
VI – ANEXOS.....	162
Anexo I: Questionário.....	165
Anexo II: Roteiro das Entrevistas.....	

I - INTRODUÇÃO

Esta pesquisa teve por objetivo estudar a construção do conceito de sindicato em militantes e dirigentes sindicais brasileiros, de diversas bases sindicais das áreas dos serviços público e bancário, com pelo menos um ano de militância. Assim, entrevistamos estes militantes e sindicalistas, a fim de melhor observarmos como eles vêem o sindicato, que táticas e estratégias de luta adotam e/ou adotariam em diferentes situações, relacionando-as com aspectos da sua consciência política. Neste sentido, nosso roteiro incluiu questões que se referiram desde o início da militância de nossos entrevistados até a atualidade, para que pudéssemos detectar os fatores que mais contribuíram para a modificação de suas posturas, analisar possíveis correlações de seu conceito com as representações de consciência de classe e, ainda, pontuar características relevantes dos perfis sindicais.

Os processos de conceituação do sindicato e de conscientização política remetem a questões não só pragmáticas, mas também às de fundo teórico e ideológico, em que entram em cena diversos níveis de conhecimento. O pensamento, como um liame em todos os níveis desses processos, se materializa na consciência e no psiquismo e tem o poderoso apoio do sistema ideológico.

Não se pode separar as condições materiais de produção das idéias da atividade individual da consciência política e das representações dos indivíduos, inclusive as linguísticas. Assim como todas as atividades humanas são psico-ideológicas e envolvem as relações entre as pessoas, constituindo-se em emanações diretas do comportamento, também as produções mentais são tão sociais quanto individuais¹. Como autores de suas

¹ Importante esclarecer que empregamos os termos “pessoal(is)”, “individual(is)”, “coletivo(s)” e “social(is)” no mesmo sentido que lhes atribuiu BAKHTIN (2002), ao esclarecer a respeito da delimitação entre o psíquico e o ideológico, no que diz respeito às noções de individual e social. Para o senso comum, o psíquico seria individual e o ideológico social, o que é uma forma de se relacionar o social com o natural, acepção que vê o indivíduo como ser puramente biológico, destituído da autoria de seus pensamentos, dos conteúdos de sua consciência, do seu caráter sócio-ideológico, um ser, portanto, abstrato e a-histórico. Acreditamos que os conteúdos do psiquismo “individual” são tão sociais quanto a ideologia o é. Por outro lado, o momento em que o indivíduo toma consciência de sua individualidade e dos seus direitos, é ideológico, histórico e determinado por elementos sócio-ideológicos. Assim, é importante distinguir o indivíduo natural, biológico, desassociado do mundo social, da individualidade. O indivíduo natural, mais a sua personalidade já contemplada pelos aspectos superestruturais da ideologia, é social. Especificamente este autor nos esclarece: “as manifestações ideológicas são tão individuais quanto psíquicas. Todo produto da ideologia leva consigo o selo da individualidade do seu ou dos seus criadores, mas este próprio selo é tão social, quanto todas as outras particularidades e signos distintivos das manifestações ideológicas. Assim, todo signo, inclusive o da individualidade, é social” (BAKHTIN, 2002, p.59).

próprias produções, os homens sofrem um bombardeio de influências que os limitam ao estágio de desenvolvimento das forças produtivas que os cercam. As formações sociais também sofrem tais restrições, não aparecendo ou desaparecendo pela simples vontade e ações pontuais dos mais revolucionários militantes e sindicalistas. Muito embora haja no início da militância, a nosso ver, uma ilusão neste sentido, com o tempo de militância vem a desilusão e, se o sujeito não desiste, este frustrante sentimento é substituído pela maturidade que o leva a reconhecer não só os limites como também a necessidade de dar continuidade às atuações sindicais. Sendo assim, para o êxito revolucionário, segundo alguns teóricos com os quais concordamos (MARX e ENGELS, 1996), há que se criar, coletivamente, condições materiais para que as formações sociais novas possam surgir no lugar das antigas, que deverão desaparecer, mas não em sua totalidade e subitamente. A base de qualquer formação social moderna é marcada por traços da antiga formação, que vão se enfraquecendo paulatinamente, a partir das ações concretas dos sujeitos históricos, até tornarem-se apenas vestígios.

Em *A Ideologia Alemã*, MARX e ENGELS (1996) expõem a questão da materialidade do sujeito e da consciência, relacionando as suas existências necessariamente à ideologia, e que, a nosso ver, retrata o percurso vivencial intimamente associado à consciência dos sujeitos militantes do movimento sindical. Os autores afirmam que

O ser dos homens é o seu processo de vida real. E se, em toda a ideologia, os homens e suas relações aparecem invertidos como numa câmara escura, tal fenômeno decorre de seu processo histórico de vida...não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, e tampouco dos homens pensados, imaginados e representados para, a partir daí chegar aos homens em carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos e, a partir de seu processo de vida real, expõe-se também o desenvolvimento dos reflexos ideológicos e dos ecos desse processo de vida
(MARX e ENGELS, 1996, p. 37).

O movimento de organização dos trabalhadores no Brasil, acompanhando uma tendência de ordem mundial, tem vivido momentos de grande transformação. Estes momentos nos permitem identificar cinco etapas conceituais de sindicato, desde o seu início até a atualidade, com elementos visivelmente distintos, os quais descrevemos minuciosamente na parte teórica deste trabalho. Especialmente nestes últimos quarenta anos, a trajetória do nosso movimento sindical foi marcada por muitas e radicais modificações. Em um jogo de idas e voltas, como se pode acompanhar ao longo da década

de 1980, a classe trabalhadora no Brasil viveu momentos de fluxo e refluxo, apresentando, porém, um saldo considerado positivo². Estes foram momentos históricos e decisivos em que a classe dominante teve que recuar. É importante assinalar também que, a partir desta época, foi-se configurando o que se tornou uma das maiores crises que se abateu sobre o mundo do trabalho no país. Com a reestruturação produtiva, a consciência de classe dos trabalhadores foi radicalmente afetada e, em consequência, também os seus organismos de representação de classe, especialmente os sindicatos. Estes, sob a influência direta da nova e hostil conjuntura, foram “induzidos” a assumir táticas de defesa para proteger os seus mais antigos direitos. Desde então, eles foram se acomodando à nova estrutura, deixando progressivamente as suas características classistas. Evidentemente, isso significa uma tendência que, ainda que, até certo ponto seja hegemônica, não é unânime. Neste sentido, podemos encontrar um número pequeno de militantes e sindicalistas que, a despeito de suas direções sindicais, possui uma concepção classista e que, entre outras características, ainda adota táticas de confronto com as autoridades capitalistas. A fim de pontuar esta preocupação, que tem suscitado muita discussão no meio sindical, vale a pena registrarmos a pertinente contribuição de ANTUNES (1999), que resume nosso ponto de vista a este respeito:

As perspectivas generosas da emancipação humana, tão caras a Marx, foram ou estão sendo pouco a pouco trocadas pelos valores da acomodação social-democrata. Entre o estrago neoliberal e a bancarrota do leste Europeu (equivocadamente assimilada por enormes contingentes da esquerda como o “fim do socialismo e do marxismo”), o universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, refundadas, redescobertas e radicais, cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state*, no universo da ação social-democrata. A luta pelo controle social da produção, presente com intensidade nos anos 60/70, na Europa e em tantos outros momentos da luta dos trabalhadores, parece cada vez mais distante. O moderno é o mercado, a produtividade, a integração, a negociação, o acordo, a conciliação, a consertação (pp. 148-149).

Diversos analistas, como ALVES (2000) e ANTUNES (1999), entre outros, têm, constantemente, nos mostrado evidências de profundas crises de identidade do movimento sindical e da classe trabalhadora brasileira – precisamente de onde se extrai o contingente de militantes e sindicalistas. Neste sentido, acreditamos que, aliadas a estas crises, as radicais mudanças na conjuntura político-sindical, já mencionadas, não poderiam isentar os atores do referido movimento. A questão da crise de identidade, muito discutida

² Encontra-se uma relação de eventos que mostram a força da classe trabalhadora em ANTUNES (1999) *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez.

nesses nossos tempos, é por HALL (2002) vista como parte de um processo de mudanças, que tem deslocado as estruturas e os processos centrais das sociedades modernas. Para este autor, “as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como um sujeito unificado” (HALL, 2002, p.7).

No Brasil, alinhado e influenciando tais modificações identitárias, o processo de mudança radical no panorama da produção, apesar de envolver, de forma significativa, a participação dos trabalhadores, lhes tira, também, o real poder de decisão. Um exemplo disso, é o funcionamento dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), cujo objetivo ideológico é envolver os trabalhadores com as metas da empresa e criar uma identidade intimamente ligada às direções empresariais, visando fazê-los “vestir a camisa” da empresa e afastando-os dos interesses reais dos trabalhadores. Esta situação anuncia, segundo alguns autores (RUMMERT, 2000 e AMARAL, 2002), a formação de identidades alienadas das necessidades da classe trabalhadora e que, a nosso ver, têm sido visualizadas em uma importante parte do movimento social, encontrando eco, inclusive, dentro do movimento sindical. Se, como os analistas asseguram – e nós concordamos –, existe, de fato, uma grave crise no sindicalismo, na identidade da classe trabalhadora e nas condições de trabalho, o nosso entendimento é que os perfis sindicais que estariam sendo diretamente influenciados por ela, não poderiam estar em franca estabilidade.

Tendo em vista os aspectos da realidade política, trabalhista e sindical que sinalizamos, e perseguindo os objetivos desta pesquisa, formulamos algumas questões. Uma delas foi no sentido de elucidar se, no processo de construção do conceito de sindicato, as modificações observadas neste conceito se relacionariam às mudanças percebidas na consciência política dos militantes. Neste caso, buscamos, evidenciar qual o sentido desta diferenciação, tendo em vista que o percurso da consciência política não é linear, nem necessariamente ascendente, podendo estacionar, avançar ou até mesmo regredir. Buscamos elucidar, ainda, que tipo de relação as ações e as concepções sindicais dos sujeitos mantêm com a consciência política. Especificamente, procuramos estudar de que forma a militância sindical teria contribuído para a construção da consciência de classe dos militantes. Tencionamos ainda pontuar algumas características que a(o)s sindicalistas estariam apresentando neste momento marcado por graves crises identitárias no mundo do

trabalho. Desta forma, uma questão importante para o nosso trabalho foi saber que aspectos estariam compondo (o)s perfil(is) da(o) sindicalista e se estes estariam referendando possíveis identidades sindicais na atualidade.

A reestruturação produtiva e as políticas do receituário neoliberal que passaram a reger o cenário político influenciaram mudanças no movimento de organização dos trabalhadores, no sentido de promover, segundo alguns autores (ANTUNES, 1999 e ALVES, 2000) um acatamento e uma submissão da maior parte das lideranças sindicais, espreado-se, predominantemente, por todo o mundo sindical. No sentido de implementar as mudanças que se fizeram necessárias, muitas foram as táticas empregadas pelo empresariado e pelo Estado, que, entre outras coisas, utilizou a cooptação, levando muitas lideranças a assumirem cargos públicos ou cargos importantes nas empresas onde trabalhavam. Aquelas lideranças que não se adaptaram às novas regras e lutaram junto às suas bases contra as inovações impostas e as decorrentes perdas, tiveram que amargar fragorosas derrotas, o que atuou de forma a baixar o ânimo para a luta dos trabalhadores como um todo. Assim, pode-se encontrar hoje um número pequeno de militantes que, em sentido oposto à tendência hegemônica, consegue, em termos de trabalho de base, imprimir um caráter classista e de confronto à militância sindical. Considerando o atual quadro conjuntural, formulamos as seguintes hipóteses:

1. Em parte como decorrência das experiências proporcionadas pela militância sindical em dirigentes e militantes sindicais da área de serviços público e bancário, são encontradas modificações no seu conceito inicial de sindicato. Essas modificações podem ser percebidas, tanto nas referências conceituais como também a partir das mudanças nas concepções políticas e, conseqüentemente, nas bandeiras e nas estratégias de luta por ela(e)s adotadas. Tais modificações conceituais indicam, ainda, a existência de uma relação entre os processos de conceituação de sindicato e de conscientização político-sindical. Neste sentido, podemos observar nessa(e)s militantes e sindicalistas, uma correspondência entre os motivos identificados com os diferentes momentos conceituais de sindicato e as condições distintas de consciência político-sindical.

Desta forma, às concepções vinculadas, por exemplo, ao início do processo conceitual de sindicato, correspondem, em geral, ações relacionadas aos primeiros

momentos da construção da consciência político-sindical, isto é, que sinalizam uma tendência a apresentar caracteres indicativos de preocupações consigo mesmo e/ou com familiares. Em termos de modificação, tanto no que se refere à consciência política, como na conceituação de sindicato, há uma tendência a incorporar elementos referentes ao grupo de trabalho e sindical e, em seqüência, a empreender lutas que objetivam o bem-estar e o desenvolvimento da sociedade como um todo. Em se continuando esta tendência de caráter ascendente, a motivação das lutas volta-se contra o sistema econômico. Dentro desta lógica, segundo o referencial teórico por nós adotado, os momentos posteriores seriam considerados mais avançados que os anteriores, porque neles se incluem caracteres mais voltados para o coletivo, mais vinculado à classe trabalhadora como um todo.

2. Coexistem no movimento de organização política dos trabalhadores brasileiros, diferentes tipos de perfis sindicais. Estes, por sua vez, estão relacionados a possíveis identidades sindicais com diferentes características ideológicas, derivadas das diversas concepções políticas e que, conseqüentemente, envolvem formas diferenciadas de vivenciar a militância sindical.

Neste sentido, pode ser encontrado no movimento sindical um tipo de perfil sindical cujas características militantes são mais próximas de uma concepção política social-democrata, em que os militantes adotam táticas, por exemplo, participativas e de negociações com os setores patronais e com o Estado. Por outro lado, pode-se encontrar outro grupo de militantes, cujas características constituem um perfil que contrasta com o descrito. As concepções deste último grupo seriam representadas por idéias anti-capitalistas e as suas diversas formas de atuação, ao contrário dos primeiros, têm por base táticas de confronto com as instâncias de poder e com as autoridades capitalistas e do Estado.

Consideramos que a relevância deste estudo está em suscitar a discussão de aspectos da realidade social, que mesmo explorados em outros campos científicos, ainda não o foram na psicologia, muito embora esta tenha acumulado considerável bagagem teórica sobre a formação de conceitos, o que, neste caso, é, de antemão, uma valiosa ajuda, além de trazer contribuições específicas.

Entendemos que, na realidade que se nos apresenta – com fortes contradições capitalistas, que, por sua vez, engendram um aumento da exploração operária, da miséria e da violência, e com a retomada pelo poder do Estado neoliberal, dos direitos historicamente conseguidos pelos trabalhadores –, assume especial importância a organização dos trabalhadores. É aí que o sindicato é chamado a responder, tendo que, inclusive, refletir sobre sua própria atuação. A este respeito afirma MARX (1982):

Os sindicatos trabalham bem como centro de resistência contra as usurpações do capital. Falham em alguns casos, por usar pouco inteligentemente a sua força. Mas são deficientes, de modo geral, por se limitarem a uma luta de guerrilhas contra os efeitos do sistema existente, em lugar de, ao mesmo tempo, se esforçarem para mudá-lo, em lugar de empregarem suas forças organizadas como alavanca para a emancipação final da classe operária. Isto é, para a abolição definitiva do sistema de trabalho assalariado (p. 185).

Esta pesquisa está dividida em duas partes, uma constituída pelo embasamento teórico e outra pela descrição da metodologia da pesquisa e dos seus resultados. A parte teórica consta de três capítulos, em que desenvolvemos algumas reflexões que permearam o trabalho e que, de uma forma resumida, foi organizada da seguinte forma. O primeiro capítulo faz uma breve explanação dos estudos sobre a formação de conceitos e, a seguir, sobre o processo de consciência política, voltando-se este, especificamente, para a consciência política da classe trabalhadora. O segundo capítulo dedica-se a traçar uma história do percurso político do movimento sindical no país. O terceiro capítulo descreve, de forma breve, a estrutura sindical vigente no Brasil, a partir de três de seus importantes aspectos, a sua caracterização, a formação das centrais sindicais e as mudanças na estrutura e no modelo sindical brasileiro e ainda discute brevemente alguns elementos envolvidos na crise do sindicalismo brasileiro. Na segunda parte fazemos uma breve descrição da metodologia empregada na pesquisa de campo e analisamos os resultados obtidos.

II - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CAPÍTULO 1 - A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA DE CLASSE

Antes de iniciarmos este primeiro capítulo, gostaríamos de esclarecer que, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, não nos deteremos na questão da formação de conceitos, propriamente dita, mas, antes, vamos nos concentrar no que entendemos por sindicato, no seu significado político e social e, como não poderia deixar de ser, na história do movimento sindical brasileiro. Achamos, contudo, pertinente tocarmos, ainda que de forma breve, em trabalhos acerca da formação de conceitos, mencionando alguns estudos sobre o tema, em especial de teóricos que partem de uma perspectiva marxista. Consideramos este recorte importante, tendo em vista que vamos tratar da conceituação de sindicato em nossa pesquisa de campo.

1.1- A Formação de Conceitos

O conceito pode ser entendido como uma forma de organização mental que vai ser responsável pela interpretação da experiência. Os conceitos são formados ao longo de toda existência humana e os estudos apontam que, já na infância, aparecem os primeiros esboços do que se tornará um conceito introjetado, para se utilizar o termo empregado por VYGOTSKY (1991).

Desde cedo o bebê manifesta uma capacidade de discriminação, selecionando estímulos que mais o solicitam, os mais significativos. Com duas semanas de idade, o recém-nascido já fixa momentaneamente um aro oscilante. Com um mês, focaliza-o mais demoradamente e, com três meses, procura pegá-lo, movimentando-se todo. Tais comportamentos nos informam da capacidade de discriminação que irá progressivamente adaptar a criança ao mundo.

FERREIRA (1965), citando W. James (1890), assim se refere à compreensão inicial do bebê acerca do ambiente: “Esse mundo deve ser uma imensa e barulhenta confusão, porque lhe falta compreensão daquilo que seus sentidos acusam” (p.21).

Gradualmente, graças à maturação e à aprendizagem, a criança vai-se tornando capaz de perceber e, portanto, capaz de interpretar as sensações que percebe. O ambiente vai-se tornando mais compreensível. É oportuno registrar aqui, a curiosa relação entre a embrionária “percepção” do mundo e “aquela” percepção, também embrionária, derivada das primeiras assembléias, experienciadas por futuros militantes políticos e sindicais: é a mesma confusão!

Para VYGOTSKY, as funções mentais superiores partem do nível interpsicológico (social) e internalizam-se, transformando-se em intrapsicológico (individual)³. Acrescenta o autor que a formação dos conceitos é resultado de uma atividade complexa em que inúmeras funções intelectuais tomam parte, não se podendo fragmentar o processo em algumas dessas funções. Seria insuficiente tomá-la, por exemplo, como associação, ou atenção, ou formação de imagens. Assim, todas essas funções são indispensáveis, mas nenhuma é suficiente por si só. Nesse processo, o autor ressalta a importância do uso do signo, ou da palavra, que “é o meio pelo qual conduzimos as nossas operações mentais, controlamos seu curso e as canalizamos em direção à solução do problema que enfrentamos” (VYGOTSKY, 1991, p. 50).

Segundo ainda este autor, a formação de conceitos começa na fase mais precoce da infância e só se completa na adolescência. É um processo que envolve várias fases evolutivas e algumas delas se subdividem em etapas. De acordo com esta teoria, a formação de conceitos parte da agregação mais desorganizada em um primeiro estágio, passa pelo pensamento por complexos – em que os objetos isolados associam-se com base em relações reais e se relacionam, aglutinando-se numa imagem, ainda instável, na mente – para, finalmente, aparecerem os conceitos verdadeiros. Estes surgem esporadicamente até se tornarem freqüentes. Mesmo depois de produzir os conceitos mais sofisticados, os adolescentes não abandonam completamente as formas elementares de pensamento.

De forma semelhante a VYGOTSKY (1991), ENGELS (1963, em CELSO FREDERICO, 1979) considerava que os conceitos estavam em constantes e progressivas

³ Paralelamente, no sindicato, as primeiras opiniões e os primeiros votos são conseguidos, geralmente, mais pela amizade e a partir de reflexões e decisões coletivas. Pode-se mesmo dizer, que poucas informações, neste momento, tornam-se individualizadas, o que só será alcançado ao longo da militância. Esse processo será bastante facilitado nos grupos onde as discussões se fizerem com uma maior freqüência.

transformações e assinalou a diferença entre reconhecê-los lingüisticamente e praticá-los. As antíteses, tão respeitadas cientificamente enquanto limites rígidos, foram por ele relativizadas. Em suas palavras, o conceito se expressa dialeticamente:

não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos, em que as coisas que parecem estáveis, da mesma forma que seus reflexos no cérebro do homem, isto é, os conceitos, passam por uma série ininterrupta de transformações... o que hoje reputamos como verdadeiro contém também um lado falso, oculto agora, mas que virá à luz mais tarde, da mesma forma que o que agora reconhecemos ser falso, possui um lado verdadeiro graças ao qual, anteriormente, foi atacado como uma verdade; o que se afirma como necessário é feito de toda uma série de simples acasos e o que se acredita ser casual nada mais é que a forma sob a qual a necessidade se esconde, e assim por diante (ENGELS, 1963, em CELSO FREDERICO, 1979, pp.28-29).

1.2 - O Processo de Consciência e a Consciência de Classe

Por entendermos a necessidade de se delimitar onde começa o processo de consciência política, começaremos aqui por introduzir a idéia central de MARX (1982) sobre a consciência. Esta foi enunciada no “Prefácio” do livro *Contribuição à Crítica da Economia Política*, onde o autor afirma: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (p.25). Nesta perspectiva, a consciência é a principal característica da natureza humana e o aspecto diferencial desta em relação aos demais animais. A histórica frase, repetida várias vezes, por diversos estudiosos, como LUKÁCS (1989) e FROMM (1986), por exemplo, ressalta a condição social da consciência e é um dos fortes pilares da teoria sócio-histórica, da qual Vygotsky constitui um de seus precursores.

Desde a sua origem, o pensamento tem estreita ligação com o sistema ideológico e é, em grande parte, regido pelas suas leis. Quanto ao material simbólico que é expresso, sabe-se que não existe atividade mental sem expressão semiótica, e que o centro que a organiza, não se situa no interior, mas sim no exterior. Portanto, não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é esta última que organiza e orienta o sentido da atividade mental. Em todo processo de consciência, seja em seus primórdios, ou em fases mais avançadas, pode não haver a expressão externa do conteúdo, mas acha-se presente desde o início a expressão ideológica. A expressão exterior da consciência, em

geral, apenas prolonga e esclarece a orientação tomada pelo discurso interior e as entonações que ele contém (BAKHTIN, 2002).

Antes de procedermos a exposição do processo de desenvolvimento da consciência, cabe fazer aqui uma breve menção a BRAVERMAN (1987) que identifica a classe trabalhadora, para a qual todo este trabalho voltou-se, como aquela constituída por quem só possui a sua força de trabalho para sobreviver e a caracteriza como matéria-prima para a exploração capitalista. Em sua compreensão, do ponto de vista conceitual, na relação dialética entre trabalho e capital, a classe trabalhadora é determinante. Para este autor,

Trabalho e capital são os pólos opostos da sociedade capitalista. Esta polaridade começa em cada empresa e é concretizada em escala nacional e mesmo internacional como uma gigantesca dualidade de classes que domina a estrutura social. E, no entanto, esta polaridade está encarnada em uma identidade necessária entre as duas. Seja qual for a sua forma, como dinheiro ou mercadorias ou meios de produção, o capital é trabalho: é trabalho que foi realizado no passado, o produto concretizado de precedentes fases do ciclo de produção que só se torna capital mediante apropriação pelo capitalista e seu emprego na acumulação de mais capital. Ao mesmo tempo, como trabalho vivo que é comprado pelo capitalista para acionar o processo de produção, o trabalho é capital. Aquela parcela de capital monetário separada para pagamento do trabalho, a parcela em que cada ciclo é convertida em força de trabalho viva, é a parcela de capital que representa a população trabalhadora e a ela corresponde, e sobre a qual subsiste (BRAVERMAN, 1987, p.319).

Entre os autores que analisaram a consciência de classe, podemos depreender que LUKÁCS (1989) e LENIN (1979) não se preocuparam tanto com definições, destacando, entretanto, em seus estudos, propriedades concretas da mesma. Encontramos, porém, nas obras deste último, uma tentativa de conceituação da consciência de classe, exposta a seguir, em que são reunidos elementos dinâmicos e sociais, na qual o autor assinala como sua principal função a luta de classes visando à emancipação dos trabalhadores:

Consciência de classe dos operários é a compreensão de que o único meio de melhorar a sua situação e de conseguir a sua emancipação, consiste na luta contra a classe dos capitalistas e industriais, que foram criados pelas grandes fábricas. Além disso, a consciência de classe dos operários implica na compreensão de que os interesses de todos os operários de um país são idênticos, solidários, que todos eles formam uma mesma classe, diferente de todas as demais classes da sociedade. Por último, a consciência de classe dos operários significa que eles compreendem que para atingir os seus objetivos necessitam conquistar influência nos assuntos públicos, como a conquistaram e continuam tratando de conquistar. (LENIN, 1979, pp.29-30).

É ainda LENIN (1979), em outra obra, quem esboça o caminho do processo de conscientização dos trabalhadores, no livro *Que Fazer?* Tendo por base

especialmente o movimento operário russo, este autor aponta que a consciência operária vai da espontaneidade à “consciência verdadeira”, passando por três momentos distintos.

O primeiro momento é o de resistência, caracterizado pelo ódio aos capitalistas, com expressões espontâneas através de “greves selvagens” seguidas da destruição de máquinas e sabotagens. Esses motins prenunciariam o despertar da consciência de classe, mas as rebeliões seriam manifestações de desespero e de vingança, em que “o elemento espontâneo, no fundo, não é senão a forma embrionária do consciente” (LENIN, 1979, p.20).

Um segundo momento pode ser caracterizado pelas greves do fim do século XIX. Estas, para LENIN (1979), quando comparadas aos primeiros motins, já podem ser consideradas “conscientes”. O movimento grevista em questão, já preparado racionalmente, representaria o embrião da luta de classe. Esses movimentos, contudo, se limitariam à formação de uma consciência sindicalista, que expressaria a necessidade dos operários se unirem para defenderem os seus interesses imediatos. Desta forma, tais lutas sindicalistas seriam ainda consideradas “tradeunionistas” e não social-democratas⁴, nas palavras do autor, constituindo-se, portanto, um movimento espontâneo.

Finalmente, o terceiro momento é o da passagem da consciência sindicalista para a consciência social-democrata que, para o autor, só se daria através de uma teorização efetuada pelo partido. Este tiraria a luta operária do campo econômico (sindical) para o político, e a consciência operária do nível espontâneo – que não supera as oposições – para o nível da compreensão política, para o das contradições inerentes à sociedade capitalista.

No enfoque de LENIN (1979), há uma clara e radical divisão entre a luta econômica – das resistências aos capitalistas (defesa dos interesses profissionais, melhoria das condições de venda da força-de-trabalho, etc) – e a luta

⁴ Para Lênin, o termo “social –democrata” significa revolucionário e comunista.

política pela obtenção da “influência sobre o poder do Estado” (direitos políticos, liberdades democráticas, etc) (Em CELSO FREDERICO,1979, pp.38-39).

Para LUKÁCS (1989), o desenvolvimento da consciência não é linear nem progressivo. Em sua teoria, encontramos elementos capazes de elucidar como ocorre o processo de desenvolvimento da consciência operária, que implica na necessidade de integração dos elementos individuais com a totalidade social. Neste sentido, o autor afirma que o “drama” da consciência operária ocorre com a separação entre o momento parcial e a totalidade, entre os interesses imediatos e o final, e entre as lutas econômicas e as políticas. Ele acrescenta, outrossim, que o interesse imediato da classe operária pode, tanto levar em direção à consciência de classe, como ocultá-la. A prática do movimento operário restrito aos interesses imediatos e econômicos, que não vislumbram os objetivos estruturais finais de classe, atua como um freio ao crescimento da sua consciência.

O processo histórico de formação da consciência de classe é considerado por LUKÁCS (1989) como uma aproximação dinâmica da totalidade. Desta forma, existem estados perceptivos mais próximos da totalidade, aos quais ele se refere como a “verdadeira consciência”, e estados mais distantes, presos à ideologia da classe dominante, a que ele chama de “falsa consciência”. Sendo assim, “falsa” e “verdadeira” não são “tipos ideais” da consciência, mas apenas momentos integrantes e necessários do processo de formação da consciência operária. Há uma diferença estrutural e temporal entre a consciência psicológica – que envolve todas as experiências da pessoa – e a consciência de classe, esta última mais organizada e influenciando a primeira.

LUKÁCS (1989) nos adverte ainda que o método dialético exige o estudo da falsa consciência. Esta, antes de ser arbitrária, é a expressão mental da estrutura econômica objetiva e constitui efetivamente uma etapa do processo histórico, sendo, portanto, um momento da totalidade, uma vez que o falso é um momento do verdadeiro. Contudo, para este autor, mesmo na “falsa consciência” do operário já haveria uma intenção dirigida para a verdade.

Uma outra questão a que atribuímos importância, mas que não nos será possível tratar com a merecida profundidade, é aquela denominada por LUKÁCS (1989) de categoria do “salto”⁵. O “salto”, cujo percurso não é linear nem progressivo, pode ser considerado como uma evidência do desenvolvimento da consciência de classe, tendo em vista a impossibilidade da passagem ideológica orgânica ao socialismo. O “salto” vem explicar a necessidade da violência política, o que promoveria um processo de aceleração consciente, imprimindo uma direção

⁵ Sobre este tema, ler LUKÁCS (1989) *História e Consciência de classe*. Rio de Janeiro: Elfos.

nova e oposta ao processo de desenvolvimento da consciência no trabalhador. Argumenta o autor que o “salto” não é um ato instantâneo e imediato, mas um processo longo e um importante aspecto integrante de todo um processo de desenvolvimento da consciência. A sua principal característica é a relação consciente com o todo e resulta na aceleração do processo de tomada de consciência da classe trabalhadora. Nas palavras do autor,

é precisamente a oposição entre a consciência “a posteriori” e a simples e verdadeira previsão, entre a “falsa” consciência e a consciência social correta que caracteriza o ponto em que o salto se torna real de um modo econômico objetivo. Bem entendido este salto, não é o ato único que realize instantaneamente e sem transição essa transformação, a maior transformação já ocorrida na história da humanidade. No entanto, é ainda menos, segundo o esquema da evolução passada, uma simples alteração brusca, em qualidade, da lenta e progressiva modificação quantitativa, mudança em que as “leis eternas” da evolução econômica desempenhariam um papel totalmente ativo por cima da cabeça dos homens, por uma espécie de “astúcia da razão”, em que o salto significaria simplesmente que a humanidade toma, talvez subitamente (e a posteriori) consciência da situação nova já atingida. O salto constitui um processo penoso e a longo prazo. Mas o seu caráter de salto exprime-se no fato de representar sempre um movimento que se orienta em direção a qualquer coisa de qualitativamente novo, no fato de a ação consciente cujas intenções apontam para a totalidade reconhecida da sociedade (LUKÁCS, 1989, p. 260).

LUKÁCS (1989) afirma que a base da transformação, no caso do “salto”, é econômica, tendo, porém, desdobramentos em toda área social, inclusive na reorganização das classes sociais. Seguindo-se à transformação radical provocada pelo “salto”, os seus elementos, e tudo que lhe é inerente, se dissolvem integralmente no lento processo de transformação da sociedade. A esse respeito, os conhecimentos da dialética nos informam que, se a infra-estrutura econômica é determinante dos valores culturais e jurídicos da sociedade, o é, também, por sua vez, determinada por eles, que vêm a ser os meios pelos quais a própria base econômica se mantém. Desta forma, haveria uma relação dialética determinante/determinado nas esferas constitutivas da sociedade. Segundo o autor,

a transformação que assim se realiza é uma transformação econômica (com nova repartição das classes que acarreta). Esta “economia” já não tem, contudo, a função que antes tinha toda a economia: deve estar ao serviço da sociedade conscientemente dirigida, deve perder a sua imanência, a sua autonomia, o que fazia dela uma verdadeira economia; deve ser suprimida enquanto economia (LUKÁCS, 1989, pp. 261-262).

CELSO FREDERICO (1979) estudou a consciência de classe em trabalhadores do ABC paulista e, como LUKÁCS (1989), acredita haver uma relação dialética entre a “falsa” e a “verdadeira” consciência. Entre o falso e o verdadeiro há uma relação de exterioridade, pois o método dialético assume que o verdadeiro, em última instância, é a totalidade que se movimenta através de suas próprias contradições internas. Tendo por referência a sociedade como uma totalidade em movimento, CELSO FREDERICO (1979) argumenta que a consciência dos operários aparece em seus diversos modos de ser e culmina com o processo de conscientização:

inicialmente, mesmo quando totalmente presa às tendências reificantes, ela já apresenta uma inquietude e um inconformismo difuso proveniente de uma situação de classe dominada. Como “consciência falsa” a consciência operária é “falsa” em relação ao desenvolvimento social a que ela não consegue imprimir uma direção consciente, e ao qual reage opondo-se somente aos seus efeitos mais imediatos. Mas ela também pode ser “verdadeira” na medida em que age sobre os momentos de uma totalidade, modificando-a. O limite da “falsa consciência” está na possibilidade do operariado conhecer todo o eu objeto: a sociedade capitalista (pp. 29- 30).

RAINHO (1980), estudando a formação da consciência de classe nos operários do ABC paulista, apontou a origem rural dos trabalhadores como um dos fatores que influenciaram a formação da consciência dos mesmos. O pesquisador estudou os componentes institucionais e ideológicos da estrutura sócio-econômica e ainda como a consciência se manifesta diante dos obstáculos interpostos pelo sistema, isto é, como os trabalhadores se vêm e se sentem diante das amarras, um elemento importante para a formação de sua consciência. De acordo com os resultados do estudo, as pessoas pesquisadas, incluindo-se aí os migrantes, motivados pela constante necessidade de “melhoria de vida”, foram se tornando prisioneiros, “bem domesticados”, nas palavras do pesquisador, pelo sistema capitalista. Depois de aprisionados, descrentes do processo político, impedidos de participarem do mesmo, desiludidos e insatisfeitos com sua vida de sacrifícios, os trabalhadores pesquisados buscavam soluções, geralmente individuais, caracterizadas por políticas não classistas. Estas foram interpretadas pelo autor como de cunho ideológico, com raras chances de lograr vitória, até mesmo no plano pessoal. Afirma ele que os trabalhadores “Passam a recorrer individualmente, de forma consciente ou inconsciente, às saídas e “soluções” que estejam a seu alcance, as quais, na maioria das vezes, são oferecidas pelo próprio sistema em atendimento aos seus desígnios”(RAINHO, 1980, p. 283).

Algumas “soluções” encontradas e apontadas pelos trabalhadores que participaram da referida pesquisa foram: mudança de emprego; montagem de negócio por conta própria; tentar a sorte na loteria esportiva; tentar enriquecer pelo trabalho individual e intensivo; dedicar-se à religião; e, finalmente, a “solução” considerada mais importante para os operários era a possibilidade de seus filhos estudarem. Na concepção do pesquisador, “o que lhes têm faltado e ainda lhes falta, isto sim, são perspectivas de

organização, modos de atuar e solucionar seus problemas em termos políticos e de classe” (RAINHO, 1980, p.284).

Ainda a respeito da consciência política, vale a pena mencionar uma pesquisa sobre a história de vida de militantes. Com uma metodologia dinâmica, e utilizando princípios e conceitos dialéticos, IASI (1999) reuniu antigas formas de pensar dos militantes, passos da militância e impasses vividos por eles em seus modos de compreender o mundo e a luta dos trabalhadores. O autor concluiu que o desenvolvimento da consciência política ocorre em fases, partindo do senso comum até chegar ao que considera a verdadeira consciência. Afirma ele:

procuraremos entender o fenômeno da consciência como um movimento e não como algo dado. Sabemos que só é possível conhecer algo se o inserirmos na história de sua formação, ou seja, no processo pelo qual ela se tornou o que é. Assim é também com a consciência, ela não “é”, ela se “torna”. Amadurece por fases distintas que se superam, através de formas que se rompem gerando novas que já indicam elementos de seus futuros impasses e superações. Longe de qualquer linearidade, a consciência se movimenta trazendo consigo elementos de fases superadas, retomando aparentemente, as formas que abandonou (IASI, 1995, p.14).

Concluindo esta parte, gostaríamos de afirmar que acreditamos que a consciência de classe seria um dos conceitos que VYGOTSKY teria considerado como um processo mental superior, próprio dos seres humanos, complexo e em contínua construção. Seguindo esta linha, finalizamos esta primeira parte, dedicada à formação de conceitos e à consciência de classe dos trabalhadores, com uma reflexão de ANTUNES (1988) que, por certo, identifica nossa forma de pensar:

A consciência proletária é uma longa distância que vai da falsa consciência, presa à ideologia dominante e limitada pela imediatidade, até o máximo de consciência possível, que corresponderia à percepção da totalidade concreta e sua possibilidade de superação revolucionária, o que somente é possível quando a classe operária apodera-se da teoria revolucionária, fornecida pelo marxismo e transforma-se na única classe capaz de destruir o capitalismo e iniciar a transição para a sociedade sem classes. É preciso lembrar a impossibilidade de tal distância ser pensada de forma linear e evolutiva: ela deve ser concebida como um processo com fluxos e refluxos, onde ora são predominantes os momentos da falsa consciência, ora se está próximo da consciência verdadeira (p. 22).

CAPÍTULO 2 - ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DOS TRABALHADORES BRASILEIROS

2.1 - A Classe Operária em Movimento

2.1.1 - Momentos da Classe Operária Internacional

Gostaríamos de esclarecer que, como o título sugere, vamos rever de forma muito breve aspectos relevantes da história da organização dos trabalhadores brasileiros. No entanto, parece-nos apropriado resgatarmos, mesmo que de relance, alguns fatos que, embora pareçam pontuais e distantes no tempo e no espaço, permanecem vivos, não só porque milhões de vezes reeditados, mas também porque são históricos exemplos da constituição da classe operária mundial. Testemunham eles que esta, desde a sua origem, teve a sua história sempre permeada por dor, mas também por heróicas lutas.

A história das lutas dos trabalhadores nos mostra que as soluções que se mostraram favoráveis não podem ser generalizadas nem consideradas inéditas, assim como as reações a elas. Por exemplo, HUBERMAN (1986) afirma que, em 1830, na Inglaterra, um magistrado tomou como medidas para esmagar uma greve, prisão e trabalho forçado para os grevistas.

A revolução industrial trouxe como uma de suas conseqüências, o avanço do sindicalismo, com a concentração dos trabalhadores, a melhoria dos transportes e da comunicação, fatores essenciais para a sua organização política. A expansão do comércio, da indústria e da agricultura empobreceu mais a classe operária, fortalecendo os mecanismos de concentração de renda e aumentando, conseqüentemente, a exploração de quem necessitava vender a sua força de trabalho.

Os horrores do início do industrialismo se revelam pelos registros de trabalho escravo, especialmente de mulheres e crianças, que se estendem até os dias de hoje. Esta é uma vergonhosa seara, que tem o Brasil como um legítimo representante! Abstraindo-se, apenas por um momento, os exemplos modernos, HUBERMAN (1986) aponta que nas

fábricas de Connecticut, em 1934, foram encontradas crianças de até dois e três anos de idade trabalhando (p.116).

Com o avanço da técnica, os trabalhadores foram levados ao desemprego e passaram a considerar as máquinas suas inimigas. Daí, em seu desespero, quando podiam, destruíam-nas. Em 1912, o parlamento inglês aprovou uma lei de pena de morte para aqueles que as destruíssem. Para os patrões, desde o início, as máquinas foram um privilegiado objeto de fetiche, já que, em suas concepções, elas seriam as maiores responsáveis por seus lucros. Entretanto, o trabalho humano é, na verdade, a única fonte do capital.

Como a destruição das máquinas não tivesse surtido o efeito necessário, os trabalhadores tentaram outros métodos. Em uma petição, um grupo de “Tecelões Pobres”, em 1818, afirmou que “sem querer prejudicar os lucros dos fabricantes”, eles necessitavam de aumento de salário, para não sucumbirem. A essa, centenas de petições se sucederam, mas a maioria foi abandonada, embora algumas até tivessem se transformado em leis. No entanto, um histórico problema para a própria Justiça é, ainda nos dias de hoje, conseguir obediência patronal às leis trabalhistas.

Outra tentativa da classe operária para solucionar o problema da sua miséria foi a luta pela “democracia política”. Os trabalhadores passaram então a reivindicar o direito de votar e escolher seus representantes, na “vã” esperança de que as leis os amparassem. A História, porém, tem mostrado que as suas reivindicações foram conseguidas pela luta e não pelo voto. Este mecanismo tem garantido, ao longo do tempo, ganhos políticos, não para os trabalhadores, mas hegemonicamente para a classe dominante.

As incontáveis experiências ensinaram que o Estado protege os donos dos meios de produção e não quem não os tem. Nos Estados Unidos, por exemplo, em 1935, uma campanha de espancamentos e mortes aterrorizou toda a classe operária. Em 1936, a Federação Metodista acusou 73 mortes de trabalhadores, meeiros e negros, vítimas das lutas econômicas. Embora tivessem buscado, não encontraram notícias de nenhuma morte de empregador, pelo mesmo motivo (HUBERMAN, 1986, pp. 185-193).

Diante de tantas e tão dolorosas evidências, a classe trabalhadora tem pressentido que seu avanço está ligado à sua luta e organização, que passam, até certo ponto, embora de forma restrita, pelo sindicato. Ainda assim, os avanços conseguidos, além de não terem um caráter irrevogável, foram resultado de muito sofrimento e, só para reiterar, de heróicas batalhas.

Reafirmando a impossibilidade de nos determos nos exemplos históricos que constituíram a classe trabalhadora como um todo, e a fim de fazer jus a nossos objetivos, passaremos a expor, especificamente, as lutas dos trabalhadores brasileiros. No decorrer da exposição, apontaremos os aspectos característicos que o conceito de sindicato vem assumindo no país, ressaltando, inclusive, os pontos de mutação. Desta forma, o nosso intuito, ao recapitularmos brevemente a trajetória do movimento sindical no Brasil – assinalando a impossibilidade de aprofundar essa discussão – é o de tentar compreender, a partir das diferentes conjunturas políticas e econômicas, as possíveis diferenciações observadas no referido conceito, no decorrer do seu percurso histórico.

Assinale-se ainda que, revendo o movimento dos trabalhadores, nos deparamos com uma miríade de influências, dos mais diversos matizes, que com as suas especificidades, em maior ou menor medida, sempre contribuíram para o seu caminhar. A este respeito, ressaltamos a existência, no seio da militância, da inevitável luta ideológica engendrada, em parte, por grupos minoritários. Estes, divergindo ideológica e taticamente da tendência majoritária, nunca correram da luta, muito embora não agregassem força política suficiente para determinar a direção do movimento no seu conjunto. A par disso, nosso esforço foi no sentido de sinalizar o maior número de influências, apontando a resultante política que caracteriza o fenômeno sindical nas diferentes épocas, pontuando sua direção, tendências e características, que, no nosso entender, são elementos essenciais constituintes do conceito de sindicato. Este, em nossa concepção, emerge conjunturalmente indo contribuir, em parte, para a formação da própria conjuntura social, sendo, por outra parte, por ela construído.

Como nos esclarece a teoria sócio-histórica, o conceito não é estático, mas sim algo em constante transformação, isto é, ele não se desenvolve de forma linear e definitiva, mas vai assumindo contornos e perfis, à medida que influencia e é influenciado

pelos diversos fenômenos sociais. Esse é o conceito de sindicato que tentamos captar ao longo da história da organização dos trabalhadores brasileiros. Para tal, retomaremos resumidamente os diferentes períodos por que passaram e, na medida do possível, nos esforçaremos para explicitar como era vivido e entendido o sindicato nestas diversas épocas. Antes, porém, chamamos a atenção para a linha de raciocínio que permeará, de certa forma, todo o texto.

Observando o movimento sindical do Brasil, desde o seu início, podemos identificar cinco etapas conceituais, com elementos visivelmente distintos. A primeira fase coincide com o período de prevalência da linha anarquista, na qual o sindicato esteve livre das influências institucionais, principalmente as do Estado e dos partidos políticos, e o objetivo perseguido era a emancipação da classe operária. A segunda fase abrange o longo período corporativista de atrelamento do sindicato ao Estado, instituído por Getúlio Vargas, em que o sindicato transformou-se no aparelho ideológico de conciliação entre as classes. Em uma terceira fase, na época da ditadura militar, ao sindicato foram negadas todas as possibilidades de expressão e participação políticas, ficando o mesmo restrito à função assistencialista. Na quarta fase, o sindicato brasileiro assume as históricas táticas de franco confronto com o Estado militar, caracterizando o movimento que ficou conhecido como “Novo Sindicalismo”, e torna-se porta voz das necessidades de redemocratização da nossa sociedade. Finalmente, em uma quinta etapa, a estrutural crise do capital, já em franco ataque aos direitos dos trabalhadores, provoca uma forte repercussão no mundo do trabalho e no sindicalismo brasileiro, inaugurando, assim, uma fase de retrocesso nas táticas de confronto sindical. Desde então, acreditamos que a maior parte da liderança do movimento adota um perfil moderado e voltado para o diálogo com as representações capitalistas, abrindo, em geral, mão de conquistas conseguidas a partir de duras batalhas. Nesta fase, conhecida como a do “sindicalismo propositivo”, a liderança negocia “menos perdas” para a classe trabalhadora, em troca de vantagens para os empresários. Passemos, então, a caracterizar, especificamente, cada uma dessas fases do movimento de organização dos trabalhadores brasileiros.

2.1.2 - O Movimento Operário Brasileiro até 1930

O movimento sindical brasileiro foi influenciado por algumas correntes políticas, entre as quais podemos apontar o anarquismo, o comunismo, o trabalhismo e o socialismo. Ainda que nos fenômenos sociais estejam representadas as várias influências ideológicas, nem sempre se pode observar o predomínio de algumas delas. No entanto, tentaremos destacar a influência específica das mesmas, à medida que situarmos os eventos históricos.

Até a metade do século XIX, poucas eram as fábricas existentes no Brasil, e só a partir de 1870 elas aumentaram em número e em importância. Esse processo se intensificou entre 1885 e 1895, período considerado por alguns autores como nosso primeiro surto industrial. A produção econômica básica era derivada do pastoreio e da agricultura (açúcar, algodão, fumo, e, especialmente, o café) e até aproximadamente 1850 o trabalho era executado por escravos negros africanos. Devido a interesses econômicos e políticos, foram aparecendo leis que dificultaram este negócio e, tendo em vista que já não era mais tão rentoso, o tráfico negreiro foi drasticamente enfraquecido⁶.

Embora o trabalho escravo⁷ ainda fosse muito utilizado, a demanda de mão-de-obra foi sendo, a partir da segunda metade do século XIX, gradativamente substituída por imigrantes europeus (italianos, espanhóis e portugueses), até se tornar massiva. Desta forma, entre 1887 e 1897 entraram em solo brasileiro um milhão e trezentos mil (1 300 000) estrangeiros, que passaram a constituir a origem do operariado industrial brasileiro.

⁶ A partir da segunda metade do século XIX, além dos escravos africanos que trabalhavam nas lavouras de açúcar e, posteriormente, de café, eram utilizados vários outros tipos de trabalho escravo no Brasil. Os escravos de “ganho” eram relativamente autônomos, custeavam seu sustento e viviam como ambulantes. Tinham obrigação de entregar uma porcentagem de seu ganho a seu dono. Havia os escravos “da Nação” e os pertencentes às municipalidades. O governo fixava suas condições de trabalho, havendo leis que regulamentavam questões como o tipo de alimentação, tipo de indumentária, tratamento, etc. Depois da abolição do tráfico, aparece mais uma categoria, a dos “africanos livres”, que confiscados pelo Estado, eram alugados a particulares e seus salários destinados, teoricamente, à sua repatriação” (FOOT & LEONARDI, 1982, p. 108).

⁷ Os processos racionais de organização do trabalho no modo capitalista de produção tornavam-se incompatíveis com a condição escrava do trabalhador. Neste sentido, assinala-se o fato de o trabalho escravo imobilizar uma grande soma de capital necessário à sua compra. Já a força de trabalho do operário era comprada, pouco a pouco, na medida das necessidades e seu pagamento (salário) efetuado após a produção de valor pelo proprietário. Estudando a história de uma fábrica no Rio de Janeiro, constatou-se que o preço de um escravo na década de 1860 era dez vezes superior ao preço de uma passagem de navio para um imigrante viajar da Europa ao Brasil. Além disso, aqui chegando, o imigrante trabalhava para reembolsar o transporte pago pelo patrão. Efetivamente, em 1862 um escravo custava 1:200\$000, sem contar os impostos, as despesas de captura e o risco de morte. No mesmo ano, a passagem Lisboa-Rio valia 125\$000. Dado seu alto custo, os escravos eram alugados por uma soma que, muitas vezes, era superior ao salário pago a um operário (FOOT & LEONARDI, 1982, p.112).

Cabe destacar que as experiências profissionais e políticas desses imigrantes marcaram a história operária brasileira.

As principais categorias profissionais se concentraram no Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife e Porto Alegre e pertenciam às indústrias têxteis, de alimentação, de cerâmica, de bebidas, ferroviários, gráficos e portuários. Além das condições de trabalho serem muito precárias, esse proletariado vivia na mais absoluta miséria: a alimentação era à base de farinha de mandioca, feijão, arroz e carne seca e as moradias eram casebres geminados ou porões insalubres. Nas fábricas trabalhavam, em sua maioria, moças, sendo também encontrados menores, de ambos os sexos. Eis um exemplo de descrição do proletariado fabril:

Na indústria metalúrgica ou mecânica, o número de menores também era predominante, sendo que aqui o sexo aceito era o masculino. Com exceção de um reduzidíssimo número de técnicos (mecânicos, ferramenteiros, moldadores, fundidores) o restante era constituído de carvoeiros, alimentadores de fornalhas, fazendo serviços quase suicidas pelas bronquites, pneumonias, reumatismos que iam contraindo. Os menores (em que se contavam rapazinhos de oito anos) eram empregados em serviços pesados, alguns incompatíveis com sua idade e sua constituição física e mal chegavam a adultos e quando chegavam era para formar filas nas clínicas gratuitas da Santa Casa de Misericórdia, como indigentes. Todos ou quase todos, analfabetos, supersticiosos, tímidos humilhados por palavrões e insultos depreciativos. Ignorância total. Ser dispensado do serviço representava mais fome, mais miséria em casa... Desta forma a oligarquia capitalista julgava estar prestando um grande favor, praticando um ato de benemerência em dar trabalho para proteger essa gente esfomeada (DIAS, 1977, p.46).

A organização dos trabalhadores brasileiros⁸ formou-se a partir de pequenos núcleos, compostos de operários qualificados, artesãos, alfaiates, barbeiros, sapateiros, pintores e pedreiros, que agiam com muita precaução para não sofrerem perseguições e prisões. Ainda assim, pelas muitas represálias sofridas – prisões, deportações de estrangeiros e espancamentos –, os grupos se reuniam nos festivais, conferências e em datas comemorativas.

⁸ DIAS (1977) assume que “foi o exacerbamento pelas injustiças praticadas e a exploração salarial o maior alicerce para forçar o trabalhador a se agrupar e se unir, dando início às reivindicações, criando nele, ao mesmo tempo, uma consciência de seus direitos, situando-o, não como coisa ou animal rude e submisso, mas como ser pensante, como indivíduo capacitado, como fator de progresso social” (p.48).

Em seu estudo sobre o percurso do sindicalismo no Brasil, RODRIGUES (1979) identificou cinco fases⁹, das quais citaremos apenas as duas primeiras. A primeira, que vai até 1888, foi chamada por ele de período mutualista. Ela não era rigorosamente sindical, mas de organização do trabalho livre, coexistindo com o trabalho escravo. As organizações que então surgiram representaram uma tentativa de sobrevivência do trabalho corporativo do tipo artesanal e assumiram diversas formas. Em geral, elas tinham funções assistencialistas e de apoio mútuo. Alguns autores, como FOOT & LEONARDI (1982), estabelecem diferenças entre as associações criadas, em que

os objetivos eram fixados pelos associados: a ajuda mútua e o auxílio aos necessitados, os mesmos objetivos, portanto, das antigas confrarias. Porém, há uma diferença radical entre os dois tipos de associações. Nas confrarias, em função do princípio corporativo, encontravam-se organizados, lado a lado, patrões e empregados. Já as mutualistas eram organismos cuja iniciativa cabia aos empregados, aos assalariados, que estavam na origem do socorro mútuo, entre operários, que iriam se desenvolver nas décadas de 1850-1880, quando surgiram outras...A partir dos anos 70, começaram a surgir associações de um novo tipo – as ligas operárias, que se propunham como objetivo organizar a resistência dos trabalhadores contra o patronato, por isso conhecidas também como associações de resistência. Não se tratava mais de ajudar-se mutuamente para sobreviver. O objetivo era reivindicar e uma das novas formas de atuação passou a ser a greve (pp.119-120).

O período de resistência constituiu a segunda fase identificada por RODRIGUES (1979). Essa denominação deveu-se ao caráter de resistência assumido pelas organizações de então, que se intitulavam União, Associação, Liga ou Sindicato *de Resistência*. Segundo o autor, sua principal característica era a resistência ao sistema capitalista:

Elas, [as associações], são típicas de um período de grande efervescência e agitação social, caracterizado justamente por um esforço para resistir ao capitalismo emergente no Brasil... A designação geral (do movimento que se delineava) que pode ser usada é socialista, mas abrangia desde alguns positivistas e evolucionistas até marxistas, bem como os adeptos do socialismo utópico e os anarquistas (RODRIGUES, 1979, pp.8-9).

⁹ Para Rodrigues (1979), “ a caracterização dos vários períodos é feita quase sempre em termos políticos, porque as organizações de cunho reformista-revolucionário surgidas no Brasil, em divergências com as correntes tradicionalistas dominantes, têm buscado em primeiro lugar as bases populares, ou mais especificamente as bases operárias. Aliás, nesse sentido como em outros, as evidências dos nossos movimentos políticos-sindicais não divergem fundamentalmente de outros países, que evoluíram de uma estrutura rural arcaica para uma nova estrutura urbano-industrial...São as seguintes as fases que indicamos e procuraremos caracterizar sumariamente: 1ª) período mutualista (antes de 1888); 2ª) período de resistência (1888 – 1934); 3ª) período de ajustamento (1919 – 1934); 4ª) período de controle (1934 – 1945); 5ª) período competitivo (1945 –1964)” (pp.5-6).

A maioria das organizações se caracterizava por serem independentes do governo, das igrejas, dos partidos políticos e dos patrões, embora as confrarias aglutinassem patrões e empregados. Por serem mantidas pelas contribuições dos próprios associados, as organizações possuíam autonomia para decidirem seus estatutos e as formas de lutas a serem adotadas. Deste modo, apareceram organizações de diversas naturezas. Entre elas, podemos mencionar as que reuniam trabalhadores do mesmo bairro e ofício, como a Associação dos Tecelões do Brás e os que reuniam os trabalhadores da mesma nacionalidade, ou naturalidade, como as Ligas Operárias. É o caso, por exemplo, da Liga Bahiana de 1881, composta por artistas (mestres em construção) brasileiros e a Liga do Rio de Janeiro, de 1871, transformada em sociedade mutualista em 1878. Apareceram também os sindicatos por indústria – que aglutinavam todos os trabalhadores do mesmo ramo ou que desenvolviam uma atividade comum, como o sindicato dos ferroviários e o dos portuários –, os sindicatos sem profissão específica e os sindicatos por empresas.

As principais reivindicações dessas organizações eram comuns a todos: jornada de oito horas, melhoria salarial, liberdade de organização, reconhecimento dos sindicatos, direito a férias, regulamentação do trabalho do menor e da mulher, melhoria das condições de trabalho. A preocupação com o fortalecimento da luta levava-os a executarem um intenso trabalho de divulgação, bem como a se articularem com os demais organismos operários. Foi assim que se sucederam históricos congressos. Em 28 de maio de 1902, em São Paulo, por exemplo, organizou-se o Congresso do Partido Socialista, e de 15 a 22 de abril de 1906 realizou-se o primeiro Congresso Operário Brasileiro no Rio de Janeiro, do qual se originou a Confederação Operária Brasileira em 1908¹⁰.

Pelas reivindicações apontadas, pode-se observar que, mesmo em uma época em que a organização dos trabalhadores era fortemente reprimida, suas lutas não tinham um sentido corporativista e não visavam apenas aumento de salário e melhoria nas condições de trabalho. Ao contrário, elas eram marcadamente classistas e nelas eram

¹⁰ A respeito do Congresso Operário Brasileiro de 1906, FOOT & LEONARD (1982) afirmam que “contra a proposta dos delegados socialistas da criação de um partido político, foi aprovada a tese anarco-sindical de criação da Confederação Operária Brasileira, inspirada no modelo da CGT francesa de influência revolucionária. O congresso deliberou que deveriam ser excluídos dos sindicatos operários todos os mestres, contra-mestres, encarregados e operários com cargo de mando. Além disso, o congresso propunha campanha de agitação imediata contra o militarismo e pela jornada de trabalho de 8 horas. Entre os meios de ação defendidos para levar adiante a resistência material e moral contra o patronato estavam incluídos: a greve parcial ou geral, a boicotagem, a sabotagem, o labéu, a manifestação pública, etc.” (p. 338). Um sumário dos principais eventos dos trabalhadores entre 1798 e 1934, incluindo os congressos, se encontra em: DIAS, Everardo.(1977). *História das lutas sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega.

travados fortes embates em todas as direções políticas, bem como com o poder dos capitalistas.

Dentro de uma dinâmica em que todas as forças políticas tentavam impor a sua supremacia, queremos ressaltar que, de fato, o movimento anarquista deixou marcas indeléveis na história sindical do país. Por esta razão, situamos o período da prevalência deste movimento como uma primeira fase do conceito de sindicato no Brasil. Sem querer desmerecer as outras tendências políticas – anteriores e dessa mesma época –, como os socialistas e comunistas, que, por certo, contribuíram de forma relevante para a luta dos trabalhadores e, inclusive, de forma conflitante com os próprios anarquistas, queremos reafirmar a força política de que se apoderou a tendência anarquista, especialmente do início da industrialização até 1920. Para RODRIGUES, (1979), “os aspectos marcantes do período são dados pelos anarquistas, que constituíam o grupo mais ativo e aguerrido, conduzindo o movimento operário com obstinação e bravura, justamente numa época em que a violência policial era das mais fortes” (p.10).

Os anarquistas,¹¹ como se sabe, apregoavam caracteristicamente a destruição do capitalismo e a construção de uma sociedade sem classes sociais. Entre as suas principais bandeiras, encontramos a luta contra os partidos políticos e o parlamento, contra a representação e a delegação de mandatos, mecanismos estes que, segundo eles, corrompiam e dividiam os trabalhadores. Eles creditavam força à organização das massas e interpretavam como dominadora a relação entre as direções e as bases sindicais, devendo, portanto, esta relação ser extinta. O sindicato era considerado instrumento de solidariedade da classe operária, arma de destruição do capitalismo e base de construção de uma sociedade igualitária. Sendo assim, praticavam um sindicalismo mantido apenas pelas contribuições dos sócios, aberto a todas as categorias e tendências políticas, independente do Estado e dos partidos políticos. O anarco-sindicalismo era de cunho não-assistencialista, funcionava como base de sustentação das lutas políticas e tinha na greve geral um privilegiado instrumento de luta. A esse respeito, FAUSTO (2000) menciona:

¹¹ Uma explanação sobre o anarquismo, inclusive deste movimento no Brasil encontra-se em DIAS (1977). A esse respeito, ler também FAUSTO, Boris (2000) *Trabalho urbano e Conflito Social*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Instrumento privilegiado, a greve geral surge como arma reivindicatória e premonição do ato emancipatório final: a “greve única, mundial, precursora do grande cataclismo de que brotará a sociedade nova, liberta de privilégios e opressão”. A sabotagem assume as formas da queda do ritmo de trabalho, da produção deliberadamente defeituosa, da destruição de máquinas. Um exemplo desta última se encontra na greve desfechada pelos têxteis da fábrica carioca “Cruzeiro” (18 de novembro de 1908), resultante da demissão de dois operários que faziam propaganda do sindicato (FAUSTO, 2000, pp.76-77).

Alguns fatos contribuíram para diminuir a influência dos anarquistas dentro do movimento operário a partir de 1920. Entre eles, podemos mencionar a facilidade da repressão policial – devido ao fato da maioria ser estrangeira –, o descumprimento, por parte dos patrões, das conquistas trabalhistas alcançadas, e o próprio distanciamento anarquista da luta política organizada. Além destes, cabe mencionar também as transformações ocorridas devido à modernização capitalista no país, que alteraram os mecanismos de poder, tornando inadequadas as formas de organização e de luta anarquistas e, principalmente, a revolução russa de 1917 e sua influência no aparecimento do Partido Comunista Brasileiro em 1922.

Cabe ressaltar aqui a grande contribuição que tem prestado o movimento comunista à causa dos trabalhadores desde os primórdios de sua organização que, diga-se de passagem, restringiu-se ao Partido Comunista, apenas em seu início. Atualmente, o movimento comunista no Brasil é constituído por inúmeros grupos e partidos políticos, dos quais, para alguns estudiosos, os partidos comunistas representariam atualmente a “direita” do movimento de organização política do trabalhador.

2.1.3 - O Movimento Sindical Brasileiro entre 1930 e 1964

2.1.3.1 - Implantação e Manutenção da Estrutura Sindical Corporativa

As sólidas características corporativistas implantadas a partir de 1930, quando da instalação do Estado Novo, anunciam uma segunda fase do conceito de sindicato no Brasil, delimitado por uma radical mudança na condução do movimento operário.

No primeiro momento, com a predominância do anarco-sindicalismo, o sindicato era totalmente independente das agências legais e era utilizado como base para a

luta de emancipação da classe operária, objetivando a mais radical transformação social. Neste segundo momento, passa a existir literalmente a instituição sindical, atrelada e incorporada ao Estado. O sindicalismo passa então, a assegurar uma relação de submissão do trabalho ao capital, orientada pelo corporativismo existente até os dias de hoje e que, decerto, ainda influencia e limita a luta dos trabalhadores brasileiros¹².

As idéias liberais, bem como a sua derrocada, proporcionaram a ascensão dos ideais corporativistas. Inicialmente, o patronato não aceitava a interferência do Estado em suas relações com os trabalhadores. Segundo eles, a negociação deveria ser direta com cada operário, sem a interferência de mediadores, especialmente dos sindicatos.

No entanto, o capitalismo avançava no Brasil, a indústria crescia e a base da economia se deslocava do campo para as cidades. Com isso, também a classe operária se desenvolvia em número, em organização e em força política. Suas lutas, nesta época, vão escapando dos limites das empresas, dificultando, assim, a sustentação das idéias liberais dos empresários. Aos poucos, estes foram percebendo a utilidade e a necessidade da intervenção governamental nas relações com os empregados.

O desenvolvimento do capitalismo mundial, na Europa e nos Estados Unidos, bem como a revolução russa, fortaleceram, não apenas a luta dos trabalhadores, mas também as preocupações dos patrões. Estes eventos fizeram com que as idéias dos radicais liberais fossem substituídas por outras, que previam reformas sociais e políticas. Definia-se uma nova organização social, que incluía novas regras no relacionamento entre patrões e empregados.

Em um quadro político internacional influenciado por uma revolução operária vitoriosa (revolução russa de 1917), desenvolveram-se, contrariamente a ela, idéias e práticas fascistas, com fortes repercussões mundiais: na Itália, com Mussolini; na Alemanha, com Hitler e o partido nazista; na Espanha, com Franco; e, em Portugal, com Salazar. A política social do fascismo se apoiava na idéia de que o liberalismo não possuía força política para resolver as questões das classes dominantes. Apregoava, assim, uma

¹² A esse respeito ler VIANNA, Luiz Werneck (1999), 4ª ed. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais.

sociedade similar a um corpo, onde a cabeça comandava e as outras partes deviam obedecer e agir de maneira coordenada, harmônica e equilibrada, mediante a colaboração e conciliação entre as classes. Este tipo de sociedade necessitava de um Estado forte, que promovesse a paz social.

Seguindo tais preceitos, no Brasil, a Revolução de 30, ao acabar com a República Velha, hegemonizou a burguesia, domesticou trabalhadores e sindicatos e aqueles mais combativos foram quase que totalmente dizimados. Foi elaborada uma legislação disciplinadora, coercitiva e restritiva que moldaria a classe operária e acabaria com a combatividade sindical e com a sua independência frente ao Estado e aos partidos. Os sindicatos transformaram-se em órgãos de colaboração do Estado.

O corporativismo brasileiro tornou-se dominante, fortaleceu-se, desenvolveu-se, assumindo seus fundamentos jurídicos, ideológicos e políticos. Esses instrumentos ligaram os trabalhadores ao pacto de unidade e às políticas de colaboração de classes, que foram de vital importância para o capital. A partir daí, a unidade entre o sindicato, o partido e o Estado definiu a formação da classe operária brasileira. Estas três agências políticas conseguiram, enfim, subordinar o trabalho ao capital (Ver NÓVOA, 1996).

Apesar de antes de 1930 já haver leis que tentavam regulamentar as relações entre operários e patrões, foi somente a partir daí que se definiu esta relação, mais precisamente com a nova estrutura de poder e de governo e com a ascensão de novos setores da burguesia¹³.

Em 1932, os sindicatos foram literalmente transformados em órgãos de colaboração do governo, ao qual deveriam estar subordinados a partir de medidas de sujeição, tais como: obrigatoriedade de carta de reconhecimento; submissão dos estatutos ao Ministério do trabalho; obrigatoriedade da entrega de relatórios anuais das atividades, das finanças e das listas de sócios, ao Estado; criação de concessões e contratos coletivos de trabalho; acesso direto do delegado do Ministério do trabalho às assembleias e exame

¹³ Algumas leis influenciaram a organização dos trabalhadores: em 1907 foi permitida a criação de sindicatos profissionais com a garantia da não intromissão do Estado nas relações trabalhistas; em 1919, a Lei Heloy Chaves cria caixas, pensões e estabilidade aos 10 anos para ferroviários e a estabilidade passa a ser estendida para portuários e marítimos; em 1923 foi criado o Conselho Nacional do Trabalho; em 1925, a Lei de Férias previa férias anuais de 15 dias, não garantida pela patronal; em 1926 o Código de Menores regulamentou as condições de trabalho do menor. Para uma discussão mais ampla a este respeito, ver RODRIGUES, (1979). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo.

estatal das finanças de três em três meses; introdução de multas, intervenções e destituições das diretorias; controle das eleições sindicais; exigência do sindicato único por categoria e por base territorial, com organização vertical (formação de uma federação estadual para cada três sindicatos e, para cinco, uma confederação nacional). Foram proibidas a organização sindical para funcionários públicos, as funções políticas sindicais, bem como as ligações dos sindicatos com entidades internacionais. Em contrapartida, o governo concederia recursos para as funções assistencialistas dos sindicatos.

Em 1934, a Assembléia Nacional Constituinte, ao tratar das questões trabalhistas, permitiu lacunas que, ao serem regulamentadas, mantiveram os sindicatos como órgãos de colaboração do Estado. Ainda neste ano, o governo assumiu assento no sistema previdenciário, ao lado dos patrões e dos trabalhadores. Sobre a Constituição de 1934, VIANNA (1978) expõe algumas lacunas, analisa influências, objetivos e os principais interesses, especialmente da igreja, dos empresários e dos juristas. A respeito da definição e da função conciliadora do Estado como instrumento de captação de capital e de cooptação operária, Vargas fala¹⁴:

Assim como o interesse do indivíduo deveria ceder diante do coletivo, a livre concorrência daria lugar à cooperação. Essa se processaria pela constituição orgânica dos grupos sociais em sindicatos, regulamentados e orientados pela ação harmonizadora do Estado. No Brasil, a inércia dos governos diante do problema social teria acabado por gerar a falsa impressão de “serem os sindicatos órgãos de luta, quando na verdade o são de defesa e colaboração dos fatores capital e trabalho com o poder público... A legislação trabalhista não visaria hostilizar o capital que, pelo contrário “precisa ser atraído e garantido pelo poder público”. Mas garantir o capital consiste, sobretudo, em “transformar o proletariado em força orgânica, capaz de cooperar com o Estado”. Tratar-se-ia de extraí-lo do âmbito da sociedade civil, onde se encontraria “entregue à ação dissolvente de elementos perturbadores”. Mas a decapitação das antigas lideranças sindicais imporia a contrapartida dos empresários admitirem a legislação social, único meio idôneo de provocar o alinhamento do sindicalismo junto ao Estado (em VIANNA, 1978 p.188).

Em 1935 foi criada a Lei de Segurança Nacional, que definia toda a ordem constituída, facilitando a repressão ao movimento operário e, em 1936, foi instituído o estatuto-padrão, modelo único que deveria ser adotado por todos os sindicatos.

¹⁴ Discurso de Getúlio Vargas na Constituinte, in *Anais do Congresso Nacional*, vol. I, 1933. Em VIANNA, (1978). *Liberalismo e Sindicalismo no Brasil*, Paz e Terra. Este autor examina diversos artigos da Constituinte de 1934. Esta iniciou seus trabalhos na sessão de 15 de novembro de 1933, quando o Chefe do Governo Provisório fez um longo discurso, do qual nós tiramos o trecho acima descrito.

Getúlio Vargas, ao chefiar o golpe em 1937, instituindo a constituição do “Estado Novo”, jogou na ilegalidade quase todo o movimento grevista. Em 1939 foi criada a Justiça do Trabalho e passou a ser exigido o atestado ideológico aos candidatos a cargos sindicais.

Em 1940 foram criados o salário mínimo e o Imposto Sindical. O dinheiro arrecadado compulsoriamente de um dia de trabalho de todos os trabalhadores passou a ser revertido para os sindicatos, federações e confederações. Estes atos resultaram no fortalecimento das medidas assistencialistas, na criação de sindicatos fantasmas (que apenas têm a carta sindical, sem associados), promovendo a corrupção e a acomodação à estrutura corporativista. O salário mínimo, bandeira de luta operária, ao ser criado pelo governo, nivelou as necessidades dos trabalhadores por baixo, não considerando em seus cálculos, a educação e o lazer.

No período de 1930 a 1945 se consolidou a economia capitalista no Brasil, o poder apoiado na industrialização e na criação de um Estado forte e centralizador. Este destruiu o sindicalismo livre e criou o sindicalismo corporativista, atrelado e subordinado ao Estado, existente até hoje, embora com algumas mudanças¹⁵. Em 1943 é instituída a Consolidação das Leis do Trabalho, que organiza por temas o conjunto das leis trabalhistas.

No período entre 1943 e 1964 enraizou-se o populismo nacionalista como ideologia dominante da consciência social. A sua base social foi constituída pela pequena burguesia urbana, a aristocracia sindical, a burocracia estatal e o oficialato militar, tendo como princípio a ser defendido por todos esses setores, a colaboração entre as classes. O Estado, colocado acima das classes, fazia concessões ao capital, subordinando a esse o trabalho. NÓVOA (1996) afirma que a união das três instâncias políticas possibilita que se explique a falsa consciência dos trabalhadores brasileiros. Segundo ele,

A atuação conjugada dos referidos organismos se dá já no início dos anos 40, prolongando-se com coerência até o golpe militar de 1964. É ela que explica, finalmente, que amplas camadas da população tenham acreditado de fato no

¹⁵ Para uma profunda análise da estrutura do sindicato no Brasil, ler BOITO (1991). *Reforma e Persistência na Estrutura Sindical*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

programa “getuliano e goularista” e abraçado a ideologia nacional-populista como verdadeira. É ela que possibilita em grande parte, explicar que a consciência real dos trabalhadores seja de fato uma falsa consciência. É este mesmo descompasso que permite explicar também as explosões espontâneas da classe, mas ao mesmo tempo, a possibilidade de tornar o movimento objetivo, instintivo da classe, num movimento consciente (NÓVOA, 1996, p.7).

No período de 1930 a 1945, o movimento sindical foi marcado pelo desmonte do sindicato independente e pela montagem de uma estrutura sindical corporativista. Nesta linha de raciocínio, PARANHOS (1999) assinala que a fala dos trabalhadores na era getulista foi roubada pela repressão, pelo desmonte do movimento social organizado e pela aproximação do ditador com a população. O seu governo corporativista e populista teria, ideologicamente, desenvolvido nos trabalhadores uma fala apolítica e desvinculada de seus valores como decorrência das políticas públicas assistencialistas que, supostamente, eles teria concedido, quando sabemos que algumas foram resultado de ampla mobilização da classe operária. O mito da “doação”, trabalhada e propagandeada como generosidade, cumpriu, segundo o autor, a função de amortecer o impacto das lutas de classe. Este pesquisador entende que a suposta “doação” teria reforçado a estratégia de eliminar da memória política da classe trabalhadora as lutas que se desenvolveram pelos direitos e que vinham se acumulando e se fortalecendo pelos êxitos que conseguiram.

A fim de concluir esta primeira etapa do corporativismo brasileiro e reiterando o raciocínio acima exposto, nos reportamos, mais uma vez a PARANHOS (1999), que retrata o sentimento de segurança política do governo ao substituir, estrategicamente, as ações diretas da classe trabalhadora “em luta” para as ações pacíficas provenientes da política de colaboração entre as classes:

na impossibilidade de extinguir as lutas de classes, o Estado cuidou de fazer dela um processo auxiliar das estratégias de dominação que tinham por finalidade a subordinação política das classes trabalhadoras em nome da “colaboração de classes”. Só assim se instauraria um clima de “paz e trabalho”, condição necessária para assegurar o processo “normal” de acumulação capitalista nos centros urbano-industriais. (p. 35).

2.1.3.2 - A Conjuntura Econômica-Política entre 1945 e 1964

Muitos fatores contribuíram para a deposição de Getúlio Vargas em 1945. Do ponto de vista da classe dominante, a ditadura e o intervencionismo econômico do Estado

Novo já não eram mais necessários aos propósitos da burguesia, tendo mesmo se transformado em barreiras que precisavam ser eliminadas. Também a entrada do Brasil na II Guerra Mundial, junto com os aliados (Estados Unidos, França, Inglaterra e URSS), contra a Alemanha, a Itália e o Japão, foi acompanhada de intensa propaganda anti-fascista, que atingiu, ainda que de maneira distinta, toda a sociedade, todas as classes e setores sociais e, inevitavelmente, a classe trabalhadora.

O movimento operário em 1945, junto com suas reivindicações salariais e trabalhistas, exigia a anistia, o fim da ditadura e eleições livres. O maior problema para a classe dominante era livrar-se da ditadura getulista sem perder o controle sobre os movimentos popular e sindical, que voltavam às ruas, após anos de repressão. No sentido de garantir a sua dominação, sob uma nova forma de governo, a ditadura Vargas foi derrubada pela própria burguesia, através de um golpe, articulado por civis e militares.

Neste processo, formaram-se diversos partidos, entre os quais cabe destacar o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Eles tentavam se adaptar às condições de modernização da realidade econômica, política e social e procuravam responder à crescente participação das massas populares no processo político, participação até então represada pela ditadura, mas que passou a ser incentivada pela situação criada pela II Guerra Mundial.

Cabe destacar que as agremiações partidárias representavam os interesses da classe dominante e poucas diferenças demonstravam entre si. Atuavam a partir de composições interpartidárias nas eleições, conforme os interesses locais e estaduais dos grupos econômicos e políticos, mantendo, assim, sempre uma maioria conservadora no Congresso. A sua ligação com o eleitorado era por meio de promessas de melhoria de vida nas épocas das eleições, mas agiam através de instituições extra-partidárias (Forças Armadas, movimento sindical, jornais). Esses foram os atores políticos que lideraram a reordenação dos interesses dos vários setores das classes dominantes para a transição da ditadura ao novo regime.

Papel de destaque na época era exercido pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Este foi duramente reprimido na ditadura do Estado Novo e teve muitos de seus militantes presos, torturados e mortos pela polícia de Getúlio. Em 1945, o governo,

pressionado pelo movimento popular em favor da anistia, diante da situação particular da guerra – como sabemos, o Brasil combateu ao lado dos Aliados e da União Soviética – e dos interesses do próprio grupo getulista, permitiu a sua legalização. Ao sair da clandestinidade, o PCB defendeu a permanência de Getúlio no poder, mesmo depois da queda do Estado Novo, no movimento “Queremismo”, cujo lema era "Constituinte com Getúlio". Este fato se explica pelo alinhamento deste partido com a política externa da URSS, que defendia uma política de composição com as burguesias progressistas e anti-imperialistas de cada país. Segundo eles, a luta, naquele momento, não seria pela revolução socialista, mas contra o fascismo. O PCB se justificava, afirmando que a derrubada de Getúlio Vargas permitiria o avanço irrestrito do capital e da dominação imperialista, em prejuízo de um desenvolvimento capitalista autônomo do país.

No que diz respeito às lutas dos trabalhadores no período de 1945 a 1964, cabe destacar que, durante o funcionamento da Assembléia Nacional Constituinte, o movimento operário sindical estava em plena mobilização. Dezenas de greves e muita pressão foram realizadas em defesa da liberdade e da autonomia sindical, mas a composição das forças Constituintes já estava assegurada pela burguesia e pelos latifundiários conservadores. No processo de derrubada da ditadura do Estado Novo, a presença dos trabalhadores não foi marcada por uma identidade de classe; ao contrário, eles defendiam um projeto liberal.

A substituição da ditadura pela democracia constitucional burguesa favoreceu o crescimento da mobilização dos trabalhadores pelas reivindicações econômicas, em defesa da liberdade de organização e em campanhas políticas, como a nacionalização do petróleo. Porém, esta mobilização ainda era muito influenciada pelos partidos que detinham o poder.

Na segunda metade da década de 1950, em especial no governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1957-1960), a economia deu um novo salto, com a instalação das grandes montadoras de veículos e com a entrada maciça de capital estrangeiro. O movimento sindical também se expandiu, através de grandes concentrações operárias que se formaram nos pólos de desenvolvimento capitalista (metalúrgicos, portuários, químicos, ferroviários). A inflação galopante do período e o aumento do custo de vida foram fatores

de estímulo à mobilização e às greves por melhorias salariais. Crescia também o movimento dos trabalhadores rurais, a luta pela posse da terra, a defesa de uma reforma agrária como defendiam as “ligas camponesas”.

Na década de 1960 (até 1964), o movimento dos trabalhadores concentrou-se no apoio às propostas do governo João Goulart (PTB), com o suporte do PCB, no sentido da obtenção das reformas de base. Estas pretendiam atingir a estrutura do uso da terra (reforma agrária), o ensino, a situação fiscal (aumentar os impostos dos mais ricos) e limitar a liberdade de ação do capital estrangeiro. Enfim, objetivavam realizar uma série de transformações profundas na realidade brasileira, através da votação das mesmas pelo Congresso Nacional. A adesão dos trabalhadores a este projeto ocorreu através dos sindicatos e, posteriormente, do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)¹⁶. Este fato significou o apogeu da política populista da burguesia liberal e o auge de um processo de comprometimento dos interesses da classe trabalhadora.

No período 1945-1964, a estrutura sindical montada pelo getulismo viveu o seu auge. Dezenas de sindicatos surgiram e sobreviveram, não pela mobilização das respectivas categorias, mas pela “generosidade” do imposto sindical. Este permitia um número muito pequeno de associados e acesso dos sindicalistas a grandes somas de dinheiro. Tais recursos foram empregados na criação de pesadas máquinas administrativas e assistenciais para sustentação e perpetuação nos cargos sindicais de uma camada de dirigentes burocratizados que defendiam, tanto interesses pessoais, como os de grupos econômicos e de partidos políticos, especialmente o PTB, que os bancava.

Os sindicatos, em sua maioria, além de transmitirem a política estatal, eram uma poderosa barreira ao desenvolvimento de uma consciência de classe operária independente. O movimento sindical tornou-se o sustento para centenas de sindicalistas ligados ao PTB, um trampolim para a eleição parlamentar e também um instrumento para as negociações diretas entre a cúpula sindical e as diversas instâncias patronais e do governo.

¹⁶ O CGT era composto por sindicatos, federações e confederações e apoiava inteiramente a estrutura sindical oficial. Em seu interior conviviam as principais tendências políticas (petebistas, comunistas e janistas) e a tática era pressionar o Congresso através de greves e manifestações públicas para a aprovação das reformas e para sua implementação, mesmo que sem a aprovação do Congresso.

O processo de cooperação envolveu ainda outros fatores. Primeiro, a ditadura getulista se encarregou de liquidar as principais resistências políticas ao enquadramento sindical na legislação vigente. Esta, ao mesmo tempo que subjugava a organização independente dos trabalhadores, garantia uma série de antigas reivindicações da classe trabalhadora (férias, descanso semanal remunerado, salário mínimo, aposentadoria, etc.), o que favorecia uma parcela muito grande de trabalhadores e era especialmente atraente para um significativo número de imigrantes camponeses¹⁷.

Outro fator marcante no processo de "colaboração de classes" foi a penetração de idéias nacionalistas, a exemplo do que ocorria em outros países, como nos Estados Unidos, na Inglaterra e na França. Assim, o governo propagou a idéia de que o desenvolvimento do Brasil necessitava dos trabalhadores, especialmente de seu sacrifício de "apertar os cintos", pois a riqueza viria como consequência do desenvolvimento do país.

Neste processo de cooperação, não se pode deixar de descartar também a influência das idéias e práticas do PCB. Este partido não combatia o atrelamento sindical e apostava na necessidade do desenvolvimento capitalista como pré-condição para o avanço político e social rumo ao socialismo. Após 1945 seus filiados defendiam reformas no capitalismo, na economia e nas instituições brasileiras, reunindo, por interesses afins, tanto as classes operária e média como a burguesia nacional progressista e anti-imperialista. Entendiam eles que seus membros deveriam ampliar a sua participação no poder, dentro das instituições burguesas, para acelerar as reformas no Congresso e nas diversas instâncias do poder.

Resumindo, o movimento operário no período de 1945 a 1964 foi identificado com o governo e com a defesa e a sustentação dos interesses da burguesia brasileira. Em nome da defesa "da Nação", contra o "sub-desenvolvimento" e contra os "interesses estrangeiros", as necessidades dos trabalhadores (moradia, salário, ensino, transporte, condições de trabalho, lazer, etc) foram sendo desconsideradas e suas ânsias de transformação social reprimidas. Estas, quando explicitadas de forma mais contundente,

¹⁷ Neste sentido, deve-se lembrar que, cinco anos após colaborar na derrubada do Estado Novo, os trabalhadores elegeram Getúlio Vargas Presidente da República (em 1950), entendendo que apenas ele poderia garantir as conquistas passadas e, mesmo após sua morte, ele continuou a ser considerado "pai dos pobres".

eram, ou violentamente reprimidas, ou imediatamente substituídas por promessas de reformas pela cúpula do Estado.

A estrutura sindical corporativista, montada e assegurada por Getúlio Vargas, foi o mais forte instrumento no atraso da consciência e da organização dos trabalhadores brasileiros.

Tendo por pano de fundo toda esta conjuntura política e a conseqüente guinada de posição do movimento sindical, entendemos ter caracterizado a segunda fase na evolução do conceito de sindicato no país, a que nos referimos anteriormente. Como se pode observar, no período descrito, se inicia o desmonte do sindicato livre, do ponto de vista político e de classe. Em seguida, o Estado o remodela nos moldes corporativistas, transformando e consolidando a sua principal função de apoio e sustentação dos interesses do capital. Neste sentido, o sindicato brasileiro assume um perfil legal, atrelado ao Estado e assistencialista.

2.2 - Classe Trabalhadora Versus Ditadura Militar

2.2.1 - Antecedente Políticos e Econômicos do Golpe Militar

Nos anos que precederam o golpe militar, o movimento popular e sindical encontrava-se em visível ascenso. Porém, o golpe arquitetado e posto em prática pela burguesia e pelos militares não encontrou resistência forte e organizada, nem da parte dos liberais burgueses, nem da parte das classes trabalhadoras. Alguns dias antes, milhares de trabalhadores participaram de um grande comício no Rio de Janeiro, convocado por João Goulart, em apoio às "reformas de base", que objetivavam introduzir modificações nas Leis da Reforma Agrária, Eleitoral, do Ensino e da defesa da "indústria nacional contra a repressão imperialista", entre outras.

A explicação da rápida queda, sem resistência, de um governo com tanto apoio popular e do esmagamento do movimento popular organizado pode ser compreendida se analisarmos a história brasileira da queda da ditadura de Getúlio Vargas em 1945 e da evolução da luta de classes até 1964.

Inicialmente, destacamos que, em um período de aproximadamente 20 anos, a produção industrial cresceu vertiginosamente. O valor da produção industrial ultrapassou o valor da produção agrícola e surgiram centenas de modernas empresas industriais.

A partir do início da Segunda Guerra Mundial (1939), o país viveu um processo acelerado de desenvolvimento capitalista, de industrialização, de crescimento das cidades, etc. Na década de 1940, foi implantada a indústria siderúrgica e na década de 1950, foram feitos grandes investimentos estatais na produção de energia (petróleo, hidrelétricas, etc.) e na criação de uma infra-estrutura de comunicação e de transportes (rodovias, ferrovias, telefonia, etc.).

A segunda metade da década de 1950 foi marcada pela instalação das grandes montadoras de veículos (Volkswagen, General Motors, Mercedes, Ford) e de muitas outras indústrias de transformação. Muitos produtos de importação passaram a ser fabricados no Brasil (máquinas, eletrodomésticos, auto-peças, automóveis, tratores, etc.), num processo econômico conhecido como "substituição de importações".

Nas regiões onde a presença da indústria era maior, as cidades cresceram e se modernizaram, animadas, tanto pela atividade industrial, como por tudo que esta atividade estimulava, como bancos, comércios, serviços públicos. Por outro lado, estas cidades incharam com a chegada de milhares de trabalhadores oriundos das regiões rurais à procura de emprego, como ocorreu com São Paulo e o ABC paulista, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife.

Outra característica fundamental do desenvolvimento capitalista neste período foi o aprofundamento dos laços entre os capitais nacionais e estrangeiros. Já era forte a participação do capital estrangeiro na economia brasileira, mas, com o fim da 2ª Guerra Mundial, esta participação aumentou muito. Com o impulso industrial estimulado pela guerra, os capitalistas brasileiros interessaram-se em atrair capital estrangeiro, com o que nem todos os setores concordavam, pois, entre outras coisas, isto significava uma concorrência muito maior, além da necessidade de investir mais na modernização. No entanto, esses grupos não tiveram força suficiente para impedir o processo acelerado de internacionalização da economia.

Em sua associação com o grande capital monopolista internacional (empresas multinacionais, grandes bancos norte-americanos e europeus), os empresários brasileiros eram os "sócios menores", mas, ainda assim, este era um negócio altamente compensador. Na verdade, quem pagava os custos desta integração era a classe trabalhadora, através das difíceis condições de vida e dos salários rebaixados que não acompanhavam a inflação, em acelerado processo de crescimento. Durante todo este período, o Estado desempenhou um papel decisivo, tanto na criação da infra-estrutura para o desenvolvimento (energia, siderurgia, comunicações, transportes, etc.), como no controle e na repressão do movimento dos trabalhadores.

Após 1964, o governo militar implementou uma série de medidas visando, por um lado, superar a crise econômica que vinha dos anos anteriores e, por outro, acelerar o desenvolvimento capitalista no país. As medidas tomadas, além de aumentarem a taxa de exploração da força de trabalho do operariado, elevaram os lucros das empresas e incentivaram o rápido processo de concentração do capital. Isso porque grandes empresas movimentam uma massa de recursos muito maior, vendem em maior quantidade, elevando o volume dos lucros e acelerando o ritmo de crescimento da economia.

Uma maior concentração do capital surgiu a partir das medidas tomadas pelos governos e que promoveram fusões e incorporações entre as empresas, favorecendo, ao mesmo tempo, a instalação de grandes empresas multinacionais e a associação do capital nacional ao estrangeiro. Assim se consolidaram as tendências, já presentes desde meados dos anos de 1950, no governo Juscelino Kubitschek, de fortalecimento das empresas de bens de consumo duráveis (automóveis, eletrodomésticos, etc.) e do setor mais dinâmico, carro chefe da economia. Aprofundou-se, assim, a integração do Brasil ao capitalismo internacional.

O crescimento da economia brasileira expandiu as necessidades de importação de máquinas e equipamentos, matérias primas, fertilizantes, produtos químicos e petróleo. Como as exportações não cresceram na mesma velocidade das importações, o governo lançou mão de vultosos empréstimos estrangeiros para pagar essas importações, comprometendo, deste modo, parte dos recursos internos do país para o pagamento da dívida externa.

De qualquer modo, foram incentivadas as exportações, principalmente de produtos agrícolas, para equilibrar as contas do país. Esta política trouxe grandes transformações e um violento processo de concentração de terras. O objetivo era transformar o campo num rentável empreendimento capitalista e, com isso, aumentar a produção agrícola para a exportação. Uma das conseqüências foi a transformação de boa parte das culturas voltadas para o mercado interno, como o feijão, em enormes plantações voltadas para a exportação.

Para os trabalhadores, as conseqüências da entrada do grande capital no campo foram dramáticas. Em alguns lugares (Goiás, Mato Grosso, Pará) se acirraram os conflitos pela posse da terra. Em outros lugares (São Paulo e Paraná, principalmente), foram eliminados os pequenos proprietários, posseiros e meeiros, levando ao surgimento de milhares de bóias frias e ao aumento da migração para as cidades, inchando o mercado de trabalho.

Foram esses os principais aspectos da política econômica que permitiram retirar a economia da recessão que vinha se aprofundando desde o início dos anos de 1960 e manter os elevados índices de crescimento econômico nos anos do chamado “milagre econômico” (1968-1973). A orientação econômica da ditadura teve por objetivo principal consolidar e fortalecer as grandes empresas do setor de consumo durável, carro chefe da economia. Porém, todos os outros setores capitalistas foram também favorecidos, em particular o setor financeiro (bancos e financeiras), que cresceu e concentrou-se em poucos e poderosos grupos.

2.2.2 - Os Pilares do “Milagre Econômico”: Arrocho Salarial, Rotatividade no Emprego e Pesada Repressão aos Sindicatos

Em primeiro de abril de 1964, com a instalação do governo da ditadura militar, o sindicato brasileiro, restrito que estava em suas funções políticas desde o pacto getulista, viveu anos de pesada repressão e da quase total retirada de sua participação. Esta situação permaneceria, muitas vezes marcada com ainda mais fortes tendências de endurecimento, até fins de 1970. A fase “dura” da repressão e da exclusão política dos

trabalhadores pode ser apontada como a terceira etapa do conceito de sindicato no país. NORONHA (em SCHÜRMAN, 1998) assim explica as mudanças funcionais do sindicalismo, nesta época:

Estes três fatores combinados – repressão às greves e às lideranças sindicais, intervenções nos sindicatos e controle estatal dos reajustes salariais e das negociações coletivas reduziram os sindicatos a agências prestadoras de serviços assistenciais, predominantemente médicos e jurídicos, perdendo assim a sua função básica: a defesa dos salários dos trabalhadores. A partir daí, a fórmula populista de controle e de incorporação foi substituída pela fórmula repressão-exclusão, na qual o regime militar utilizou, com maior ou menor frequência e impacto, os instrumentos repressivos da legislação sindical. Não havia a intenção de recriar uma nova liderança identificada com o regime, mas de provocar a exclusão absoluta dos sindicalistas da cena política. (p.28).

Os instrumentos usados pelo governo para garantir o aumento da exploração da força de trabalho foram: a política salarial, o atrelamento dos sindicatos ao Estado e a repressão direta. O primeiro governo militar de Castelo Branco desencadeou uma violenta repressão contra todos os movimentos populares: estudantil, camponês, operário e da esquerda organizada. O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) foi considerado ilegal, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi fechada, centenas de sindicatos sofreram intervenções, inúmeras lideranças sindicais e políticas foram detidas, torturadas e/ou condenadas à prisão e à morte. A repressão se estendeu até mesmo sobre liberais burgueses e pequeno-burgueses.

O movimento sindical brasileiro apresentava um quadro favorável aos desmontes necessários ao golpe militar: era muito pouco organizado pelas bases, tinha consciência política pouco desenvolvida e não ultrapassava os limites do poder imposto. Não foi difícil, portanto, neutralizá-lo e sufocá-lo com a repressão e a substituição das cúpulas sindicais mais ativas e contestadoras. Assim, o movimento, apesar das resistências e das lutas isoladas, foi facilmente controlado por uma política corporativista. As "novas lideranças" se perpetuaram nas diretorias sindicais, não pela combatividade, mas pela submissão à ditadura. Os dirigentes sindicais foram cassados e substituídos por interventores nomeados pelo governo e as centrais sindicais foram abolidas. As intervenções do Ministério do Trabalho deram-se em 70% (setenta por cento) dos sindicatos com mais de cinco mil membros, em 38% (trinta e oito por cento) daqueles com

filiação entre mil e cinco mil e só em 19% (dezenove por cento) nos sindicatos com menos de mil filiados.

As regras da ditadura militar para os sindicatos foram basicamente duas: o desmantelamento sindical e a violenta repressão contra seus dirigentes, especialmente após os movimentos de Contagem e Osasco. Os mencionados sindicatos tentaram mudar o quadro de imobilismo e acomodação do movimento sindical. Esse foi também o sinal para um forte endurecimento, que resultou na exclusão dos sindicatos do cenário político brasileiro.

Para garantir os propósitos da ditadura, o Estado Brasileiro apenas utilizou os mecanismos jurídicos da legislação trabalhista existente, sem necessitar destruir estruturalmente os sindicatos. A participação sindical, já insignificante antes do golpe militar, reduziu-se ainda mais. Em muitas categorias os associados não chegavam a 10% e as diretorias, “pelegas” – aquelas que adotaram os princípios políticos e obedeciam as ordens da Ditadura Militar –, não se empenhavam em aumentar esse número, pois pequenas assembléias decidiam o pouco que a legislação lhes permitia (SCHÜRMAN, 1998, pp.27-28).

Pela aplicação “dura” da legislação vigente, era muito difícil um grupo combativo chegar à direção de sua categoria. Neste sentido, uma experiência inovadora da época foi a da greve dos metalúrgicos de Osasco, São Paulo. A partir da formação de uma comissão de fábrica na COBRASMA, cresceu um movimento de oposição sindical que ganhou a eleição do sindicato e se expandiu por várias outras fábricas, a partir de um processo de organização de base. Em agosto de 1968, o mencionado sindicato, apoiado pela Comissão da COBRASMA e outras que começavam a aparecer, liderou um movimento grevista por melhorias salariais, das condições de trabalho e por liberdade de organização dentro das empresas. Segundo RODRIGUES (em BOITO, 1999), “no início dos anos 60, entre outros registros, existia organizações de comissões de empresa entre os têxteis, em São Paulo, bem como a estruturação da comissão de fábrica da COBRASMA, em Osasco, que se inicia em fins de 1962 e dura até 1968” (p. 147).

O movimento grevista se alastrou e o governo prendeu as principais lideranças. Outro movimento importante foi a greve dos metalúrgicos de Contagem, em

Minas Gerais. Este terminou com pequena conquista salarial, mas não deixou saldo de organização política.

Estes movimentos foram um sinal de alerta para o governo que, em 13 de dezembro de 1968, decretou o Ato Institucional nº 5. Este fechou o Congresso, estabeleceu a censura prévia, suspendeu os direitos políticos, determinou cassações de parlamentares e punições aos grevistas, redobrando, assim, as medidas repressivas. Nos anos que se seguiram ao AI-5, a resistência operária ficou restrita às pequenas organizações clandestinas de fábricas e às oposições sindicais não legais, como a Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

Foram implantados pilares econômicos e políticos que garantiram o desenvolvimento capitalista, pois o "milagre econômico" precisava de uma base forte. Esta base, como já mencionamos, tinha um tríplice pilar: o arrocho salarial, a rotatividade no emprego e a repressão. Os reajustes salariais passaram a ser definidos com base em índices determinados pelo governo. Esta medida, com uma economia recessiva e seriamente inflacionada, acarretou um violento achatamento salarial. A substituição da estabilidade pela rotatividade no emprego (e, ainda, a demissão de sindicalistas grevistas), com a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), tornaram sólidos os alicerces econômicos para o conjunto de medidas que seriam adotadas.

Todos os recursos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), os Programas de Integração Social (PIS e PASEP), entre outros, foram canalizados para financiar o crescimento industrial. O governo concedeu créditos, financiou o capital de giro, a compra de máquinas e de equipamentos para as empresas. Grandes somas de dinheiro foram investidas na construção de estradas para facilitar o transporte de matérias-primas e produtos das grandes empresas. Investiu-se também em avenidas e viadutos para facilitar a circulação dos milhares de automóveis estocados no mercado. Estes investimentos favoreceram as grandes montadoras e as grandes empresas de bens de produção da construção civil. Neste sentido, a criação do FGTS e do Banco Nacional da Habitação (BNH) foram complementares: além de acabarem com a estabilidade, serviram para trazer recursos para o financiamento do setor da construção civil.

No conjunto, as medidas citadas favoreceram os interesses do grande capital industrial, bancário e financeiro, bem como a sua integração ao capital internacional e levaram a um acelerado processo de concentração de capital e de riqueza. Esta concentração, aliás, só foi possível com outro poderoso pilar da ditadura, a repressão. Era necessário eliminar todo movimento de oposição, de todos os setores sociais. Para tal, a ditadura passou a agir através de Atos Institucionais que prescindiam da aprovação do Congresso Nacional. Este ficou inteiramente esvaziado, só opinando sobre questões secundárias, pois, caso ameaçasse rebelar-se ou mesmo pronunciar-se, era sumariamente fechado, como ocorreu em 1968.

A política econômica a ser implantada não permitiria nenhum tipo de concessão à população trabalhadora, mesmo as mais demagógicas. Isto significou o fim da política populista como esquema de dominação. Todas as antigas lideranças foram cassadas, até mesmo algumas coniventes com o regime militar.

Já em 1965, foram extintos os partidos políticos, através do Ato Institucional nº 2, que determinou a existência de apenas dois partidos, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No entanto, os principais alvos eram a mobilização dos trabalhadores e a ação da esquerda. Assim sendo, foram reprimidos duramente e desmantelados todos os movimentos populares (sindical, estudantil e camponês).

O regime militar determinou o fechamento do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), a intervenção em centenas de sindicatos e o cancelamento das Ligas Camponesas. Foram presos os ativistas de esquerda e foi fortalecido o aparelho de repressão nos seus contingentes humano e técnico, tanto na ação direta, como no que diz respeito ao serviço de informações.

Outro pilar importante do “milagre econômico” foi a estrutura sindical atrelada. Após 1964, o movimento operário apresentou profundas diferenças em relação ao período populista. Entre as diferenças, destaca-se, por exemplo, o salto qualitativo do movimento sindical nas grandes empresas. Antes, o movimento era mais forte em empresas ligadas ao Estado, bem como nas indústrias têxteis e de alimentos. A partir de então, ele passou se fortalecer nas grandes empresas, que outrora se caracterizavam por

apresentarem uma fraca resistência, que, quando existente, era muito influenciada pelos setores da classe capitalista.

2.2.3 - O Declínio do Regime Militar - Fatores Sociais, Políticos e Econômicos

Nos anos da ditadura até 1974, a economia – alimentada pela recessão dos anos anteriores e pela entrada maciça do capital externo (empréstimos, investimento de multinacionais, etc.) – deu um salto, a oferta de empregos aumentou, o achatamento salarial diminuiu localizadamente. Esta situação favoreceu amplos setores da classe média e até mesmo alguns do proletariado urbano e fabril – principalmente aqueles setores ligados às indústrias maiores e mais modernas –, que começavam a disputar a mão de obra especializada.

A euforia econômica facilitou a investida da ditadura nas organizações políticas de esquerda e nas organizações sindicais independentes. A tortura, a morte, as condenações à prisão desbarataram quase todos os grupos organizados ou, pelo menos, os reduziram à inércia. No entanto, a partir de 1974, o “milagre econômico” começou a revelar os seus vazamentos com o declínio da economia, com o crescimento da insatisfação popular e da agitação política. Os capitalistas perceberam que os lucros não iriam aumentar com a mesma velocidade de antes. Os grupos econômicos compreenderam que, para enfrentar a crise, o governo beneficiaria alguns grupos em detrimento de outros. Para influenciar o governo, os vários setores precisavam das instituições de classe, de uma imprensa forte, de partidos que representassem seus interesses e de habilidade política para conquistar o apoio de outros setores para o seu projeto.

Nos anos de 1973 e 1974, os grupos mais ameaçados lançaram um manifesto (democrático) e a grande imprensa divulgou uma campanha dos direitos humanos, somando esforços com os de alguns políticos progressistas, principalmente do MDB. Estes setores queriam uma abertura democrática, a fim de defenderem seus interesses perante o Estado e abrir um maior espaço de participação nas decisões governamentais.

Quanto aos trabalhadores, suas condições de vida pioraram e aumentaram, assim, suas insatisfações, advindo os “quebra-quebras”, as passeatas, assembléias e greves.

Como os mecanismos de representação (entidades políticas, sindicatos, partidos) tinham sido destruídos, os protestos surgiam de forma imprevisível, incontrolável e se alastravam rapidamente. Estes eventos levaram o governo militar – numa tentativa de evitar que os conflitos se radicalizassem e se tornassem incontroláveis – a reconhecer o seu isolamento e a necessidade de mudança nas formas de organização do poder e a fortalecer os mecanismos de negociação e de representação dos interesses dos diversos setores da população.

As agitações e protestos atingiram também os moradores da periferia, levando-os a conquistarem um espaço próprio para a sua atuação e para a expressão de seus interesses. Assim, multiplicaram-se as entidades, movimentos, oposições sindicais e associações de moradores.

2.2.4 - As Reações do Movimento Sindical à Ditadura

2.2.4.1 - O Novo Sindicalismo¹⁸ e as Greves

A expansão capitalista naqueles últimos 30 anos levou a profundas transformações na estrutura das classes sociais no país. Nas cidades, houve o crescimento de uma “rica classe média”, forjando um mercado para os produtos de consumo vendidos pelas grandes empresas. Junto com a classe operária (trabalhadores das indústrias), cresceram os trabalhadores do comércio, dos bancos e de serviços. No entanto, explodiu um verdadeiro exército de desempregados e subempregados (vendedores ambulantes, lavadores de carro, entre outros), devido, especialmente, ao intenso fluxo da migração camponesa para as cidades. Paralelamente ao fortalecimento dos capitalistas agrários, cresceu o número de trabalhadores assalariados (bóias frias), ao mesmo tempo que se avolumavam os posseiros e pequenos proprietários rurais, levando a violentos conflitos de terra, característica importante da situação do campo.

¹⁸ Entre as muitas definições para Novo Sindicalismo citamos a de BLASS (1999) que atribui ao termo “um conjunto de experiências de luta bastante diversificado que emerge, na sociedade brasileira, com as jornadas heróicas dos metalúrgicos paulistas no final dos anos 70” (p,34). Ler, também, RODRIGUES, Iram (org.) (1999). *O novo sindicalismo vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.

O crescimento dos trabalhadores assalariados em todos os ramos de atividade e em quase todas as regiões do país gerou novas condições para a luta de classes. Isso se explica porque, apesar de uma crescente diversificação (por regiões e por ramos de trabalho), os trabalhadores estavam igualmente submetidos às condições de um Estado repressivo, que se utilizava da política salarial e da estrutura sindical corporativa como principais instrumentos para assegurar a sua política. Se, de um lado, a diversidade dos trabalhadores trazia novos problemas para a unificação de suas lutas, de outro, a exploração e a dominação de classe engendraram novas condições objetivas para esta unificação.

Forjada por esta conjuntura, no final dos anos de 1970, podemos identificar o início de uma quarta fase do conceito de sindicato no país. Observa-se, nesta época, uma vertiginosa mudança na organização dos trabalhadores, coincidindo com o movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”. O termo refere-se à mudança de postura do sindicato brasileiro, que se volta para o questionamento e o confronto e também para a disputa de posição no cenário político nacional. O seu início tem sido relacionado ao movimento de greves do ABC paulista, em 1978 (RODRIGUES 1999, NEVES & FREITAS 1999, SCHÜRMAN 1998). SCHÜRMAN (1998) diferencia essas greves das anteriores, tanto por sua dimensão e visibilidade pública – com forte e favorável divulgação através da imprensa –, como pelas mudanças que as mesmas possibilitaram nas relações de trabalho, não só dentro das fábricas, entre chefes e subordinados, como também entre as instâncias sindicais e patronais. Seus representantes, a partir de então, passaram a discutir diretamente as questões trabalhistas, o que antes só ocorria através da mediação do Estado. A autora caracteriza o movimento da seguinte forma:

Com os conflitos iniciados em 1978 concretizou-se a tendência de um novo sindicalismo em oposição ao existente no período anterior. Formado pelo núcleo de sindicalistas autênticos, o movimento propôs-se a lutar por um sindicalismo autônomo – com direito à greve, com negociações coletivas entre patrões e trabalhadores sem ingerência do Estado – e democrático, com o estímulo da participação da base e à criação de organizações no local de trabalho. Foi uma trajetória com avanços e recuos, onde as vitórias tinham de ser constantemente reconquistadas (SCHÜRMAN, 1998, p.52).

As direções sindicais que se opunham à ditadura enfrentavam também os limites da estrutura sindical atrelada. Diante da alternativa de ceder a tais pressões, o

chamado sindicalismo “autêntico”, ou “combativo”, seguia avançando com a luta sindical, à medida que estes dirigentes passaram a assumir a frente das lutas dos trabalhadores.

Em função das lutas travadas a partir de 1978 e do papel por elas desempenhado, a Oposição Sindical em São Paulo e os sindicalistas “autênticos” do ABC fortaleceram-se e tornaram-se uma referência para o conjunto dos trabalhadores do país. Dos enfrentamentos, emergiram duas formas de organização operária: no ABC, um movimento massivo centralizado nos sindicatos e, em São Paulo, a democracia de base das comissões de fábrica e dos comandos eleitos como alternativa de centralização do movimento.

As lutas de massa mostraram a importância de os trabalhadores terem o sindicato sob seu controle, para a centralização e generalização das lutas e ainda para enfrentarem os limites impostos pela estrutura legal que dominava a entidade de representação de classe. Elas mostraram também a necessidade da participação massiva dos trabalhadores organizados nas comissões e nos comandos de greve. Um histórico exemplo foi a experiência dos trabalhadores de São Bernardo em 1977 que, liderados pela sua direção sindical, rejeitaram os índices de reajuste salarial determinados pelo governo, denunciando a manipulação feita pela ditadura militar em 1973 e 1974.

O ano de 1978 foi um ano decisivo para os trabalhadores brasileiros. Centenas de milhares deles deflagraram greve por aumento salarial. Começando na Scania, em São Bernardo, as greves nas fábricas logo se espalharam por todo o ABC e por toda São Paulo e, logo depois, por Guarulhos e Osasco¹⁹.

As greves que aconteceram nas regiões mais industrializadas de São Paulo entre maio e setembro de 1978²⁰ foram além da retomada das lutas grevistas. Pela forma como se organizaram e pelo jeito como foram negociadas as reivindicações – não dirigidas

¹⁹ ALMEIDA (Em ANTUNES, 1992) aponta no ano de 1978, 137 greves, 104 deflagradas por industriários, 8 por construtores civis; 13 por trabalhadores de base em serviços; 8 por assalariados de camadas médias e 4 por não assalariados. ABRAMO (Em ANTUNES 1992), no período destacado (maio a setembro de 1978), registrou em sua pesquisa, 200 mil operários paralisados, dos quais 150 mil metalúrgicos. (p.36).

²⁰ Embora representativo, o aspecto quantitativo (aumento acentuado das greves, grevistas e jornadas não trabalhadas), não deve ser o único fator a ser considerado, mas também a alteração nas formas de ser das greves, o que reflete a mudança das estratégias sindicais no país. Segundo NORONHA (em BOITO,1991), “Em 1978 foram deflagradas 118 greves e dez anos depois passaram a ser 2188. O número de grevistas aumentou sessenta vezes e o número saltou de 1,8 milhões para 132 milhões de trabalhadores parados” (p.95).

pelos sindicatos –, elas representaram o início da ruptura com o modelo e com a prática sindicalistas anteriormente existentes. Em alguns casos, como em São Bernardo, a Oposição Sindical foi chamada para participar das reuniões e para assinar os acordos firmados diretamente entre as comissões de fábrica e os patrões. Este fato mostrou o poder das bases sobre as próprias direções sindicais.

Sem podermos nos alargar no assunto, vale a pena registrar alguns episódios importantes referentes àquelas greves. A primeira onda grevista pegou de surpresa, tanto os patrões como os dirigentes sindicais que, a partir de então, redefiniram suas atitudes frente ao movimento. Ambos (pelegos e patrões) perceberam que os métodos de controle – contando apenas com a força da estrutura sindical, da máquina e do assistencialismo – não eram suficientes. A surpresa foi um elemento que ficou marcado na lembrança dos ativistas, no fenômeno que foi considerado o maior ciclo grevista do pós 1964. Assim se refere um ex-operário da Saab-Scania, sobre o início da greve nesta fábrica:

Todo mundo marcou o cartão, mas ninguém trabalhou. Das sete às oito horas, nós ficamos de braços cruzados do lado das máquinas sem fazer nada. Às oito horas chegou o gerente geral. Pelo que eu fiquei sabendo, ele olhou, viu que tinha luz, que os cartões estavam marcados, mas que ninguém estava trabalhando. Achou estranho, mas não achou que era uma paralisação. Não entendeu nada, como poderia jamais imaginar que ocorreria uma greve. Foi uma surpresa! (ANTUNES, 1992, p.20)²¹.

Foram inúmeras as formas utilizadas pelos trabalhadores para paralisar suas atividades ou demonstrar sua insatisfação e sua resistência ao regime militar. As greves assumiram várias modalidades e, entre alguns exemplos, podemos mencionar as "greves-pipoca" – porque pipocavam quase sem organização anterior e sem articulação umas com as outras –, a "operação tartaruga", a "greve abelha" – enquanto uns faziam greve, outros faziam "cera"²² –, as greves gerais por categoria, a greve geral, as greves com ocupação de fábricas e as greves por empresas. Essa, segundo alguns autores, tornou-se a tendência principal a partir de 1980.

²¹ Relato de Gilson Menezes, operário da referida empresa e delegado de base do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, na época. In: ANTUNES(1992, p.20).

²² A respeito das diversas formas de insatisfação operárias, ler: CELSO FREDERICO(1979).*Consciência operária no Brasil. (Estudo com um grupo de trabalhadores)*. 2ªed. São Paulo:Ática; RAINHO, Luís Flávio (1980). *Os peões do grande ABC. Estudo sobre as condições de vida e consciência de classes do operário metalúrgico (sem especialização e semi especializado) ligado à indústria automobilística*. Petrópolis: Vozes e ANTUNES, R. (1992). *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP. Este último autor, além de citar as diversas formas de sabotagens, diferencia as operações tartarugas realizadas em 1980 e entre 1984-85. Estas últimas contaram com as comissões de greve, que foram a seguir desarticuladas.

O confronto sindical, desde seu início, foi alvo de duras críticas. Seus opositores afirmam que este tipo de luta não assegurou melhores condições para os trabalhadores, mas seus defensores retrucam que poderia ter sido pior, pois “o verdadeiro valor político (e moral) das lutas sindicais dos anos 80, na perspectiva classista, consistiu em constituir, pelo menos em seu nível mais elementar, a consciência necessária de classe (e não mero reconhecimento da legitimidade do papel social dos sindicatos)” (ALVES, 2000, p.288).

O desenvolvimento destas lutas levou a novas greves de diversos tipos – por fábrica, por categoria em várias regiões – e ao surgimento de novas formas organizativas, com novas direções, como os comandos de greve e os “piquetões” de São Paulo, em 1979. Pode-se apontar, ainda, o êxito político do movimento, que culminou com a as experiências dos sindicatos livres de São Bernardo e do sindicato de professores em Minas Gerais²³.

Embora seja muito tentador, não nos deteremos em analisar as principais greves. Vale a pena, contudo, mencionarmos as quatro greves gerais da década de 1980. A primeira, ainda no governo militar, em julho de 1983, foi uma luta contra a alteração da política salarial, que reduzia o índice de reajuste automático das faixas salariais acima de três salários mínimos a um patamar abaixo da inflação. Ela também se rebelou contra a deposição dos sindicalistas grevistas e a dívida externa brasileira. A segunda greve geral, realizada em dezembro de 1986, reivindicou uma política de recuperação salarial, protestou contra o Plano Cruzado II e o pagamento da dívida externa e, particularmente, contra o fim do congelamento de preços. A terceira greve, em agosto de 1987, manifestou-se contra o Plano Bresser e a dívida externa, acrescentando à sua lista de reivindicações a reforma agrária, a semana de quarenta horas e a estabilidade no emprego. A quarta greve, em março de 1989, foi um movimento contrário ao Plano Verão, que alterava a política de indexação dos salários. Nesta, o número de grevistas chegou a vinte milhões, sendo que,

²³ Sobre a greve dos professores, ler *Os trabalhadores do Ensino e o sindicato dos trabalhadores em telecomunicações do Estado de Minas Gerais* em (RODRIGUES, 1999, pp.200-210). Sobre as experiências paulistas, dentre farta bibliografia ler ANTUNES, R. (1992). *A Rebelião do Trabalho – O Confronto Operário no ABC Paulista – as Greves de 1978-90*. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

entre 1983 e 1989, o número dos trabalhadores que aderiram à greve tornou-se dez vezes maior (a esse respeito, ver BOITO, 1999).

As milhares de greves deflagradas em vários pontos do país indicaram a crescente importância da classe trabalhadora. Neste sentido, pode-se afirmar que o movimento operário em São Paulo exerceu um papel de vanguarda, não só no processo de abertura sindical, como também no avanço da transição política. Dentre os inúmeros fatores concorrentes, deve-se ressaltar o fato de ser este o estado onde se encontravam as principais empresas e o mais avançado processo de concentração capitalista. Assim, esses operários, nas palavras de muitos analistas, como ANTUNES (1992), tornaram-se uma referência para a luta de todos os trabalhadores brasileiros, e os enfrentamentos lá ocorridos polarizaram as atenções, inclusive internacionais. Enfatizando a contribuição desses militantes e a predominância do movimento grevista em São Paulo, em seu estudo sobre as Greves na Década de 1980, NORONHA (em BOITO, 1991) afirma:

as greves de 1978, embora relativamente pouco numerosas (se comparadas aos anos anteriores), quase exclusivamente do setor privado (91%), metalúrgicas (53%) e paulistas (85,6%), transformaram-se em marco do processo de transição brasileira. O projeto distensionista de Geisel, divulgado desde a primeira reunião ministerial... não previa, ao menos a curto prazo, o aumento da liberdade sindical. Neste sentido, as greves do ABC, reprimidas, mas não solapadas como as de 1968, elevaram a política de abertura em degrau acima (p.104).

Em todas as greves ocorridas a partir dos anos de 1970, que envolviam centenas de categorias profissionais diferentes, as reivindicações eram basicamente as mesmas: luta contra o arrocho de salários e pela autonomia sindical. Até que ponto tais movimentos contribuíram para o desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora, é uma pergunta que ainda não foi possível responder. Sendo assim, fiquemos, por agora, com as reflexões de ANTUNES (1992) que, a este respeito, pondera:

No curso de um processo de greve, em que medida pode efetivar-se ou não um avanço no plano da consciência do ser social que a deflagra? Os possíveis desdobramentos de um processo de greve, no plano da subjetividade operária, serão nulos, inexistentes ou substancialmente reduzidos, quando a paralisação se integrar no universo das relações imediatas de compra e venda da força de trabalho sem ferir a materialidade do sistema social. Ocorre o contrário se consegue articular os interesses postos pela imediatidade com aqueles que visam o aprofundamento das contradições do capitalismo em sua totalidade, quando visam a sua ruptura do ordenamento social e político, quando se coloca em pauta a problemática do controle social da produção (pp.189-190).

2.2.4.2 - O Novo Sindicalismo e As Comissões de Fábricas²⁴

O “Novo Sindicalismo”, caracterizado por novas práticas sindicais, entre outras formas de atuação, armou-se a partir das organizações de base e da intervenção operária nos locais de trabalho, considerada uma das principais debilidades do sindicalismo brasileiro. ALVES (2000) afirma que essa organização de base era uma necessidade imposta pelo conjunto de medidas instauradas pela reestruturação produtiva. O campo da produção, onde o referido processo era incipiente, ainda que mais vigoroso, era um espaço decisivo da luta de classes, pois desenvolvia novas formas de controle do trabalho. Neste âmbito, a organização por locais de trabalho fazia-se de máxima urgência e necessidade.

Essas novas organizações de base inauguram uma nova prática sindical classista, de cariz socialista, predominante na Central Única dos Trabalhadores (CUT) dos anos de 1980, que se tornaram estratégias políticas e ideológicas para o movimento sindical.

Os membros das comissões de fábricas eram eleitos diretamente nas empresas em greve e as decisões eram tomadas em assembléias realizadas no próprio local de trabalho. Esses membros poderiam ser substituídos rapidamente, sem burocracia, bastando, para tal, não atenderem às decisões e às necessidades definidas no coletivo. Esta foi, portanto, uma histórica resposta do operariado “autêntico” a um sindicalismo oficialmente controlado, burocratizado, anti-democrático e anti-classista.

A repressão implementada pela ditadura e os sindicalistas leais ao Estado trouxeram, como conseqüência, o afastamento das bases e o descrédito das instâncias sindicais. Assinala-se que os trabalhadores, em sua maioria, não eram sindicalizados e não se consideravam legitimamente representados pelos dirigentes sindicais. Neste período, após o sufocamento provocado pelos anos de ditadura militar, a organização nos locais de trabalho ganhou uma vigorosa força.

Deve-se ressaltar que no primeiro impulso grevista, em 1978, organizado e dirigido pelas comissões de fábrica, algumas chegaram a negociar com o patronato. Apesar

²⁴ Sobre as comissões de fábricas, ler: RODRIGUES, I. (1991). As comissões de Empresa e o Movimento Sindical. Em: BOITO, Armando. (org). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Indicamos, ainda, sobre o tema, SCHÜRMAN, Betina

dos resultados terem se restringido às questões salariais, pode-se afirmar que as comissões restauraram novas formas de enfrentar os problemas da negociação direta, da representação dos trabalhadores e da solidariedade de classe.

Nos pólos operários mais organizados, como os metalúrgicos de São Paulo e São Bernardo, surgiram contundentes discussões sobre a função das comissões de fábricas. Estabeleceu-se um dilema entre os militantes acerca das funções de controle e de participação, que dividiu os setores revolucionários e reformistas do movimento operário. Por serem importantes pontos de discussão até hoje no movimento de organização dos trabalhadores, aproveitamos para expor ambas as vias, que são alvo de análise de BIHR (1998). Segundo o autor, na visão reformista,

tenta-se conquistar o poder de Estado pela via legal (eleitoral), e seu exercício é efetuado em um quadro institucional burguês (parlamentar). Daí as características da prática política dessa variante reformista (legalismo, juridicidade, parlamentarismo para o partido; busca de contratos coletivos para os sindicatos). Quanto ao socialismo, é progressivamente reduzido, nessa via, a uma simples democratização da sociedade capitalista, à concretização, na sociedade civil, dos direitos e ideais da democracia política (liberdade, igualdade, fraternidade), que as reformas de estruturas anteriormente indicadas devem realizar progressivamente. No que diz respeito à variante “revolucionária” (da qual o leninismo – mais precisamente o bolchevismo – constitui a forma acabada), visa a expropriação da burguesia e de seus aliados (as classes proprietárias) pela estatização do conjunto dos meios de produção, destinada a lançar as bases de um desenvolvimento autocentrado, planejado pelo aparelho de Estado. Nessas condições, a conquista do poder de Estado supõe uma ruptura violenta com as formas institucionais da democracia parlamentar e na maior parte das vezes só pode ser efetuada pela via insurrecional, por meio de uma mobilização e de um enquadramento político-militar das massas populares (principalmente o proletariado e o campesinato) (BIHR, 1998, pp.21-22).

Quanto à divisão dessas posições, nas comissões de fábrica, os grupos reformistas entendiam que o papel das comissões seria intervir, participando no controle da produção, sob a hegemonia capitalista. A corrente revolucionária, por outro lado, defendia a necessidade do controle da produção pela classe operária, reconhecendo que o campo da produção era o espaço da luta de classe. Este debate acirrou-se quando levado para o interior da CUT, ao se discutir a prática sindical a ser adotada diante do quadro de reestruturação produtiva em que se encontrava o país.

(1998). *Sindicalismo e Democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

Logo após passar a primeira onda grevista, as comissões de fábrica foram desarticuladas, sendo que alguns fatores contribuíram para isso, como a falta de experiência e, pior, a falta de consciência e de perspectivas dos trabalhadores, a repressão patronal (diante do número incontável de membros das comissões demitidos) e o descaso, ou mesmo o ataque, dos sindicalistas oficiais. A esse respeito, concluiu BOITO (1999), que “a comissão de empresa é vista, pelos dirigentes alocados no sindicato de Estado Brasileiro, apenas como um concorrente incômodo, que não agrega muita coisa como meio de sustentação política e financeira do sindicato” (p. 140). Sendo assim, quando os sindicatos assumiram o controle das lutas, desmobilizaram os efeitos daquela experiência. Nos anos seguintes, surgiram novas comissões, em menor escala, mais especialmente a dos metalúrgicos de São Bernardo, São Paulo e, posteriormente, de Santo André, São José dos Campos, Guarulhos e outras cidades.

São muito diferentes os dois tipos de comissões de fábricas surgidas no Brasil após 1964. As primeiras comissões apareceram em momentos de luta e foram impostas contra a vontade dos patrões e, muitas vezes, das próprias direções sindicais. As comissões posteriores, surgidas nos anos de 1980, se firmaram através do reconhecimento patronal e de instâncias legais, com seus acordos registrados no Ministério do Trabalho, como o da garantia à estabilidade no emprego e a tendência à institucionalização. Estes aspectos vão diferenciá-las substancialmente das comissões anteriores a este período. Outra importante diferença situa-se em uma perspectiva classista, assinalada por RODRIGUES (em BOITO,1991), que afirma: “a partir dos anos 80, as comissões de empresa que se estruturam são, fundamentalmente, do tipo sindical, isto é, não têm em seu horizonte um projeto socialista” (p.157).

Concordamos que as experiências de organização dos trabalhadores nos locais de trabalho ainda estavam longe de atingir o sentido e o alcance que tiveram os conselhos de fábricas italianos ou mesmo russos. No entanto, guardadas as diferenças, elas apontam para um campo de luta, de organização e de representação dos trabalhadores para além da luta exclusivamente sindical e econômica. Vislumbram a solidariedade da classe trabalhadora, a ruptura com o atrelamento sindical e, enfim, a construção de uma efetiva direção operária. Além disso, por se situarem no espaço da fábrica, da unidade de produção do sistema capitalista, contribuem para o desenvolvimento da consciência do trabalhador

como dirigente e agente de luta pela sua emancipação. As comissões de fábrica, no cotidiano, ajudam a esclarecer os trabalhadores sobre os problemas da produção, do processo de trabalho, do controle da produção e, na esteira disso tudo, do exercício efetivo da organização e do poder da classe operária como dirigente de uma sociedade e não mais como agente passivo da exploração capitalista.

É importante assinalar que as comissões de fábrica não são a única forma de organização existente dentro da fábrica. Pode-se apontar outras, como os grupos de fábrica, os delegados sindicais, as comissões de compensações de horas, de fiscalização de acordos e as próprias CIPAs (Comissão Interna de Prevenção de Acidente). As comissões, porém, têm um significado mais amplo no processo organizativo, por representarem aspecto mais avançado na luta sindical.

Muitos foram os problemas enfrentados na ampliação e na consolidação das organizações das Fábricas. Pode-se apontar a própria legislação trabalhista e, em particular, a definição da estrutura sindical, que não aceitam e nem reconhecem este organismo como legítimo para negociar com os patrões. A idéia da organização política baseada na solidariedade de classe, na unidade de interesses classistas, é rejeitada pela noção de democracia do Estado, que define o poder a ser exercido através dos processos eleitorais. Um outro forte entrave é a mentalidade corporativista que permeia a organização operária desde os anos de 1930. Esta retira dos trabalhadores o controle de suas próprias ações, entregando-o ao Estado, aos sindicatos, ou, ainda, aos partidos políticos. No máximo, só os sindicatos são aceitos para participarem dos processos de discussão, sendo que os mesmos são submetidos a uma legislação que os controla inteiramente.

Resumindo alguns aspectos importantes deste capítulo, gostaríamos de assinalar que concordamos com ALVES (2000), quando afirma que o forte avanço do capital na produção, em sua intensidade e amplitude da década de 1980, contribuiu para que o sindicalismo brasileiro da década anterior apresentasse um potencial de luta e de confronto com o capital de produção. Outro fator determinante na explosão sindical foi a conjuntura política e econômica, marcada pela transição democrática e pela crise econômica do Estado capitalista no Brasil, paralisado, por um lado, pelos impasses políticos das frações da burguesia brasileira e, por outro, pela ascensão da CUT, de que

falaremos adiante. No plano institucional, tivemos uma conjuntura hiperinflacionária em que a economia brasileira ainda se mantinha protegida da concorrência capitalista no mercado mundial e, portanto, ainda estava resistente à mundialização do capital.

Admitimos que o movimento conhecido como “Novo Sindicalismo” obteve vitórias parciais, porém valorosas, entre as quais a eliminação do controle ditatorial sobre os sindicalistas oficiais, podendo inclusive, segundo os analistas, ser-lhe atribuído o crescimento do movimento sindical. Com o “Novo Sindicalismo” foi desalojado o que se conhece como “peleguismo”²⁵ em muitos sindicatos, tendo sido este movimento decisivo para a hegemonia da CUT. Esta central, contudo, vive atualmente momentos de um profundo desgaste e tem sido muito contestada pelos setores de esquerda. Estes afirmam a necessidade de substituí-la em um futuro bem próximo, tendo em vista que não aceitam mais a sua liderança, bem como a sua condução para as questões que, segundo eles, dizem respeito aos trabalhadores²⁶. O Novo Sindicalismo, em seu crescimento, afastou-se de suas tendências iniciais, que apontavam para um sindicalismo mais organizado e classista. A sua vinculação com um partido reformista, de base operária, limitou a sua força organizativa e a sua expansão voltada para a estrutura sindical oficial, o que o levou a coexistir com o populismo em suas fileiras. O sindicato de direita, presente na Força Sindical, na CGT e na União Sindical Independente (USI), sofreu derrotas, mas preservou parte de sua força. As correntes que procuram unir a luta sindical à luta pelo socialismo foram derrotadas na reforma da estrutura sindical, deixando, como efeitos, o burocratismo, o legalismo e a descrença na capacidade de auto-organização dos trabalhadores (BOITO, 1991).

Por fim, reafirmamos, na linha de raciocínio que temos adotado, que o “Novo Sindicalismo” representa a quarta etapa do conceito de sindicato no país, por toda a mudança de estratégia política que promoveu na sociedade brasileira. Quer dizer, depois de uma fase “dura” de eliminação da participação política e sindical e de sua transformação em órgão de cunho basicamente assistencialista, o “Novo Sindicalismo” instaurou uma

²⁵ Como nos referimos anteriormente p.49, o sentido atribuído a “peleguismo”, por nós, aqui, está relacionado com os sindicalistas mais identificados com o poder instituído, do que com a luta dos trabalhadores. Na Análise dos Dados desta pesquisa, apontamos algumas citações sobre o referido termo, apresentadas pelos próprios entrevistados.

²⁶ O congresso que deverá, provavelmente, fundar uma nova central sindical, cujo objetivo é, segundo as suas lideranças, representar os sindicatos de esquerda do Brasil, está indicado para maio de 2006. Na Análise dos Dados desta pesquisa, fazemos algumas referências adicionais a esta questão.

fase de confronto direto com o Estado. Em um sentido ampliado, este movimento não só lutou para a conquista de mais liberdade sindical, como também, aliado aos setores populares, reivindicou e perseguiu liberdade em todos os sentidos para a classe trabalhadora brasileira e para toda a sociedade brasileira.

Já nos anos de 1980, apesar da explosão do sindicalismo, percebe-se as debilidades estratégicas do trabalho organizado diante da ofensiva do capital na produção, que culminou com a crise do sindicalismo no país, sobre a qual tecemos algumas considerações no próximo capítulo deste trabalho. Assim como os anos de 1980 podem ser considerados como os da reação dos trabalhadores, devem também ser considerados como os anos do capital, tendo em vista as persistentes investidas da estruturação produtiva, pelo menos nos setores industriais de ponta, como a indústria automobilística. A partir da nova conjuntura econômica e política que se estabeleceu, foram redefinidas as relações entre o capital e o trabalho, o que, por sua vez, resulta numa reorganização do panorama das estratégias sindicais, inaugurando outra fase do sindicalismo no Brasil.

CAPÍTULO 3 – ESTRUTURA E MODELO DO MOVIMENTO SINDICAL BRASILEIRO

3.1 - As Articulações Contrárias à Estrutura Sindical

Como já nos referimos em capítulos anteriores, na época da estabilidade da ditadura militar (1968 - 1978), o movimento sindical atuou como um sindicalismo de governo, nas palavras de BOITO (1991). As suas características estruturais favoreceram e muito o fechamento político. Assim, os sindicalistas, em sua maioria, se submetiam às medidas supressivas das liberdades políticas para não terem seus mandatos suspensos. Os sindicatos eram regidos por um estatuto padrão e a vida sindical, inclusive as eleições, eram rigidamente controladas pelo Ministério do Trabalho, restando aos sindicatos quase que unicamente expandirem os serviços assistenciais para os seus associados.

Apesar da explosão do sindicalismo nos anos de 1980, a estrutura sindical no país ainda era frágil no plano organizativo. Predominavam os “sindicatos de porta de fábricas”, aqueles sem acesso aos locais de trabalho, contando somente com as campanhas salariais, com os serviços assistenciais e com as homologações dos contratos de trabalho, para atrair os seus associados.

As características mais importantes da estrutura sindical vigente no Brasil são pontuadas por alguns analistas. Entre essas características, destacamos o fato dela ser:

- descentrada, fragmentada e dispersa entre muitos sindicatos municipais, pouco expressivos e frágeis politicamente;²⁷
- descentralizada, com poucas iniciativas e formas de ação unificadas, apesar da existência das centrais sindicais;
- desenraizada, por não ser inserida nos locais de trabalho, mas sim externa às empresas, com “poder de comando centrífugo e fragmentado”;

²⁷ Podemos citar como exemplo, a organização dos trabalhadores portuários, que apenas no Estado do Rio de Janeiro se divide em sete (7) sindicatos.

- verticalizada, com difícil articulação em perspectiva horizontal mais ampla. Este padrão vertical tem sérias dificuldades de resistência, tendo como forte aliado a terceirização (ALVES, 2000, pp.282-284).

O elemento mais importante da estrutura sindical brasileira é o reconhecimento oficial-legal do sindicato, característica que permite a existência do sindicato de carimbo, própria do sindicalismo de Estado. Portando uma carta de reconhecimento oficial, o sindicato prescinde de representatividade política, possibilitando-lhe um baixo número de filiados e a inexistência de luta reivindicativa. Ao principal elemento da estrutura sindical estão ligados outros elementos, como a unicidade sindical, as contribuições obrigatórias e a tutela do Estado, particularmente da Justiça do Trabalho, sobre a atividade reivindicativa do sindicato. Segundo BOITO (1991), “Este sindicato não é uma anomalia, mas uma expressão mais acabada da estrutura sindical” (pp.47-48).

Analistas como BOITO (1991) e ALVES (2000), entre outros, têm concordado que a principal falha do sindicalismo brasileiro é a sua estrutura corporativa. Embora ele tenha crescido, é ainda dotado de uma estrutura fragilizada e incapaz de contrapor-se às novas situações impostas pelo capital. A explosão do sindicalismo no Brasil assinalou as debilidades estruturais, políticas e ideológicas existentes no movimento. Diante de uma nova realidade trabalhista, que tem como pano de fundo uma conjuntura determinada pela reestruturação produtiva que, por sua vez, impõe inusitados desafios ao movimento sindical, são os aspectos que vão compor todo o complexo, que inevitavelmente vão levar a um exacerbamento da crise do sindicalismo brasileiro.

Para revermos as articulações de oposição à estrutura sindical, vamos retroceder no tempo, para a época da distensão política do regime ditatorial, período marcado por fortes manifestações político-sindicais. Nesta fase, podemos observar que as articulações contra a estrutura sindical vigente e a dos movimentos populares que reivindicavam a redemocratização do país estavam intrínseca e visivelmente interligadas.

Nesse tempo, e em alguns momentos importantes, pode-se visualizar a classe trabalhadora “em movimento”, a partir da unidade com que os ativistas, independente da origem da militância, exigiam, com a mesma firmeza, eleições diretas e livres em todas as

instâncias e, como um todo, se solidarizavam protestando contra as intervenções que vitimavam os sindicatos combativos, clamando todos, tanto por liberdade política, como por uma nova e democrática estrutura sindical. Dentro deste clima, assinalamos os eventos de oposição à autoritária estrutura que atrelava nossos sindicatos ao Estado.

A despeito da efervescência do movimento, faltou, segundo BOITO (1999), um componente subjetivo que permitisse o desencadeamento de uma crise na estrutura sindical e um fato suficientemente forte que conseguisse desmontá-la. Contudo, apontam-se momentos relevantes que, mesmo não tendo extinguido a antiga estrutura sindical, certamente trouxeram algumas modificações em sua estrutura e alteraram radicalmente o modelo autoritário. O movimento delineou-se mais ou menos na ordenação que se segue.

No clima de insatisfação e de luta já expostos, trazendo à tona reivindicações políticas, sociais e sindicais, começaram a despontar eventos como o Encontro Nacional de Oposições Sindicais (ENOS), em abril de 1979, em São Paulo. No ano seguinte, em fevereiro de 1980, realizou-se um encontro em João Monlevade (MG), reunindo ativistas sindicais e do movimento popular. Em julho do mesmo ano, outro encontro reuniria oposições sindicais e representações católicas de dez estados, o que ficou conhecido como o Encontro de São Bernardo²⁸. Esses e outros encontros reivindicavam, além da democratização da estrutura sindical, avanços sociais e políticos, como a redemocratização do país, sendo que, no último encontro, as propostas se radicalizaram, afirmando, por exemplo, apoio à Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)²⁹, a criação de um partido político que libertasse as classes populares e de uma central única dos trabalhadores.

Em 13 e 14 de setembro de 1980, realizou-se, em Nova Iguaçu – RJ, o Encontro Nacional dos Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical (ENTOES). Deste, participaram, inclusive, dirigentes legais do sindicalismo, considerados combativos e com

²⁸ O nome foi uma homenagem à “capital do movimento sindical brasileiro”, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo. Este iria coordenar o evento, porém foi colocado sob intervenção da Ditadura Militar. A coordenação então escolheu Taboão da Serra, para sediar o Encontro (RODRIGUES, 1991, p.19).

²⁹ A Convenção 87 da OIT defendia a não intervenção estatal nos sindicatos e nos assuntos trabalhistas e a pluralidade sindical, o que romperia com as bases da estrutura corporativa, isto é, o sindicato único.

diversos perfis de militância. O objetivo do ENTOES foi agregar todas as forças de oposição ao governo e aos empresários, assegurando a diversidade de concepções, desde que concordantes com as transformações urgentes do modelo sindical. Buscavam um sindicalismo independente, livre, autônomo e democrático.

No citado evento, três tendências se fizeram presentes: as oposições sindicais ligadas à ala da igreja católica, conhecida como progressista; as facções marxistas; e os sindicalistas “autênticos”, chamados mais tarde de “combativos”, liderados por Lula atual Presidente da República, que, na época, era presidente do Sindicato de São Bernardo. A discussão principal foi no sentido de se formar um partido que servisse de braço no Congresso às necessidades da classe operária que, por sinal, tornou-se fonte de discordância para os partidos comunistas.

Após esses encontros, realizou-se, em agosto de 1981, a primeira grande Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT) depois de 1964. Esta apresentava quatro tendências, listadas a seguir:

- Unidade Sindical – Grupo composto por sindicalistas orientados pelos comunistas do PCB, PC do B e MR-8. Consideravam fundamental a transição democrática e, para garanti-la, propunham aliança com o PMDB e outros setores populares. Pregavam a cautela política, para evitar confrontos com os militares, a fim de não ser fragilizado o processo da transição em curso. Rejeitavam as propostas de criação do Partido dos Trabalhadores, da greve geral e da Convenção 87. Embora defendessem a não intervenção do Ministério do Trabalho nos sindicatos, não reconheciam a liberdade sindical sem o aval do Estado. Entendiam o sindicato como instrumento de melhorias para a classe trabalhadora, a serem obtidas, tanto pelas ações sindicais, como por alianças com outras forças políticas.
- Bloco dos Sindicalistas “independentes” ou “autênticos”, ao qual já nos referimos. Este grupo era formado por militantes sindicais que se confrontavam com o Ministério do Trabalho, desencadeando greves e trazendo à tona reivindicações

conflitantes com a política salarial. Como se sabe, muitos sindicatos sofreram intervenções políticas e seus dirigentes foram destituídos de seus cargos e presos³⁰.

- “Oposições Sindicais” – Eram constituídas por militantes contrários às direções sindicais acomodadas ao governo. Sua composição era heterogênea, dela constando grupos obreiristas e radicais de esquerda e continha, em sua maioria, trabalhadores ligados à Igreja católica. Na década de 1970, alguns membros da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo integravam os quadros do PC do B. Esse grupo rejeitava a aliança com a burguesia liberal e, ao contrário dos “autênticos”, valorizava as comissões de fábricas como organizações autônomas dos trabalhadores e a figura do delegado de base, mas subordinava as comissões de fábricas aos seus respectivos sindicatos.
- Extrema Esquerda – Tendência que ligava vários grupos de ativistas e pequenos partidos leninistas. Essas organizações tinham como bandeira, além do retorno democrático no país, a ampliação do espaço sindical e das classes trabalhadoras e a luta pelo socialismo, através de práticas radicais que visavam a intensificação do conflito social.

3.2 - As Centrais Sindicais Brasileiras

A primeira Conferência Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT), aconteceu em agosto de 1981, na Praia Grande, São Paulo, dela participando todas as facções dos trabalhadores. Ao todo, eram 1126 entidades e 5247 delegados. Neste evento foi eleita uma comissão nacional Pro – CUT, que deveria preparar um congresso para o ano seguinte, a fim de formar uma Central Única dos Trabalhadores, o que não foi possível pelas cisões da comissão Pró-CUT. Os sindicalistas da Unidade Sindical (bloco reformista) não concordaram com a data do Congresso em 1982, argumentando falta de tempo e de condições para prepará-lo em um ano eleitoral. Muitas outras divergências apareceram, clareando as diferentes concepções existentes no interior da comissão, referentes à contribuição sindical, unicidade e pluralidade sindicais, aos papéis das federações, das

³⁰ Ler SCHURMANN, Betina (1998). *Sindicalismo e Democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

confederações e à greve geral. Sem consenso, o grupo de esquerda convocou para 1983 o primeiro Congresso das Classes Trabalhadoras – CONCLAT (CRUZ, 2000, pp.53-67).

3.2.1 - O Primeiro CONCLAT e a Formação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

O congresso de fundação da CUT realizou-se em 28 de agosto de 1983, em São Bernardo do Campo, São Paulo, e reuniu 5059 delegados de 912 entidades, não participando do mesmo, nem a Unidade Sindical, nem os setores mais moderados dos trabalhadores. As principais reivindicações foram: reforma agrária ampla, massiva, imediata e sob controle dos trabalhadores; não pagamento da dívida externa; rejeição das privatizações das estatais; e eleições diretas para Presidente da República. Aprovou-se, na área sindical, o direito irrestrito de greve, a liberdade e autonomia sindicais, o reconhecimento da CUT como órgão máximo de representação dos trabalhadores e a formação de comissões permanentes por local de trabalho substituindo as comissões de fábrica. Não foram deliberadas, no entanto, as questões da pluralidade e das contribuições sindicais. O congresso propôs, ainda, uma greve geral, caso o governo não cedesse às pressões de reforma agrária e não modificasse sua política econômica. A central se afirmava como órgão maior dos trabalhadores, de cunho classista e socialista. No seu estatuto, no capítulo I (Dos Objetivos Fundamentais), consta, como primeiro objetivo, a luta pelo socialismo:

A Central Única dos Trabalhadores é uma organização sindical de massa em nível máximo, de caráter classista, autônomo e democrático, cujos fundamentos são o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos da classe trabalhadora, a luta por melhores condições de vida e trabalho e **o engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia e ao socialismo.**Grifo nosso. (Estatuto da CUT).

3.2.2 - As Centrais Gerais de Trabalhadores (CGTs)

O bloco que não participou do CONCLAT de criação da CUT convocou para novembro de 1982 um Congresso Nacional da Classe Trabalhadora (CONCLAT). Como resultado, elegeram uma coordenação nacional, mantendo a mesma sigla. Dele, participaram 4234 delegados, representando 1243 entidades. Em março de 1986, em outro congresso, se criaria a Central Geral dos Trabalhadores – CGT. Este congresso contou com a participação de 5546 delegados de 1341 entidades e, de seus planos de luta e reivindicações, constavam alguns itens semelhantes e outros mais moderados do que os da CUT, tais como, o não pagamento da dívida externa, a reforma agrária – omitindo-se “sob controle dos trabalhadores” –, e não foi feita menção à greve geral.

Enquanto que à CUT se filiaram os “sindicalistas combativos”, a CGT atraiu os partidos comunistas, o MR-8 e os sindicalistas liderados por Joaquim Santos Andrade, que fundaram o sindicalismo de resultados. A atuação da central era carente de um projeto de homogeneidade interno capaz de atrair militantes e mobilizar forças, sendo a sua principal característica a oposição à outra central adversária. Composta por forças muito diversas – PCB, PC do B, MR-8 e do sindicalismo de resultados (que apoiavam a economia de mercado) –, seus integrantes não conseguiam chegar a decisões consensuais.

Em janeiro de 1988, numa plenária em São Paulo, Medeiros e Magri derrotaram o PC do B, aprovando uma proposta de negociação com o Centrão na Constituinte, para manter a contribuição sindical. O grupo derrotado abandonou a reunião e a CGT, criando, em agosto do mesmo ano, a Corrente Sindical Classista – CSC³¹ que, mesmo optando por permanecer como corrente sindical, aderiu à CUT.

³¹ A Corrente Sindical Classista realizou seu primeiro congresso no Rio de Janeiro em fevereiro de 1989, reunindo 2563 delegados, representando 703 entidades. Neste congresso defenderam: um sindicalismo unitário e político, de emancipação social e política da classe operária; a formação de uma frente popular progressista, incluindo os partidos de esquerda e os movimentos populares (estudantes, jovens, negros, mulheres e personalidades progressistas), com vistas ao lançamento de uma candidatura de esquerda à Presidência da República. Na plataforma desta frente constavam: reforma agrária anti-latifundiária; efetiva democratização da sociedade brasileira e a sua desmilitarização; política econômica voltada para o mercado interno e não recessiva, que contemplasse as reivindicações dos trabalhadores por reposição salarial e contra o arrocho salarial. No plano sindical, ela se propunha a combater o reformismo, “de direita ou de esquerda” (BOITO, 1991, p.38).

O segundo congresso da CGT realizou-se de 27 de abril a 1º de maio de 1989, com a presença de 3500 delegados, representando 984 entidades e com a ausência dos sindicatos ligados ao PC do B. Foi eleito presidente da Confederação Geral do Trabalho (CGT) Antônio Rogério Magri, que defendia um sindicalismo apartidário e anti-comunista. Os grupos derrotados, o PCB e o MR-8, convocaram, para setembro do mesmo ano, um outro congresso, no qual elegeram Joaquim dos Santos Andrade presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT).

Ambas as CGTs se enfraqueceram. A central de Joazeiro debilitou-se com a saída dos sindicatos ligados ao PCB que foram integrar a CUT, ficando só aqueles liderados pelo MR-8. A “confederação de Magri” enfraqueceu-se devido ao surgimento de uma nova Central.

3.2.3 - A Força Sindical³²

Fundada em 08 de março de 1991, esta central adotou, desde seu início, uma perspectiva e táticas de fortalecimento do projeto neoliberal e do “sindicalismo de resultados”. Em seu congresso de fundação em São Paulo, havia 1793 delegados, representando 783 sindicatos, duas confederações e 20 federações. Apresentou-se como uma central alternativa ao radicalismo e partidarismo cutistas e ao conservadorismo das CGTs, e se definiu como democrática, independente, apartidária, pluralista e latino-americana. Defendia a representação nas empresas, a não-interferência do Estado nas negociações entre sindicatos e empresas, o meio ambiente, a reforma agrária, a distribuição mais justa da renda nacional, a democratização das relações sociais, econômicas e políticas e a retomada do desenvolvimento com “justiça social”.

No plano político, os dirigentes da Força colocavam-se como parlamentaristas, contra as privatizações das estatais e das áreas estratégicas, declarando,

³² A respeito do que significa a Força Sindical para a política neoliberal e o seu papel na divisão das forças políticas sindicais no país, ler BOITO, Armando (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.

no entanto, que as estatais eram “cabides de emprego”. A central apontava, ainda, a necessidade do governo rever a sua atuação em setores que trazem prejuízos para o povo.

3.2.4 - As Demais Centrais Sindicais

- União Sindical Independente – USI

Esta central foi criada em setembro de 1985, em São Paulo, pelas federações e confederação dos comerciários. O seu primeiro congresso realizou-se após quatro anos de existência, em setembro de 1989, aglutinando cerca de 1500 delegados. Seus filiados defendiam um sindicalismo apolítico, com um perfil extremamente moderado, não conseguindo, no entanto, firmá-la como uma central sindical (RODRIGUES, em BOITO,1991).

- Central Autônoma dos Trabalhadores – CAT

Outra central sindical que também apresenta um perfil moderado. Em relação às demais, é considerada pequena em termos de filiação e de poder de mobilização. Em sua documentação encontram-se objetivos voltados para o “diálogo e o entendimento social” e para a adaptação dos trabalhadores às exigências capitalistas, como, por exemplo, se pode observar nos artigos primeiro e décimo terceiro do seu estatuto que declaram:

I- promover o diálogo e a interlocução social, representando os trabalhadores e suas entidades filiadas;

XIII- desenvolver cursos, programas e iniciativas que visem a reeducação, requalificação e readaptação profissional de desempregados. (Estatuto da CAT).

- Social Democracia Sindical – SDS

A fundação da central que se autodefine nos termos da Social Democracia, ocorreu em São Paulo, em um congresso realizado entre 6 e 8 de julho de 1997. Como a CAT, é considerada uma central com pouco poder de mobilização. Em seus objetivos estão explicitados os princípios da corrente social democrata. O artigo 1º do seu estatuto estabelece:

a Associação Nacional dos Sindicatos Social Democratas, é uma associação civil pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos e tem por objetivo a conscientização, mobilização, integração, coordenação, defesa e representação dos direitos políticos, econômicos, sociais e humanos dos trabalhadores ativos e inativos que partilham os valores e fundamentos da Social Democracia, quando integrantes de categorias profissionais organizadas em sindicatos, organizações não governamentais e outras entidades para defesa dos interesses da população, representando nos limites da lei e do presente estatuto, esses cidadãos. (Estatuto da Social Democracia Sindical).

Acrescentem-se, ainda, os itens *a* e *b* do artigo 2º que apontam os seguintes princípios básicos da mencionada central:

- a- “a consolidação de um estado de direito com democracia, liberdade, participação, justiça social e moralidade e combate à corrupção”.
- b- “A organização dos trabalhadores e da sociedade de acordo com a prevalência do desenvolvimento humano e social sobre o econômico, do interesse coletivo sobre o individual e em conformidade com fundamentos da economia social de mercado”. (Estatuto da Social Democracia Sindical).

De acordo com os resultados de uma pesquisa realizada pelo IBGE/CODEFAT/TEM, em 2001, pode-se observar uma tendência de queda nos índices de filiação às centrais sindicais. Ainda assim, a CUT continua a abarcar o maior número de sindicatos, continuando a ser considerada a maior central sindical brasileira, representando 66% dos sindicatos, contra 74% em 1991. A seguir, encontra-se a Força Sindical, que filia 19% dos sindicatos, contra 13% em 1991. As demais centrais em conjunto (CAT, SDS e CGT) respondem juntas por 15%, contra 13% em 1991, dos sindicatos filiados às centrais no Brasil.³³

Não se pode descartar a contribuição fundamental das centrais sindicais para a força de que se revestiu o movimento sindical brasileiro e a sua importância para a vida

³³ Fonte: IBGE – Sindicatos: indicadores sociais 2001 – resultados completos. Deve-se observar que, no documento, não se encontrou nenhuma referência à União Sindical Independente (USI). Fonte: IBGE/CODEFAT/TEM.

social, política e econômica do país. Entretanto, RODRIGUES (1991) analisa o processo de fragmentação do movimento dos trabalhadores brasileiros, orientado por suas lideranças, especialmente as cúpulas das centrais que têm origem na heterogeneidade das correntes político-partidárias que o compõem. Afirma o autor:

a reorganização do movimento sindical, notadamente os esforços em direção à formação de entidades nacionais, como as centrais, foram amplamente promovidos por correntes político-partidárias. Algumas delas existiam antes dos regimes militares (caso dos dois partidos comunistas, das organizações trotskistas, do trabalhismo e do nacionalismo populistas, especialmente); outras tendências e organizações políticas haviam se formado no processo de luta contra os governos militares, como os movimentos de guerrilha; outras resultaram da atuação da igreja e de entidades católicas; outras ainda, formaram-se durante o processo de abertura, em larga medida como fruto da ação de algumas das tendências que acabamos de mencionar. A pluralidade sindical, no nível das cúpulas, em larga medida foi o resultado da atuação de grupos políticos. Em outras palavras: a reorganização do sindicalismo não saiu do interior do próprio sindicalismo (RODRIGUES, em BOITO, 1991, p.41).

3.3 - Mudanças na Estrutura Corporativista e no Modelo Sindical Brasileiro

A respeito das radicais mudanças que a organização dos trabalhadores brasileiros vem sofrendo, principalmente entre as décadas de 1980 e 1990, observa-se uma certa tendência a se atribuir a elas um sentido de ruptura com o populismo. Esta idéia é descartada por BOITO (em MATTOS, 1998), para quem há uma manutenção, “ao longo dos anos 80 e neste início da década de 90, da velha estrutura sindical corporativa implantada na década de 30, estrutura essa que foi e é o aparelho organizativo próprio e adequado à prática sindical populista e à ideologia populista que lhe corresponde” (p.76). Acrescenta o autor, que a crise do modelo sindical da ditadura, em um período de declínio da estrutura que sempre o sustentou, não acarretou um rompimento definitivo de sua estrutura, devido, tanto à ideologia do legalismo sindical que permeava as correntes combativas, quanto ao recuo organizado da “abertura sindical” empreendido pelo ministro do trabalho Murilo Macedo, do governo militar de Figueiredo.

Os fatos documentos atestam uma crise explosiva do movimento sindical. As greves de massa de 1978, organizando-se fora dos sindicatos, não ressurgiram de modo súbito, pois tiveram como antecedentes as ações das oposições sindicais e mostraram quão isolados estavam os sindicatos oficiais. Em 1979, o movimento grevista retomou a direção do sindicalismo, revelando a contradição entre as necessidades dos trabalhadores e o modelo sindical da ditadura e, deve-se acrescentar, essa era uma época em que os ativistas eram duramente punidos. O movimento robusteceu-se e passou a disputar as esferas de poder, levando o MDB, partido de oposição da época, a dificultar os atos do governo militar. Já não era mais possível punir todos os sindicalistas, o que, no mínimo, esgarçaria o processo de abertura política, então em curso.

Neste contexto, o ministro Murilo Macedo providencialmente anunciou a política de abertura sindical, cujas medidas de flexibilização ampliariam a ação sindical, implantando, por exemplo, uma legislação salarial relacionada à negociação coletiva. Foram sinalizados projetos e promessas de reformas, que acabaram por levar o movimento à desorganização. Essa sedutora política atraiu lideranças para o interior da estrutura sindical, fortalecendo o processo de integração e subordinação do movimento grevista aos sindicatos, rompendo, assim, com o isolamento no qual estes se encontravam. Desta forma, a política de abertura conseguiu recuperar a imagem desgastada da estrutura sindical brasileira e, muito embora, sem conseguir debelá-la, funcionou como uma sobrevida para o modelo ditatorial então vigente.

Passada a fase de sedução, veio o endurecimento: o sindicalismo em refluxo desde 1981/82 favoreceu Murilo Macedo a intervir em vários sindicatos importantes em 1983, depondo várias diretorias, dando claras evidências da persistência do modelo ditatorial do sindicalismo de Estado. A partir dessa época até 1984, as diretorias combativas passaram a apresentar reivindicações fora dos limites legais impostos pelo governo, ocasionando reajustes salariais cada vez mais longe dos parâmetros oficiais.

O ministro Murilo Macedo, então em um movimento de reformar a legislação vigente, legalizou o que os sindicalistas mais combativos já praticavam desde o início da ditadura. Ao contrário do que as correntes comunistas anunciavam – “arrebentar a estrutura sindical” –, o movimento contribuiu apenas para a supressão dos seus efeitos estruturais.

Assim, a estrutura não foi arrebatada, pois não houve luta, nem sequer vontade política para tal.

A reforma sindical, para BOITO (1991), foi influenciada por duas tendências: de um lado, pelo peleguismo que, com a mudança do modelo vigente, temia perder posição na estrutura sindical e, de outro, por grupos favoráveis e contrários à liberdade sindical. Porém, nenhuma corrente representativa lutou de modo consistente para a destruição da estrutura sindical. Na Assembleia Nacional Constituinte, os deputados comunistas votaram a favor da unicidade sindical. Os comunistas do PCB e do PC do B lutaram apenas pela liberação da estrutura corporativa, muito embora proclamassem a liberdade sindical³⁴.

A supressão do modelo ditatorial de gestão do sindicalismo oficial não ocorreu com a abertura sindical de Murilo Macedo/Figueiredo, mas somente no governo civil de Sarney, entre 1985 e 1988. Tal supressão foi devido à política de reforma sindical implementada pelo seu Ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, e pela promulgação da nova Constituição. Em 1988, os principais elementos da estrutura sindical transformaram-se em normas constitucionais. No entanto, ficaram mantidas a necessidade de reconhecimento legal do sindicato pelo Estado (artigo 8º), a unicidade sindical, as obrigatoriedades das contribuições sindicais, a divisão do movimento sindical por categorias e seu retalhamento por municípios. Os artigos de 111 a 114 mantiveram a estrutura básica da Justiça do Trabalho e a sua tutela sobre o movimento sindical. As medidas reformistas de Pazzianotto apontaram para um controle flexível e indireto do governo sobre os sindicatos, não mexendo, no entanto, em nenhum elemento básico da estrutura sindical (BOITO, 1991, p.73).

Deve-se, de fato, ao movimento sindical organizado, no advento da “Nova República”, em 1985, a eliminação do modelo ditatorial do sindicalismo de Estado. A referida supressão, consagrada no inciso 1º do artigo 8º da Constituição, proíbe o Estado de intervir na organização sindical no sentido, apenas, de depor as diretorias e controlar as eleições, permitindo, contudo, as intervenções necessárias para o funcionamento e

³⁴ Foi o seguinte o editorial do PC do B, assinado por Luiz Tenório de Lima, na *Tribuna da Luta Operária* (16/5/81): “Plurissindicalismo é invenção da burguesia” e do *Jornal da Voz da Unidade*: “É necessário rejeitar o pluralismo sindical” (14/8/81) (em BOITO, 1991).

reprodução da estrutura sindical. O artigo 9º, por sua vez, estabelece o direito de greve bastante amplo.

Analistas como CRUZ (2000) e SANTANA (em RODRIGUES, 1999) concordam que a CUT está adaptada e faz parte da estrutura do sindicalismo no país. Desde a sua criação, esta central mostra um quadro integrado ao sindicato oficial. No seu congresso de fundação constavam, de fato, propostas prevendo tipos de filiação fora da estrutura legal, especificamente para os trabalhadores cujos sindicatos eram controlados pelos “pelegos”. Entretanto, o III ConCUT (1988) reforçou essa integração, diminuindo a representatividade das oposições sindicais nos próximos congressos³⁵.

Concordando com as análises de RODRIGUES (1999), entre outras, que apontam a acomodação da maior central sindical brasileira à estrutura legal vigente, BOITO (1991), afirma que “A CUT é hoje parte da estrutura sindical oficial. Sua única opção de crescimento é eleger correntes cutistas nos sindicatos oficiais rivais para incorporá-los” (p.80). Para este autor, no discurso desta Central sindical, emergem duas posições. A primeira é a da ideologia teórica, que defende a liberdade sindical e se opõe à unicidade sindical, ao imposto sindical e à tutela da Justiça do Trabalho sobre os sindicatos. A segunda posição refere-se à ideologia prática, que contradiz as declarações teóricas. Ele argumenta que a CUT não tem lutado de modo consistente para a liberdade e para a autonomia sindical. Quando Pazzianotto levantou a discussão sobre a Convenção 87 da OIT, a CUT, por exemplo, limitou-se a poucas notas de apoio à proposta de ratificação. Ele conclui que, no Congresso Constituinte, quando foi votada a unicidade sindical, a bancada cutista ausentou-se do plenário, aceitando sem luta a proposta de unicidade vitoriosa.

Para SANTANA (em RODRIGUES, 1999), a “classe em movimento” teve no Novo Sindicalismo um importante canal, que serviu “como elemento vocalizador e fomentador de suas demandas” (p.149). A seguir, o autor aponta algumas dificuldades de organização da classe trabalhadora, especialmente aquelas enfrentadas pelo Novo Sindicalismo. Neste sentido, ele arrola algumas tarefas prejudicadas, em especial aquelas

³⁵ A respeito dos Congressos da CUT, além dos documentos oficiais, ler CRUZ (2000). *A janela estilhaçada a crise do discurso do Novo Sindicalismo*. Petrópolis, Vozes.

que se referem à estrutura sindical. Como exemplo, menciona que a alteração da estrutura sindical foi relegada ao acomodamento e à coexistência com o sindicalismo oficial. Quanto ao imposto sindical, considerado o fator mais importante de atrelamento ao Estado, a luta pela sua extinção, não priorizada, foi, mais tarde, praticamente abandonada. A proposta de organização nos locais de trabalho, que seria a base de sustentação para um novo modelo sindical, além de não se desenvolver, permaneceu como uma experiência limitada e quase pontual. Por fim, a mudança no contexto sócio-político e econômico no Brasil, para o autor, transformou o discurso radical em discurso (e prática) de negociação.

O controle oficial sobre os sindicatos resultou da pressão que uma parcela do movimento exerceu sobre a ditadura militar. Entretanto, a estrutura ditatorial ainda persiste e limita a luta sindical.

Concluindo este capítulo, vale a pena considerar a análise de BOITO (1991) a respeito da estrutura sindical, quando ele afirma que, muito embora a maioria dos militantes de esquerda não concorde, a eliminação do controle oficial sobre os sindicatos foi resultado da pressão exercida por uma parcela do movimento sindical sobre a ditadura militar. A estrutura sindical brasileira é ainda aquela herdada da ditadura e, após ter sido reformada, continua a impor algumas limitações à luta sindical. Uma das limitações, em um plano mais geral, consiste em conter a luta dos trabalhadores no terreno do interesse político da burguesia. Assim, o movimento acha-se separado das lutas pelo socialismo, pela extinção da propriedade privada e pela expropriação dos meios de produção aos capitalistas, bem como da luta contra a exploração do trabalho assalariado. Enfim, a estrutura sindical torna os sindicatos ideológica e materialmente dependentes do Estado e independentes dos trabalhadores. Em seu funcionamento, de um lado, ela induz à dispersão dos trabalhadores, afastando-os da organização sindical e, de outro, estimula o fetiche do Estado burguês, alimentando a expectativa de uma ação livre e espontânea do Estado, visando resolver os problemas do trabalhador de forma individualizada, fora da perspectiva de classe (BOITO, 1991).

3.4 - A Crise do Sindicalismo Brasileiro

Especialistas da área sindical, tais como ALVES (2000), CRUZ (2000), BOITO (1991) e ANTUNES (1992,1999), concordam que atualmente a classe operária vive uma crise sem precedentes, o que se reflete em todas as suas instâncias representativas, como é o caso dos sindicatos. ANTUNES (1999) afirma que, em decorrência da crise, foram afetadas tanto a materialidade (forma de ser) quanto a esfera mais subjetiva, política, ideológica, dos valores e do ideário que pautam as ações práticas da classe trabalhadora. Argumenta ele, que o processo de reestruturação implementado pelo capital, a fim de recuperar o seu ciclo de reprodução, incide fortemente no mundo do trabalho e em todos os aspectos a ele relacionados. Esse autor, após descrever os pontos positivos vividos pelo sindicalismo brasileiro na década de 1980, confirma o descenso vivido posteriormente pelo movimento sindical e arrola alguns fatores que concorreram para isto:

nos últimos anos da década de 1980, acentuavam-se as tendências econômicas, políticas e ideológicas que inseriam o nosso sindicalismo na onda regressiva. A automação, a robótica e a microeletrônica, desenvolvidas dentro de um quadro recessivo intensificado, deslanchavam um processo de desproletarização de importantes contingentes operários, de que a indústria automobilística é um forte exemplo. As propostas de desregulamentação, de flexibilização, de privatização acelerada, de desindustrialização, tiveram, no neoliberalismo do projeto de Collor, forte impulso (ANTUNES, 1999, p. 151).

Para o mencionado autor, o sindicalismo brasileiro caminhou no sentido inverso ao que ocorreu em outros países desenvolvidos³⁶ e latino-americanos. Nestes países, a crise do movimento sindical acusa uma acentuada queda da taxa de sindicalização e de greve. No Brasil, ao contrário, nos anos de 1980, aconteceu uma “explosão” do sindicalismo, evidenciada pelo surgimento de novos sindicatos³⁷ e de associações de caráter sindical, pela expansão das greves (de médicos, professores, funcionários públicos, jornalistas e dos setores universitários) e ainda pelo surgimento das centrais sindicais.

³⁶ Na Europa ocidental, com exceção da Espanha, Portugal e Grécia, a taxa de sindicalização reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se aqueles três países acima citados, as taxas são ainda menores. No Japão a taxa caiu de 30% para 25%, no mesmo período e nos E.U.A. a redução foi de 23% para 16% (Visser, 1993, pp. 18-19). Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e, em menor medida, na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (ANTUNES, 1999, p. 61).

³⁷ O número de sindicatos de empregados urbanos em 1991 em todo território Nacional, era de 3838 e passou em 2001 para 6101. Observa-se um significativo aumento destes em relação às entidades sindicais rurais que, no mesmo período, foi de 2976 para 3923. Estes dados nos mostram um crescimento dos sindicatos de trabalhadores (urbanos e rurais), na última década, que de 6814 passou para um total de 10 124. IBGE - Diretoria de pesquisas, Departamento de População e Indicadores Sociais, Pesquisa Sindical 1991/2001.

Apesar de ainda ser significativo o número de greves na década de 1990, a força do movimento sindical, nesta época, diminuiu em relação à década anterior, o que pode ser visualizado pelo decréscimo quantitativo de greves entre 1989 e 1996. Tal decréscimo pode ser relacionado com a profunda recessão e com o elevado nível de desemprego decorrentes do Plano Collor I que, a nosso ver, contribuiu de forma importante para desarmar o movimento sindical em 1990. Outros fatores que também colaboraram, sobremaneira, para o recuo das greves foram uma série de práticas na indústria brasileira e a livre negociação de salários, com concessões de abonos e antecipações salariais.

Segundo ALVES (2000), a partir dos anos de 1990, com a reestruturação produtiva no Brasil, as práticas sindicais modificaram-se substancialmente. Como defesa, foram desenvolvidas estratégias sindicais propositivas, que ele chama de “neocorporativas”³⁸, levando a um esvaziamento da perspectiva classista. Assim, a principal característica da nova etapa do movimento sindical no Brasil, é a passagem do plano estratégico da confrontação para o da cooperação conflitiva com o capital. Este analista entende que as práticas “neocorporativas”, que se desenvolveram no interior da CUT a partir dos anos de 1990, constituem uma consolidação político-ideológica do espontaneísmo sindical e de uma nova forma de defesa que incorpora o fetichismo da mercadoria como artil da própria sobrevivência da institucionalidade sindical, mantendo-se, por opção ideológica, no horizonte dos valores capitalistas. Isto quer dizer que os argumentos do capital para o seu próprio desenvolvimento se tornam, equivocadamente, armas para os próprios trabalhadores. A arena deixa ser a luta de classes e volta-se para o crescimento do próprio grupo.

A partir desta época, surgiram novos tipos de controle da força de trabalho nos pólos industriais em que o sindicalismo era mais organizado, como os metalúrgicos do ABC. Neste sentido, destacamos o exemplo da retomada das experiências das câmaras

³⁸ Neocorporativismo é o Corporativismo de mercado, com estrutura sindical corporativista, diferente do corporativismo estatal. A particularidade do neocorporativismo sindical é que não seria mais o Estado que promoveria, segundo obscuros princípios tecnocráticos, a conciliação de classes, obstaculizando o desenvolvimento da consciência necessária da classe, mas sim a própria regulação publicizada e consciente do mercado, por meio das entidades representativas e autônomas da sociedade civil – sindicatos e associações empresariais –, de que o estado é só árbitro. O antagonismo entre as classes tenderia a ser anulado no novo contrato entre capital e trabalho assalariado. A luta de classe se daria na esfera da circulação, do intercâmbio das mercadorias. Neocorporativismo é a consolidação político-ideológica do espontaneísmo sindical, de um novo defensionismo que incorpora o fetichismo da mercadoria como artil da própria sobrevivência da institucionalidade sindical, mantendo-se, por opção ideológica, no horizonte dos valores capitalistas (ALVES,2000, p. 276).

automotivas setoriais³⁹, mecanismos de negociação entre os trabalhadores, empresários e o Estado. Ao contrário do que fora programado, na maioria das vezes, as câmaras funcionaram sem a presença dos trabalhadores, por opção destes. No entanto, após a entrada da principal base cutista, o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, observou-se uma radical transformação das mesmas, que então se tornaram, de fato, um fórum tripartite, com visibilidade pública, porém com possibilidades de decisões bastante questionáveis no que diz respeito ao avanço da consciência de classe dos trabalhadores.

Entre outras evidências da citada transformação, nos deteremos naquelas ligadas à CUT, não apenas por esta constituir o exemplo mais contundente de mudança, devido ao seu papel de oposição, outrora desempenhado frente às propostas reformistas do poder instituído, como também por ser a maior central sindical brasileira.

CRUZ (2000) e ALVES (2000), entre outros analistas, apontam para a existência de elementos de mudança neocorporativistas no interior da CUT desde o seu III Congresso, em 1988, indicando o desenvolvimento de um “sindicalismo de resultados”. Este seria caracterizado por uma maior disposição ao diálogo do que ao confronto com o capital e pelo “neopragmatismo sindical” que, por sua vez, diante da ofensiva do capital na produção, assume o discurso do “conserto social” como estratégia política de sobrevivência de parcelas organizadas da classe trabalhadora. Neste contexto, a estratégia sindical baseada no confronto passou a ser repensada e os sindicalistas vinculados à Articulação Sindical, pertencentes à CUT, instauraram novos procedimentos de negociação com o capital⁴⁰, reconsiderando, inclusive, o instrumento da greve. Esta, a partir daí, passa a ser entendida como a “última cartada”, apenas utilizada após o fracasso nas sucessivas negociações.

³⁹ Sobre as câmaras setoriais, ler SCHÜRMAN, Betina (1998). *Sindicalismo e Democracia os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. Ler também, BOITO (1999), *Desindustrialização, neocorporativismo e câmaras setoriais*. (Em BOITO, 1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.

⁴⁰ Em 1992 a CUT, com a vitória da Articulação Sindical, ao contrário de outra decisão de não se filiar a nenhuma central internacional, filiou-se à CIOLS (Confederação Internacional de Organização Sindical Livre), entidade de cariz social-democrata norte-americana que condena o comunismo e apóia o boicote dos EUA a Cuba, entre outros princípios. A partir de então a CUT vem sofrendo profundas mudanças ideológicas e políticas. Ler, a este respeito, CARVALHAL, (2000). *Pegada Eletrônica* V1, N1, pp. 1676-3025. Ler também a este respeito ANTUNES (1998). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

ANTUNES (em ALVES 2000) aponta como evidência do avanço do processo descrito, o implemento do “sindicalismo de resultados” – que se fortaleceu politicamente com a criação da Central Força Sindical, em 1991⁴¹ – e o aumento das greves por empresas. A partir de 1980, as greves por empresa representaram 75.5% dos movimentos paredistas desencadeados em 1984 e, em 1985, chegaram a um índice de 60.8%. Esse autor afirma que

Já no interior da própria CUT, na era neoliberal, desdobrar-se-ia uma tendência similar, de cariz neocorporativo, com o sindicalismo de participação, que privilegia estratégias propositivas; um novo sindicalismo, cada vez mais defensivo, disposto a incluir, em sua pauta de resistência, a parceria com o capital. Nos anos 90, sob o novo complexo de reestruturação produtiva, tender-se-ia a privilegiar, cada vez mais, as “greves por empresas”, demonstrando o predomínio – inclusive no interior da CUT –, da política do sindicalismo de resultados (ANTUNES em ALVES, 2000, p.286).

Para PIZZORNO (em ALVES, 2000), o “sindicalismo de resultados” utilizava como tática a greve por empresa, contrapondo-se, assim, ao “sindicalismo de confronto”. Este último privilegiava as greves gerais por categoria (como as metalúrgicas entre 1978 e 1980) e tinha como principal característica defender a idéia de que função de sindicato era representar todos os trabalhadores e não apenas as suas bases associativas.

A experiência dos metalúrgicos do ABC paulista, ao longo das últimas décadas, pode ser indicada como uma outra evidência da crise que assola o sindicalismo no Brasil. No quadro das estratégias, apontam-se aquelas caracterizadas pela rendição política e ideológica do movimento dos trabalhadores à lógica capitalista. Para ALVES (2000), “a nova prática sindical de cariz propositiva, é sintoma de debilitação estrutural da contestação operária à lógica do capital, com tendências a cortar os elos reais do sindicalismo operário com o movimento social anticapitalista” (pp.295-296).

RODRIGUES (1999) também assinala a transformação político-ideológica do movimento sindical no Brasil a partir de 1990. Este autor explica a mudança de direção das políticas sindicais da CUT, que deixa as táticas de confrontação para as de cooperação conflitiva, como uma consequência da democratização do país e da burocratização que seria própria do sindicalismo.

⁴¹ Relacionamos algumas informações sobre esta central no capítulo anterior.

Com a instauração do pluralismo sindical nos anos de 1980, afigura-se de forma mais clara, a luta político-ideológica no seio do sindicalismo no Brasil, intensificando-se, por exemplo, a discussão sobre o modelo organizativo da CUT. Desta forma, em seu quarto Congresso, saiu vencedora a proposta da **CUT-organização** contra a da **CUT-movimento**, que caracterizava, até então, as táticas desta central. Acelerou-se, deste modo, o que alguns analistas apontam como “burocratização” desta central sindical. Entendemos que no final dos anos de 1990, sob as novas condições da reestruturação produtiva, o debate político-ideológico no interior da CUT definiu-se e a Articulação, tendência majoritária, incorporou valores neoliberais.

BOITO (1991, 1999 e 2002), em suas análises, indica que a CUT se adaptou à institucionalidade sindical vigente no país, incorporou a sua inércia e disseminou o que, em sua expressão, é um “egoísmo de fração”. A respeito da mudança de direção desta central, o autor aponta para a passagem de um sindicalismo de massa e de confronto para um sindicalismo neocorporativo setorial de participação. Em uma de suas considerações, ele afirma que a CUT,

desde o seu surgimento, como movimento de massa transitou entre um sindicalismo que “tendia” à ação unificada de amplos setores das classes trabalhadoras contra a política de desenvolvimento pró-monopolista e pró-imperialista do Estado burguês brasileiro – ou pelo menos, contra a política salarial que era um aspecto fundamental da política de desenvolvimento – para uma ação na qual os diferentes setores da classe trabalhadora, isolam-se em suas reivindicações específicas, desenvolvem uma nova segmentação corporativista e procuram reduzir as perdas de seu setor particular numa particular conjuntura de crise, mesmo quando as reduções das perdas implica a aceitação ativa da política pró-monopolista e pró-imperialista. (BOITO, em ALVES, 2000, p. 299).

Na discussão que diz respeito às causas da crise do movimento sindical brasileiro, BOITO (1991) as relaciona, principalmente, aos acontecimentos políticos da época. Em seus argumentos, por exemplo, ele associa a tendência à segmentação corporativa nos setores mais importantes da CUT com a promulgação da Constituição de 1988 e a eleição do Presidente Fernando Collor, em 1989. Segundo ele, a partir de então, as práticas sindicais neocorporativas de participação e de negociação passaram a prosperar, iniciando a crise de perspectiva política da CUT. Outros fatores também contribuíram para isso, como a difícil conjuntura econômica, em que foi instituída uma política recessiva, a

crise do socialismo no leste europeu e a ofensiva ideológica do neoliberalismo em escala internacional.

Concluimos reiterando algumas idéias já expressas anteriormente. Concordamos, por exemplo, com ALVES (2000), quando ele assinala que a crise no nosso sindicalismo está diretamente ligada à crise estrutural capitalista e às suas repercussões no país. Neste sentido, ele afirma que alguns marxistas são acometidos de uma “cegueira analítica”, por ressaltarem apenas as determinações político-ideológicas da prática sindical, como as greves, os limites da estrutura sindical corporativa e as correntes político-ideológicas no interior das centrais. Tais análises, em sua acepção, desmerecem as ofensivas do capital na produção e seus desdobramentos duradouros na objetividade (e subjetividade) da classe, conduzindo esses analistas a um viés politicista. O autor argumenta que

Essa “cegueira analítica” das determinações ontológico-históricas do processo de constituição da subjetividade operária é que impede a perspectiva politicista de apreender os nexos essenciais da crise do sindicalismo em nossos dias, que se caracteriza não apenas pelo surgimento do sindicalismo de participação de cariz neocorporativo, como temos procurado salientar, mas pelo enfraquecimento estrutural da eficácia política da prática sindical “obreirista” de confronto com o capital no campo da produção, diante de um novo (e precário) mundo do trabalho. (p. 295)

Reafirmando algumas idéias a fim de situá-las como base para um maior avanço de nossa exposição, podemos afirmar que o início do que se chamou “Novo Sindicalismo” constitui, a nosso ver, um quarto momento do conceito de sindicato no Brasil devido às modificações estratégicas e à guinada de direção assumida pelo nosso movimento sindical. Este, de sindicato de Estado, não representativo da classe trabalhadora, passa ao franco confronto com o Estado ditatorial. Ocorre que, sob a era neoliberal, verifica-se nova transformação no panorama sindical do país, agora coincidente com um fenômeno que os analistas vêm apontando como uma crise do sindicalismo brasileiro. Portanto, segundo a lógica que temos adotado até aqui, propomos, a partir da consolidação da era neoliberal, uma quinta etapa na mudança do conceito de sindicato no país. Esta seria caracterizada por uma modificação qualitativa, em um sentido contrário à direção instaurada pelo “Novo Sindicalismo”. Observa-se, assim, que, de uma orientação de confronto, o movimento dos trabalhadores passa para uma orientação propositiva,

voltada para o diálogo e para a negociação com as autoridades do capital e, desta forma, assume as funções de salvaguardar mais os reais interesses dos capitalistas do que as necessidades dos trabalhadores.

Quanto à mudança na organização dos trabalhadores brasileiros nas últimas décadas, presenciamos, de fato, a uma ruptura do modelo autoritário, que engessou nossas forças sindicais de esquerda desde os idos do Estado Novo. Temos que concordar que, a despeito do esforço empreendido pelos setores da esquerda para uma mudança da estrutura sindical corporativa, não houve ruptura efetiva da mesma. Neste sentido, BOITO (em ARAÚJO, 2002) aponta que “falta para caracterizar uma crise [de ruptura], a vontade política consciente e organizada agindo contra a estrutura sindical” (p. 86). Não obstante essa derrota, podemos, como já mencionamos, enumerar consideráveis modificações na referida estrutura. Assinalamos, por exemplo, que consideramos o rompimento do modelo ditatorial que regia o sindicalismo brasileiro como uma das maiores contribuições do “Novo Sindicalismo”.

Além da referida ruptura do modelo ditatorial, pontuamos também, a partir dos anos de 1980, importantes mudanças ocorridas na própria estrutura do sindicalismo no país. Estas se devem, em parte, a uma franca crise vivenciada pelo movimento de organização dos trabalhadores. Se não há uma perfeita concordância, por parte dos analistas, sobre as causas da mencionada crise, parece, contudo, não haver dúvidas, por parte dos mesmos, quanto à grande dimensão desta crise. No rol dos fatores que para ela concorreram, enumeramos os aspectos relativos à estruturação produtiva que atuaram, a partir das perversas investidas do capital no sentido de sua recomposição, sobre a classe trabalhadora. Concordamos que o seu principal sintoma político-ideológico se traduz, por um lado, no desenvolvimento do sindicalismo neocorporativista de participação e, por outro, na ineficácia estrutural das estratégias sindicais de confronto, intrínsecas ao sindicalismo classista.

ANTUNES (1999), centrando-se nos fatores desencadeantes da crise sindical e reconhecendo sua dimensão político-ideológica, reconhece, apesar disso, a existência de enormes desafios estruturais postos em prática pela lógica do capital para o sindicalismo de

classe. Refletindo acerca de algumas possíveis alternativas, mais especificamente para o movimento sindical brasileiro, o autor se pergunta:

Como é possível pensar numa ação que não impeça o avanço tecnológico mas o faça em bases reais, com ciência e tecnologia de ponta desenvolvida em nosso país? Como é possível um caminho que recupere valores socialistas originais, verdadeiramente emancipadores? Que não aceite uma globalização e uma integração imposta pela lógica do capital, integradora para fora e desintegradora para dentro? Como é possível, hoje, articular valores inspirados num projeto que olha para uma sociedade para além do capital, mas que tem que dar respostas imediatas à barbárie que assola o cotidiano do ser que vive do trabalho? Em outras palavras, como superar um caminho meramente doutrinário e buscar a difícil e imprescindível articulações entre os interesses imediatos e uma ação estratégica, de longo prazo, de clara conformação anticapitalistas? Estes são como se pode perceber desafios enormes. (ANTUNES, 1999, p.153).

*

*

*

Concluindo este breve relato do movimento sindical brasileiro, onde tentamos resgatar alguns importantes eventos históricos, relacionando tais vivências com a emergência de aspectos políticos diferenciadores nas diversas etapas do sindicalismo no Brasil. Mesmo de forma resumida, como o fizemos, pudemos observar sensíveis mudanças que, a nosso ver, podem ter oportunizado alguma alteração no perfil do movimento de organização dos trabalhadores brasileiros. Recapitulando, identificamos cinco etapas na história da organização política dos trabalhadores no país, as quais resumimos abaixo.

Em uma primeira fase, podemos dizer que o sindicato no Brasil foi identificado com os princípios anarquistas. Assim, o sindicato era considerado instrumento de solidariedade da classe operária, poderosa arma contra o capitalismo e base para construção de uma sociedade sem classes. O sindicato, para os anarquistas, teria de ser aberto a todas as categorias e tendências políticas, com total independência do Estado e dos partidos políticos.

O limiar de um segundo momento de mudança conceitual, no nosso entendimento, ocorre a partir do Estado Novo. As características deste período político levam o sindicato brasileiro a uma mudança profunda, em que ele passa a assumir uma forma corporativista e estatal: de órgão de solidariedade de classe (primeiro momento anarco-sindicalista), transforma-se em órgão de colaboração entre as classes e o Estado,

subordinando o trabalho ao capital. O movimento operário no período de 1930 a 1964, além de identificado com o governo, foi uma peça fundamental para a defesa e a sustentação dos interesses da burguesia brasileira. Em uma primeira fase (até 1945), os sindicalistas de oposição, os “vermelhos”, foram quase que totalmente dizimados pelo Estado, que incentivava o corporativismo e o assistencialismo dos “amarelos”, grupo este, que apoiava e se submetia aos mandos do governo. A defesa da “Nação”, do nacionalismo e do “desenvolvimento” passam a ser as bandeiras sindicais que substituíram, nesta época, as gloriosas lutas de classe dos “vermelhos”, grupos de oposição, cujo nome é uma referência aos comunistas e aos sindicalistas de esquerda.

Em primeiro 1º de abril de 1964, instalado o governo da ditadura militar, o sindicato brasileiro, já restrito em suas funções políticas, viveu anos de pesada repressão e radical retirada de sua participação. O endurecimento político que objetivava a exclusão do movimento operário permaneceu até os fins de 1970, momento que, em nossa concepção, caracteriza-se como o fim da terceira etapa de mudança do sindicato no país. Nesta fase, o movimento sindical atuou como um sindicalismo de governo, corporativista. O endurecimento da ditadura militar tinha por meta eliminar toda a resistência sindical e, para tal, apenas utilizou a legislação vigente, herdada do governo Vargas. Com o estatuto padrão e a vida sindical rigidamente controlada pelo Ministério do Trabalho, restou aos sindicatos quase que unicamente expandirem os serviços assistenciais para os seus associados, além do silêncio e/ou da exclusão física, psicológica e política especialmente de alguns de seus membros mais atuantes.

No final dos anos de 1970, podemos identificar a quarta fase da transformação do sindicato brasileiro, produto de outra vertiginosa mudança, quando se iniciou o movimento conhecido como “Novo Sindicalismo”. Os ativistas sindicais, aliados ao movimento popular, rebelavam-se, tanto contra a ditadura militar e o arrocho salarial, como contra o modelo autoritário e a estrutura do sindicato brasileiro. Todos exigiam, nos movimentos reivindicatórios, redemocratização no país, reforma agrária, direito irrestrito de greve, suspensão do pagamento da dívida externa brasileira, entre outras bandeiras sociais e sindicais. Assim, o sindicato de Estado ditatorial passa ao sindicato-confronto; o silêncio e o acatamento submissos transformam-se em agitações e greves de massa e em reivindicações sociais e políticas.

Ao serem implantadas as políticas do neoliberalismo no Brasil, a partir do meio da década de 1980, verifica-se uma outra radical transformação no nosso panorama sindical, que foi por nós considerada a quinta etapa na mudança do sindicalismo no país. Esta fase se caracteriza pela mudança qualitativa na direção oposta ao que representou o “Novo Sindicalismo” e que substituiu uma orientação de confronto por uma propositiva. Dentro desta orientação, que se alastrou para todos os movimentos sociais, pinçamos um sintomático exemplo: a CUT, que inicialmente, definia-se como classista, cujo estatuto afirma princípios socialistas, volta-se gradativamente para um “sindicalismo de resultados”. Esta é a posição defendida também pela segunda maior central sindical, a Força Sindical, que se torna uma tendência hegemônica no movimento de organização dos trabalhadores. Diante da ofensiva do capital na produção, a estratégia do confronto, inclusive as greves, passam a ser repensadas pelas principais lideranças sindicais brasileiras. Desta forma, a quinta fase na evolução do movimento dos trabalhadores no país se caracteriza, a nosso ver, pela mudança estratégica da confrontação para a cooperação com o capital. Nesta fase, o movimento sindical se volta para tentar consertar e melhorar o Estado e os objetivos, antes classistas, tornam-se de conciliação entre patrões e empregados, entre funcionários públicos e governo, entre o capital e o trabalho.

III - A PESQUISA

O objetivo central desta pesquisa, como assinalamos anteriormente, foi estudar, em militantes e dirigentes sindicais das áreas dos serviços público e bancário, a construção do conceito de sindicato, especialmente a partir das mudanças que foram observadas neste processo, associadas ao desenvolvimento de sua consciência política. O sentido em que empregamos o termo conceituação – o mesmo que, por sinal, muitas vezes é empregado para substituir o termo construto – é o de construção, de algo que é concebido em decorrência de determinada concepção (ELIA, 2004). Para tal, relacionamos elementos do conceito de sindicato que despontaram a partir dos relatos de sindicalistas e militantes em diversas situações vividas na militância sindical e, mais especificamente, em dois momentos principais, no início da militância e na atualidade, levando-se em conta as diversas formas que a consciência de classe⁴² assume neste percurso.

Ainda em termos dos nossos objetivos, pontuamos alguns aspectos relevantes que podem ser incluídos na composição de possíveis perfis da(o)s sindicalistas brasileira(o)s e que, por sua vez, poderiam estar relacionados com determinadas identidades que permeiam o movimento de organização dos trabalhadores no país. Buscamos também verificar até que ponto tais características se relacionariam com as representações da consciência de classe.

A esse respeito, queremos esclarecer que não pretendemos estudar de forma profunda as identidades que existem no movimento sindical brasileiro, mas, antes, apenas sinalizar aspectos que caracterizam diferentes perfis sindicais, mais especificamente, que se relacionariam com os dois tipos de identidades sindicais, despontados na pesquisa, isto é, aqueles mais conformados com a atual política do governo federal e os que apresentam um perfil de luta mais combativo, de confronto com as autoridades governamentais.

⁴² No corpo do trabalho fazemos uma série de menções à idéia de consciência, incluindo-se então diversas formas de entendimento deste conceito para alguns autores. Em determinados momentos nos referimos à “consciência de classe”, outras vezes à “consciência política”. O sentido para estes termos não se limita a uma definição, até porque nem mesmos os seus estudiosos o fizeram. No entanto, reproduzimos, a seguir uma aproximação do nosso entendimento sobre estes termos, tirada de IASI (1999). Este estudioso explica que a verdadeira consciência de classe é fruto de uma dupla negação: “num primeiro momento o proletariado nega o capitalismo assumindo a sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe, assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital” (p.38).

Pensamos que, ao alcançarmos esses objetivos, estaríamos contribuindo para um avanço da discussão política dos temas ligados ao sindicalismo no Brasil, dentro de uma perspectiva multidisciplinar, levando o saber científico a fornecer instrumentos úteis para a luta dos trabalhadores.

Nossos esforços foram, direcionados, mais especificamente, no sentido de buscar:

- Caracterizar o conceito de sindicato na atualidade brasileira, a partir da percepção representada no discurso dos entrevistados;
- Relacionar o conceito de sindicato por eles expresso com os objetivos e as táticas de luta vivenciadas pelos participantes da pesquisa, bem como com aspectos representativos da consciência de classe;
- Pontuar características relevantes que constituem perfis sindicais, a partir do conjunto de informações trazidas pelos depoimentos dos entrevistados a respeito de si e dos demais militantes sindicais, relacionando tais características com as representações de consciência de classe e com aspectos do conceito de sindicato;
- Caracterizar, a partir dos discursos de nossos entrevistados, a forma de organização político-sindical que tem se delineado nos últimos tempos no país, o que possibilitaria uma melhor análise dos limites da ação sindical, bem como apontar possíveis alternativas para a mesma.

Dentre a gama de sindicatos possíveis, optamos por entrevistar militantes e sindicalistas dos sindicatos dos bancários e dos Servidores Públicos Federais e Estaduais de diversos estados. Assim, os sindicatos representados na pesquisa foram: os sindicatos dos Bancários de Petrópolis, Florianópolis e Piauí; os sindicatos dos Servidores Públicos Estaduais, representados pelo Sindicato Estadual dos Profissionais em Educação do Rio de Janeiro (SEPE), pelo Sindicato da Justiça Estadual do Rio de Janeiro (SINDJUSTIÇA), pela Oposição Serventuária ao SINDJUSTIÇA-RJ, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (SINTUPERJ) e pelo

Sindicato dos Servidores Estaduais Públicos (SINDSEP). Os sindicatos dos servidores públicos federais tiveram representações de vários estados, como o dos Servidores da Justiça Federal dos estados de Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, o Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Sergipe (SINTUFS), o da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Sergipe (ADUFS - Seção Sindical) e o do Sindicato dos Previdenciários dos Estados do Pará, de São Paulo, do Espírito Santo, de Tocantins e de Sergipe (incluído o seu Grupo de Oposição).

Deve-se acrescentar que não nos detivemos em pesquisar apenas sindicalistas, mas também optamos por incluir na amostra além de militantes das bases de alguns dos referidos sindicatos, grupos de oposição sindical⁴³, como, por exemplo, os grupos de oposição dos Sindicatos dos Bancários do Piauí, do SINDIJUSTIÇA do Rio de Janeiro e do SINDIPREV de Sergipe.

Entendemos que esses sindicatos têm mostrado, na atualidade, grande força nos confrontos que têm vivido e foram, por esta razão, incluídos na composição da nossa amostra. Em suas jornadas, essas entidades mostraram evidências de terem alcançado um certo avanço político, que acreditamos ter relação com a consciência de classe, que é um dos aspectos estudados nessa pesquisa.

Acreditamos que, da trajetória específica de militância nestes sindicatos, podem emergir elementos necessários à elucidação das questões que nos propusemos estudar. Assim, a escolha destas entidades priorizou um universo ampliado e heterogêneo de experiências, a fim de se evitar o máximo possível de tendenciosidade no tratamento das influências, buscando-se, deste modo, oportunizar a emergência do maior número possível de vivências. Por esta razão, tivemos o cuidado de incluir entidades com perfis bastante diferenciados, das mais antigas às mais recentes, sendo que algumas delas apresentam estratégias mais conformadas com a atual política do governo federal e outras com um perfil mais combativo, em cuja história podem ser evidenciados elementos de confronto com as autoridades representativas do Estado.

⁴³ Estes foram caracterizados, para esta pesquisa, como grupos de militantes organizados, que discordam das direções sindicais e, na medida das necessidades da categoria ou da classe trabalhadora, formam grupos que implementam políticas paralelas às da direção sindical.

Acompanhando as jornadas desses sindicatos de trabalhadores, podemos verificar que as mesmas marcaram, e ainda marcam, os diversos momentos críticos da política nacional. Assim, acreditamos que as histórias de luta apresentadas por nossos entrevistados, interpretadas em seu conjunto, podem nos permitir melhor caracterizar o conceito de sindicato que tem se delineado na atualidade.

Entendemos que as fontes de informação, além de direcionar, podem, em alguns casos, até mesmo determinar um dado conceito. Para BAKHTIN (2002), “não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (p.95). Neste sentido, acreditamos que, na formação do conceito de sindicato, estejam representadas, tanto as experiências vivenciadas no coletivo da própria classe social, como as idéias ligadas aos valores da classe dominante. Assim, na construção do conceito de sindicato, a pessoa confronta elementos de diferentes origens, incorporando mais elementos de um ou de outro grupo, podendo, assim, mudar seu sentido anterior.

1 - Coleta de Dados

Este trabalho teve uma abordagem basicamente qualitativa. Utilizamos como dados para nossa análise entrevistas semi-dirigidas. Os textos resultantes da transcrição das mesmas foram submetidos a uma análise do discurso. A fim de melhor acompanharmos as possíveis mudanças no conceito de sindicato e sua relação com as representações de consciência de classe, antes de procedermos às entrevistas, solicitamos a cinquenta e um (51) trabalhadores, pertencentes aos sindicatos por nós selecionados, que respondessem a um questionário aberto. As respostas a esses questionários nos auxiliaram na elaboração de nosso roteiro de entrevista. Assim, a seguir, deste universo primeiro, selecionamos oito militantes que, então, foram entrevistados, pedindo-se a eles que nos contassem as suas vidas, especialmente sua militância sindical desde o seu início.

Utilizamos, portanto, duas fontes na coleta de dados. Na primeira fase da pesquisa recorreremos a um questionário aberto, de aplicação individual e, em uma segunda

fase, entrevistamos uma parte da amostra. As entrevistas foram também individuais, gravadas em fitas cassete e foram transcritas na íntegra. Estas, no entanto, não foram anexadas ao corpo da tese, não apenas devido ao grande número de páginas delas resultantes como também, e especialmente, porque foram descritos fatos confidenciais dos entrevistados e, mesmo salvaguardando a identidade dos mesmos, não poderíamos correr o risco deles serem reconhecidos.

Quanto ao questionário, não consideramos as suas respostas como definidoras da tendência da amostra, isto é, não o tomamos de forma positivista. Desta forma, o seu objetivo foi, como assinalamos, preparar o roteiro das entrevistas, a partir dos elementos que emergiram das suas respostas. A estes foram acrescentadas, para a elaboração do roteiro alguns outros pontos que já havíamos vislumbrado com base nas questões da pesquisa que já haviam nos auxiliado na própria confecção do questionário inicial. Os seguintes aspectos vieram a constituir o questionário inicial:

- Elementos iniciais e atuais do conceito de sindicato
- Funções e tarefas sindicais, no início da militância e na atualidade.
- Modificações percebidas no conceito de sindicato ao longo da militância
- Fatores responsáveis por modificações no conceito de sindicato
- Características pessoais e políticas relevantes para a militância sindical
- Elementos que contribuíram para a construção da consciência de classe
- Relação entre as lutas sindicais com as lutas políticas em geral
- Fatos responsáveis por modificações na consciência de classe

Dos cinquenta e um militantes sindicais que responderam ao questionário, um deles comprovadamente nunca participou de nenhuma direção sindical, embora seja militante e regularmente participe da vida de seu sindicato e três não responderam sobre o tempo de militância na direção sindical, sendo que destes, dois deles sabemos que fazem parte atualmente das respectivas direções de seus sindicatos. Os demais, quarenta e sete, responderam que já haviam participado das direções das mencionadas entidades, mesmo que no momento não estivessem respondendo diretamente por elas, ou seja, mesmo que não estivessem atualmente exercendo qualquer cargo nas mesmas.

A composição dos oito militantes entrevistados, selecionados entre os cinquenta e um que já haviam respondido o questionário, foi a seguinte:

- Dois servidores da Justiça Federal, sendo um sindicalista de Sergipe e outro militante da oposição sindical do Rio de Janeiro. Este último é servidor da Justiça do Maranhão e está cedido e lotado – e, portanto, milita – no Rio, há cinco anos. No início da pesquisa ele era dirigente sindical no Rio de Janeiro. Ambos são lideranças políticas onde atuam.
- Dois serventuários da Oposição Sindical da Justiça Estadual do Rio de Janeiro, uma mulher e um homem, ambos lideranças em suas bases sindicais. Pretendíamos entrevistar um representante do sindicato, mas, como não foi possível devido ao fato de nenhum deles ter retornado nossas tentativas de contato, resolvemos substituir o dirigente por outro membro da oposição.
- Três dirigentes do Sindicato dos Técnicos Administrativos da Universidade Federal de Sergipe. Por ocasião da entrevista, um era o presidente e os outros dois eram diretores do mencionado sindicato. O processo eleitoral, na época em curso, já estava no final (novembro/2004). O então presidente não quis se candidatar por discordar do processo de disputa de reeleição, mas aceitou compor a chapa, em suas palavras, para “ajudar os companheiros”. Com a vitória desta chapa da situação, um dos entrevistados elegeu-se presidente do referido sindicato e o outro já exerceu o cargo de presidente deste sindicato, segundo ele, “por diversas vezes”. Os três são lideranças políticas tanto na sua categoria, como na cidade onde moram.
- Uma militante da oposição sindical do Sindicato dos Servidores da Previdência em Sergipe que, na época do início da pesquisa, exercia cargo de direção no referido sindicato.

Quanto à primeira parte da coleta de dados, esta foi feita, como já assinalamos através da aplicação de um questionário a cinquenta e um (51) militantes, com

pelo menos um ano de militância sindical, sendo que a maioria demonstrou ter uma profunda experiência de vários anos no exercício de funções de diretorias sindicais.

Além de entregarmos os questionários pessoalmente nas sedes de alguns dos sindicatos mencionados, tivemos a oportunidade de distribuir alguns questionários no Primeiro Encontro Sindical Nacional, realizado em 2004, em Luizíania, Goiás. Assim, pudemos contar com uma representação na amostragem bastante ampla, cobrindo todas as regiões do país, ficando, porém, a mesma restrita, como já informamos, às categorias de bancários e de funcionários públicos federais e estaduais. Uma outra restrição foi com relação aos participantes entrevistados, que, por dificuldade de contato, ou melhor, de retorno aos inúmeros contatos nossos, ficaram dentro dos limites das regiões sudeste e nordeste, abrangendo especificamente as cidades do Rio de Janeiro e de Aracaju.

No Primeiro Encontro Nacional Sindical, os questionários foram distribuídos de diversas formas. Em alguns casos, conversamos com alguns conhecidos a respeito da pesquisa e, em geral, eles não só aceitavam responder o questionário, como se dispunham, espontaneamente, a nos “ajudar”, distribuindo o mesmo para seus conhecidos. Outras vezes, se esse oferecimento de ajuda por parte dos nossos conhecidos não se fizesse espontaneamente, nós o formalizávamos e, assim, saíamos juntos e éramos apresentados aos seus conhecidos. Outras vezes, ainda, nossos conhecidos levavam consigo alguns questionários e se comprometiam a distribuí-los em sua base e a nos enviá-los respondidos. Uma parte desses questionários não retornou.

De posse dos questionários respondidos, e a partir de uma primeira análise dos cinquenta e um que nos foram entregues, selecionamos inicialmente dez militantes para serem entrevistados e falarem um pouco de suas vidas, especialmente no tocante às suas vivências sindicais. Alguns dos selecionados não puderam ser mantidos na pesquisa e tiveram que ser substituídos. Como não conseguimos substituir todos os que, em nossa interpretação, “resistiram passivamente”⁴⁴ à entrevista, fechamos o número de entrevistados, finalmente, em um total de oito (8) participantes.

⁴⁴ Dos sujeitos que foram selecionados, nenhum deles se recusou claramente a participar da entrevista; ao contrário, todos inicialmente aceitaram o convite, demonstrando certa satisfação. No entanto, em alguns casos, os sujeitos não davam nenhuma previsão para realizarmos a entrevista e, quando sugeríamos uma data, eles descartavam-na argumentando uma coincidente indisponibilidade. Um dos sujeitos chegou a remarcar sua entrevista por quatro vezes, sendo que todas as vezes tínhamos o cuidado de confirmar o encontro, que nunca chegou a acontecer.

A seleção dos entrevistados baseou-se no maior número de questionários respondidos pelos agrupamentos sindicais relativos às três categorias que participaram da primeira fase da pesquisa, conforme já descrevemos anteriormente. Assim, os bancários responderam 23% dos questionários; os servidores públicos estaduais 29% e os servidores públicos federais tiveram uma predominância de 47%.

Contudo, tendo em vista a ampla amostragem geográfica conseguida na primeira fase (respostas aos questionários), a segunda fase (das entrevistas) ficou limitada às regiões nordeste e sudeste, por razões de ordem prática. A grande esfera de alcance da amostra – com representação em todas as regiões do país –, criou-nos dificuldade, pois, diante da distância da base dos sujeitos e da verba que necessitaríamos para locomoção, optamos por limitar as entrevistas aos dois estados que mais contribuíram na primeira fase da coleta de dados. Do conjunto dos participantes da primeira fase, tivemos a seguinte distribuição: região Centro-Oeste 02% dos questionários respondidos; regiões Norte e Sul 04% cada; região Nordeste 33%; e região Sudeste 57%. Portanto, Sudeste e Nordeste foram, destacadamente, as regiões que mais responderam aos nossos questionários.

As entrevistas foram realizadas nos locais e horários indicados pelos participantes e transcritas na íntegra. Como havíamos previsto, as análises das mesmas nos permitiram aprofundar as informações sobre as categorias de análise que emergiram do conjunto dos dados. Pretendeu-se, com este procedimento, detectar como aconteceram as mudanças advindas da militância sindical, como se deu o salto de diferenciação, tanto no conceito de sindicato como no da consciência de classe, verificar quais as principais influências que contribuíram para as possíveis modificações nestas esferas e, ainda, pontuar aspectos relevantes de possíveis perfis sindicais.

As entrevistas semi-estruturadas assumiram um caráter informal. Os tópicos abordados foram previamente estruturados e, tendo em vista o nosso grau de controle sobre os mesmos, bem como sobre os objetivos da entrevista, o roteiro escrito não necessitou ser consultado durante as entrevistas. ROCHA-COUTINHO (1994) chamou a este tipo de entrevista de “aberta” ou “não rigidamente estruturada” e justificou o seu uso, ao mesmo tempo que a caracterizou:

Essas entrevistas, ao se assemelharem a conversas, permitiam, a nosso ver, que os sujeitos se sentissem mais à vontade e descontraídos, possibilitando que se tornassem visíveis certos processos íntimos que, por não serem muitas vezes conscientes, eram freqüentemente desconhecidos dos próprios entrevistados (pp. 167-168).

Tendo em vista que todos nós, tanto entrevistados como a pesquisadora, nos conhecíamos pessoalmente, em especial através das nossas militâncias sindical e política, conseguimos um clima de certa cumplicidade, muito embora alguns deles soubessem que as nossas posições políticas não coincidiam exatamente com as deles. Acreditamos, contudo, que este fato, antes de ter criado qualquer constrangimento, tenha facilitado a exposição exaustiva de suas posições pelos sujeitos, especialmente nos pontos que eles consideravam polêmicos.

Apenas uma das entrevistadas demonstrou um forte nervosismo no início da entrevista. Com o decorrer do processo, parte do mesmo parece ter sido vencido, mas, ainda assim, ela se manteve um pouco tensa até o final. Diante desta situação, passamos a conduzir a entrevista de forma não rígida, porém um pouco mais diretamente do que nos demais casos. Este é um exemplo dos inúmeros casos com que nos deparamos constantemente no movimento sindical. Trata-se de uma militante experiente, bastante crítica, com uma formação cultural e política incontestavelmente acima da média, em relação tanto aos trabalhadores em geral, como aos de sua base. Entretanto, uma visível dificuldade lhe impede de expor suas idéias e posições políticas, não só em público, como em pequenos grupos, ou até mesmo em situação *tête a tête* com conhecidos.

2 - Análise dos Dados

Reafirmando o procedimento adotado, os textos resultantes da transcrição das entrevistas foram submetidos a uma análise de discurso e, aqui, cabe assinalar o variadíssimo leque de possibilidades de análises possíveis que, esta área, ainda recente, nos oferece. De certo, não optamos por uma análise dentro do campo lingüístico, porém, não pudemos abrir mão, em determinados momentos, de alguns aspectos que lhe dizem respeito. É importante explicar que o uso da análise de discurso vem ao encontro de alguns posicionamentos teóricos com os quais compartilhamos, como é o caso da íntima relação

nela estabelecida entre ideologia e linguagem, considerada em seu sentido mais amplo e não apenas restrita aos seus elementos componentes (a esse respeito, ver, por exemplo, FAIRCLOUGH, 2001; ROCHA-COUTINHO, 1998).

Desta forma, consideramos a análise do material, como uma forma de melhor compreender, a partir do que foi expresso pelos entrevistados, o substrato ideológico subjacente a seus discursos, uma vez que entendemos que todo discurso é, por natureza, ideológico.

Em conformidade com o que expusemos, o critério por nós adotado para a análise dos dados foi o de selecionar trechos das entrevistas relacionados direta ou indiretamente com as categorias de análise que foram por nós estabelecidas. Estas surgiram a partir das falas dos militantes, ainda que estivessem de alguma forma relacionadas com as questões da pesquisa.

No que se refere às categorias de análise, esta pesquisa foi norteadas pelo estudo de duas questões que buscaram compreender a construção do conceito de sindicato e sua relação com a consciência de classe, bem como encontrar aspectos relevantes na composição do perfil da(o) sindicalista. Tais aspectos, acreditamos, podem nos trazer pistas sobre os possíveis perfis identitários que coexistem no movimento sindical brasileiro. A partir das respostas dos questionários, e especialmente dos relatos dos entrevistados, pudemos observar que o quadro de informações, tomado como um todo, indicou-nos alguns elementos representativos de determinadas tendências de respostas. Estas, ao mesmo tempo que expressavam as concepções políticas dos sujeitos, nos trouxeram diversas informações, tais como suas principais preocupações e formas de atuação sindical, possíveis origens e direção dos seus valores políticos, como percebiam a si e aos demais militantes, como avaliavam o movimento sindical, entre outros aspectos. As informações registradas nas falas, ao longo de todas as entrevistas, nos permitiram chegar finalmente a duas categorias de análise, uma referente à construção do conceito de sindicato e outra relacionada aos aspectos que compõem possíveis perfis sindicais.

Categoria de Análise I: Construção do Conceito de Sindicato

Nesta categoria procuramos, a partir das vivências sindicais expressas pelos entrevistados, buscar informações que nos indicassem como eles construíram o seu conceito de sindicato. Os seus relatos oportunizaram, ainda, relacionar os diversos aspectos conceituais de sindicato com os diferentes momentos da consciência de classe. Percebemos que alguns aspectos estiveram presentes nos depoimentos da maioria dos entrevistados e, a partir deles, subdividimos a análise desta categoria nas seguintes sub-categorias:

- 1- *O Despertar Político*, em que foram revividos os primeiros sinais de estimulação da consciência política;
- 2- *Conceito de Sindicato no Início da Militância*, isto é, o entendimento de como o entrevistado percebia o sindicato quando nele iniciou sua militância;
- 3- *Conceito de Sindicato Antes/Hoje*, em que focalizamos o entendimento da instituição sindical no início da militância e na atualidade;
- 4- *Funções do Sindicato* – em que os entrevistados relataram as principais funções e tarefas que eles atribuíam e atribuem hoje ao sindicato;
- 5- *Contribuição da Militância para a Consciência de Classe*, em que os entrevistados destacaram aspectos na militância que concretamente teriam colaborado para a construção da sua consciência de classe;
- 6- *Avaliação e Perspectivas para o Sindicalismo Brasileiro*, em que os entrevistados analisaram as mudanças no referido movimento, a relação entre as políticas sindical e a geral e as perspectivas que, em sua opinião, se prenunciam para o movimento sindical brasileiro.

Categoria de Análise II: Aspectos do Perfil da(o) Sindicalista

Nesta categoria buscamos pontuar algumas características nas formas de ser e vivenciar a militância político-sindical por parte dos entrevistados, bem como suas percepções acerca dos demais militantes e sindicalistas brasileiros, relacionando tais características com a consciência de classe. Pudemos observar que as respostas que constituíram esta categoria apontaram para as seguintes sub-categorias:

- 1- *O Sujeito Sindical*, em que consideramos as características pessoais e sindicais que os sujeitos apontam em si;
- 2- *Os Outros Militantes*, em que analisamos como nossos entrevistados percebem as características positivas e negativas dos demais militantes e sindicalistas e, ainda, o que os entrevistados chamaram de “pelegos”;
- 3- *Dificuldades da Militância Sindical*, em que nos detivemos na análise de como os entrevistados vivenciam a sua militância, com destaque para os seguintes aspectos: o trabalho com as bases sindicais; a não identificação das bases com o sindicato; outras dificuldades como a mobilização das bases; e dificuldades oriundas da conjuntura política, da estrutura sindical e dos preconceitos com relação aos militantes;
- 4- *Modificações Históricas no Sindicalismo: Antes e Hoje*, em que observamos como os entrevistados se reportam a exemplos de eventos e de figuras da nossa História com os quais se identificam;
- 5- *Aspectos do Perfil Sindical Relacionados com a Consciência de Classe*, em que foram analisados os sonhos, os projetos de vida e aspectos da identidade sindical relacionados com a consciência de classe.

2.1 - Categoria de Análise I: *Construção do Conceito de Sindicato*

1 - O Despertar Político

À medida que a humanidade desenvolve as suas relações materiais e os produtos delas decorrentes, a realidade, o pensar e todos os aspectos envolvidos no processo são também desenvolvidos. A partir desta constatação, MARX (em MARX & ENGELS, 1996) chegou à uma questão fundamental para o entendimento da consciência: “não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência” (p.39).

Nas sociedades capitalistas, o caráter social dos produtos é assumido não pela relação social entre os trabalhadores, mas pela relação social entre os produtos do trabalho. Este fetichismo das mercadorias vai definir o estado de consciência do ser social, que representa uma coisificação, uma reificação do mundo das idéias⁴⁵. A consciência da classe trabalhadora é construída a partir das condições materiais e ideológicas. Estas são, em parte, engendradas pela classe que exerce a dominação; porém, são hegemonicamente transmitidas por ela. ROSA LUXEMBURG (em ANTUNES, 1988) assim descreve o despertar da consciência de classe nas experiências russas de 1905:

Uma multidão de milhões de proletários descobre de súbito, com um sentimento de acuidade insuportável, o caráter intolerável de suas existências social e econômica, do qual era escravo há decênios, sob o jugo do capitalismo. De repente desencadeia-se uma sublevação geral e espontânea, para sacudir o jugo, para quebrar as algemas...se o elemento espontâneo desempenhou um papel tão importante na greve de massas russa, não é porque o proletariado esteja “deseducado” mas é porque as revoluções não se aprendem na escola. (p. 26)

As experiências da humanidade se repetem em outras condições. Da vida para os livros e vice-versa, em um círculo interminável. Os relatos dos nossos sujeitos nos mostram que foram determinados aspectos relevantes que constituem a realidade social e as condições externas, que, de alguma forma, os atingiram, que lhes despertaram a sensibilidade interna, desencadeando o processo de conscientização que desaguou em sua organização política. Verificamos que, para a maioria do grupo investigado, este despertar aconteceu a partir das condições do trabalho, como podemos observar nos seguintes exemplos:

⁴⁵ MARX e ENGELS. O capital, p.80 (em ANTUNES, 1988, p. 20).

comecei no meio de uma greve, era Godofredo o presidente do SEPE⁴⁶ e na Faculdade, a gente tava brigando pela anistia ampla, derrubar o governo de Augusto Gomes...no início, meus colegas professores, que não faziam opção por lutar, faziam acordos com o diretor pra ajudar a própria vida, em vez de tentar com o sindicato, melhorar a Educação, a opção pelo individualismo, ao invés do coletivo... você vai vendo, aos poucos, às vezes a pessoa tinha um discurso lindo e na hora, o cara recua, nem vai perder nada, ele acaba perdendo a dignidade. A gente vai diferenciando, na convivência (Be-2)⁴⁷.

Entrei sufocado com as condições de trabalho, de salário, indignado. Não tinha a quem reclamar, comecei a me mobilizar...eu sentia muito autoritarismo das chefias, sentia muita exploração de nosso trabalho, em nossa mão de obra e sindicato não fazia isso, eu com essa consciência, entrei no sindicato, acho que ajudei a mudar esse quadro...já na direção, me aproximei do partido, me filiei e milito até hoje. Tem mais de 20 anos...partido ainda era clandestino (Ed-6).

Foram também relatadas situações em que o despertar político se deu impulsionado pelos vislumbres conscientes das condições sociais que estariam atingindo um grupo ou uma parcela da sociedade:

O que me despertou foram as condições de opressão, de espoliação da maioria da população, primeiros germes de consciência de classe, a realidade concreta começando a despertar a sensibilidade...Deu uma indignação, uma revolta, não consciente, uma coisa espontânea de ver maioria da população muito precarizada, enquanto um segmento vivia muito bem usufruindo...uma fase atrás, comecei a despertar consciência de começar a questionar as coisas e o momento do desaguar foi a necessidade de estar organizado. Combinado com isso, estudo, leitura, discussões teóricas. A gente vivia a época da ditadura, de violência política (Ma-1).

a chave não estava ali...na convivência ordeira, obediente buscando descarregar no outro, também vítima...nem religião me satisfazia e procurei a militância comunitária e comecei a enxergar diversos horizontes bons e ruins... esse negócio de discutir cidadania, havia uma questão capitalista, alguém financia e isso me abriu os olhos para buscar outros horizontes e aí não foi difícil chegar à militância sindical, não mais por admirar líderes...(An-4).

comecei em 1982, era estudante secundarista...um cara na minha sala, militante do PT, entrou para [organização] começou a fazer um trabalho comigo...Só que eu tinha uma formação católica, os jornais[da organização] faziam defesa dos homossexuais, do aborto, da mulher, eu achava o pessoal muito liberado, eu fiquei na época simpático ao PT, figura do Lula...eu tava muito dividido entre entrar na igreja... eu fui dando razão ao JP e fui perdendo esse referencial, do papa, do Lula, stnilistas...ele me chamou...Aí eu fui na reunião, a primeira reunião...(Al-3).

⁴⁶ Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro.

⁴⁷ A fim de resguardar a identidade dos sujeitos, nós os identificamos a partir das duas primeiras letras dos seus nomes ou apelidos, já que apenas a primeira letra, em alguns casos, era coincidente, seguida de traço (-) acompanhado do numeral indicativo da posição em que ela(e) fora entrevistada(o). Por exemplo, Fu-9, significa: Fulano, entrevistado nº 9.

2 - O Conceito de Sindicato no Início da Militância

Considerando-se os relatos dos entrevistados a respeito das modificações verificadas no conceito de sindicato e na consciência de classe, os referidos processos mostram uma dinâmica que, em geral, se dá em um sentido crescente que parte de elementos socialmente transmitidos e vão, com a vivência sindical, se internalizando. Assim, eles são expressos por questões que priorizam inicialmente a própria pessoa do militante e os seus familiares. Neste início, as ações dos sujeitos têm por objetivo a satisfação das próprias necessidades, geralmente de cunho econômico. Tivemos exemplos de entrevistados que, ao iniciarem sua trajetória sindical, se reportavam a esses objetivos pessoais e familiares que, como apontamos antes, são comuns aos primeiros vislumbres conscientes. Eis os seus relatos:

Quando eu comecei, era [a luta] por melhores salários, melhores condições de trabalho (Ce-8).

naquela época sindicato era um grupo de amigos afim, que estavam ali juntos para compartilhar idéias, uma relação de amizade familiar, coisa mesmo assim (An-4).

A partir dos depoimentos de nossos entrevistados observamos que a maioria deles, quando iniciou seu processo de organização política sindical, já contava com uma certa consciência de classe. Naquele momento, eles já não se referiam, na sua conceituação, a elementos similares ao que corresponderia a um primeiro momento de consciência, por já terem ultrapassado essa primeira condição da consciência política. Isto quer dizer que, de maneira geral, eles não centravam mais as preocupações em si e nos familiares, mas mostravam, além disso, uma aguçada preocupação com os problemas sindicais e com os grupos de trabalho. A busca da organização político-sindical significa, a essa altura, uma defesa mais avançada, segundo os autores por nós trabalhados na parte teórica, porque coletiva, pois já teriam, supostamente, percebido que não conseguiriam, sozinhos, empreender uma luta eficaz contra a sua condição de explorados. Assim, as vivências oriundas da militância “trabalham” – no sentido de fortalecer ou enfraquecer – elementos já existentes na consciência e acrescentam outros, mais voltados para a coletividade, no caso mais voltados para o grupo de trabalho/sindical. Este ainda seria um momento corporativo, porém mais avançado do que o primeiro, tendo em vista a nítida direção para o social, ainda

que mais imediato, já que se refere a um grupo mais próximo. Vejamos como alguns sujeitos nos colocam o seu entendimento de sindicato neste momento específico:

eu via muito o sindicato assim, mais diretamente ligado às lutas internas, da corporação (Jo-7).

Eu buscava principalmente muito a partir da avaliação que a gente fazia situação da categoria (Be-2).

No meu trabalho eu sentia muito isso, muito autoritarismo das chefias, sentia muita exploração de nosso trabalho, em nossa mão de obra (Ed-6).

A seguir, os militantes descobrem e despertam para as dificuldades de todos os trabalhadores, assumindo, assim, as lutas que incluem a “sociedade como um todo”. Os embates que caracterizam os três momentos descritos acima ocorrem dentro dos moldes capitalistas e o objetivo deles, em geral, é a “reforma” do sistema econômico. Alguns relatos mostram essas preocupações voltadas para a sociedade e para a classe trabalhadora:

no início [a gente] tem aquela ilusão de que através do sindicato consegue eleger pessoas com outra concepção, né? Política de nível e...conseguir alguma mudança e melhorar a situação [dos trabalhadores]. (Me-7)

Finalmente, em uma fase posterior, a(o)s militantes assimilam o mecanismo de funcionamento do sistema econômico que molda esta sociedade e, em conseqüência, os limites de sua luta, de “conservação” social⁴⁸. A partir de então, suas táticas se voltam para o questionamento e para as denúncias das contradições sociais que são engendradas pelo sistema que caracteriza a sociedade capitalista. Neste momento, a consciência política, que já vinha se ampliando, torna-se revolucionária, segundo apontamos antes, precisamente porque excede os limites das lutas reformistas dirigidas para o atual sistema econômico. O objetivo das mesmas, neste momento, volta-se para a derrocada do sistema capitalista e o anseio é pela busca da construção de uma sociedade alternativa a essa, o que foi repetidas vezes apontado pelos entrevistados como uma “sociedade socialista”. Contando já com uma condição avançada de consciência política, segundo os autores por nós trabalhados na parte teórica, ao iniciarem a sua militância sindical, alguns entrevistados, afirmaram:

⁴⁸ O termo “conservação social” é utilizado por teóricos e militantes para designar o tipo de sindicalismo cujas táticas têm por objetivo retirar, do tipo de organização social que caracteriza a sociedade capitalista, um maior número de vantagens ou de direitos para a classe trabalhadora. Ou seja, é usado no sentido de “conservar” ou melhorar o sistema capitalista e configura-se como uma forte tendência no movimento de organização dos trabalhadores.

Até 1991, eu achava que o sindicato dirigia a classe [trabalhadora], como se fosse um organismo soviético (Al-3).

Sindicato era e continua sendo um instrumento que pode cumprir vários papéis, além da preocupação econômica, tem que ter, necessariamente um viés político, mais geral, um instrumento da transformação da sociedade, ajudar, junto com outras organizações, na derrocada do capitalismo e apontar com a perspectiva de uma sociedade socialista (Ma-1).

3 - Conceito de Sindicato ANTES/HOJE

Consideráveis aspectos do conceito de sindicato e da consciência de classe são elaborados a partir da conjuntura política, social e ideológica. Desta forma, as informações fornecidas pelos participantes da pesquisa correspondem, no limite, à nossa realidade. Para melhor entendê-las, devemos, portanto, considerar as políticas econômicas adotadas nas últimas décadas. Estas, no caso brasileiro – e aí incluímos as sociedades capitalistas na atualidade –, estão voltadas, caracteristicamente, para o receituário neoliberal. O conjunto de tais políticas, empreendidas massivamente pelos governantes brasileiros – especialmente a partir de Collor – têm como princípios incontestes, a precarização das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores e o ataque feroz aos sindicatos, que atinge por tabela toda a classe trabalhadora. Daí se explicarem, em parte, as táticas sindicais terem se voltado, desde os anos de 1980, para a conciliação entre as classes, visando a manutenção dos empregos e dos direitos trabalhistas que vêm sendo, desde lá, retirados. Assinale-se que isso tudo teve por consequência direta o fortalecimento do sindicalismo de resultados, conciliador, que incidiu na deteriorização do movimento dos trabalhadores, levando-os a abdicar das lutas classistas, antes uma realidade e hoje uma raridade no sindicalismo brasileiro. Como podemos esperar, todo este quadro trouxe um forte retrocesso, segundo posições teóricas por nós trabalhadas anteriormente, para o movimento sindical, a identidade da classe trabalhadora e sua própria consciência de classe. Assim, diante deste quadro, parece-nos razoável afirmar que as modificações no conceito de sindicato da(o)s militantes e sindicalistas tenham sofrido as mencionadas influências, já que, de fato, a consciência de classe dos entrevistados não alcançou todo o potencial de crescimento que acreditamos possível⁴⁹.

⁴⁹ Embora não haja nenhuma regra, espera-se que militantes sindicais possam chegar a uma condição mais avançada de consciência política, tendo em vista as suas próprias vivências, isto é, por lidarem mais concretamente com questões

Podemos verificar uma nítida mudança no conceito de sindicato no grupo investigado que, em um primeiro momento, se apresenta como algo individual, ainda que ele sempre tenha, a nosso ver, uma profunda raiz social. A este processo, relacionamos o processo de construção da consciência política, também não menos complexo, e que, de uma condição supostamente mais elementar, isto é, mais voltada para o individual, avança para uma condição mais sofisticada em termos políticos, o que significaria caminhar em uma direção ao mais coletivo, em ambos os processos.

Sendo assim, a diferenciação que acontece nos aspectos ligados à consciência política, e que incidem diretamente nas vivências sindicais, modificando o conceito de sindicato, pode ser observada nos exemplos abaixo. Nos processos de conceituação de sindicato e de conscientização existem gradações e, curiosamente, os militantes partem de condições diferentes de consciência política e chegam⁵⁰ a condições mais semelhantes, e que consideramos mais avançadas, de consciência política. Assim, o entendimento de sindicato para os dois entrevistados citados a seguir mostra que, de forma diferente dos demais que serão mencionados mais adiante, parte de referências mais pessoais e passa a apresentar na atualidade em suas conceituações, elementos considerados a nosso ver mais avançados, ou seja, mais voltados para questões coletivas mais amplas:

[Antes] era um agrupamento de amigos uma relação de amizade familiar, só...nós estávamos elucidando coisas acontecendo ao redor de nós, por...eu não sei se modismo, por necessidade de nos colocarmos na sociedade como de esquerda, como pessoas que tinha ideologia. Eu achava bonito dizer: olha eu sou militante sindical...eu faço[zia] a militância sindical de acordo com a minha disponibilidade, eu fazia esporadicamente, no domingo, no feriado (An-4).

[Hoje] a gente faz militância sindical todos os dias, a gente tá aberto pra ouvir... uma coisa que é muito forte pra mim é que se a gente não tiver unido, não seremos fortes, se a gente não tiver compartilhando, não for solidário à luta da mulher negra, bancária, das desempregadas, do deficiente físico, dos trabalhadores sem terra, para também no nosso momento de luta trazer esses companheiros para discutir os nossos

decisivas para eles do que os demais trabalhadores. O relativo avanço insinuado refere-se ao fato de os militantes terem deixado de priorizar os aspectos voltados para si, para os familiares e para o grupo de trabalho e considerar prioritariamente as questões da sociedade. Evidentemente estamos tratando de um complexo processo (construção da consciência) em que, com muitas limitações, podemos intuir algo como um início, mas não um término, uma vez que este processo está sempre em aberto para crescer. O que nós tentamos na pesquisa, como já explicamos, foi acompanhar o percurso da consciência política em um determinado período de tempo, entre o início da militância e a atualidade.

⁵⁰ A fim de facilitarmos a visualização do movimento de diferenciação conceitual de sindicato e da consciência política, reproduzimos os depoimentos dos sujeitos em conjunto e na seqüência Antes/Hoje, em que “Antes” significa como os sujeitos percebiam o sindicato no início da sua militância e “Hoje” como o vêem na atualidade.

problemas, nós vamos ficar cada vez mais fracionados... o sistema como um todo cada vez mais aguerridos (An-4).

[Antes] Quando eu comecei era por melhores salários, melhores condições de trabalho (Ce-8).

[Hoje] continua sendo um órgão de defesa, né? só que hoje não é só pra defender os trabalhadores, tem que orientar mais os trabalhadores, dá formação...pra que o trabalhador, a luta dele não é só por melhores condições de trabalho, melhores salários, não é só isso, também a sua situação na sociedade...ao longo na trajetória a gente vai conhecendo melhor as dificuldades a gente vê que não é só um grupo de trabalhador que tem dificuldade todos os trabalhadores têm e que dependendo da dificuldade de um chega na de outro (Ce-8).

Nos relatos que apresentamos a seguir, podemos verificar os diversos momentos da consciência política a partir dos quais os entrevistados conceituam sindicato no início da militância e na atualidade. Todos eles, entretanto, num segundo momento, como afirmamos anteriormente, passam a conceituar sindicato de forma diferente, ou seja, ampliam o conceito no sentido de incorporarem elementos mais voltados para o coletivo do que em sua conceituação inicial:

[Antes] era justamente aprofundar esse processo de conscientização da categoria como classe, tirar o nosso sindicato de um ostracismo horrível, uma relação com as outras entidades, ampliar a luta do nosso sindicato...eu tinha essa visão e acho que aprofundei...tinha umas coisas muito cruas, o discurso da cidadania, ainda tava meio que impregnado (Be-2).

[Hoje] eu levei um tempo para entender a sedução desse discurso [cidadania] desviava da luta de classe trabalhadora...Fazer revolução pelo sindicato, não é isso que o sindicato é pra fazer, mas é um espaço, um veículo político para transformar sim, o processo de conscientização, eu pelo menos tô pensando em transformar as consciências, não deixá-las mais alienadas (Be-2).

[Antes] eu pensava o sindicato mais fechado, né? Bem fechado...eu via muito o sindicato assim, mais diretamente ligado às lutas internas, da corporação (Jo-7).

Hoje não, sindicato do trabalhador é o sindicato que tem que tá em constante e permanente luta intransigente às aspirações do trabalhador, independente, em relação ao patrão, em relação ao empregador, seja ele da iniciativa privada ou do governo (Jo-7).

[Antes] quando eu entrei no sindicato eu tinha uma visão de que eu poderia levar uma contribuição pra os companheiros: melhorar as condições de salário e do trabalho (Ed-6).

[Hoje] depois tive contato com socialismo e achávamos possível colocar o sindicato como escola de socialismo...hoje é preciso explicar, levantar discussão a questão do rio São Francisco, a questão das mulheres, questão de raça...era necessário nos sindicatos, discutir, agregar novas tarefas pra gente poder participar de um mundo

mais cidadão e tirar a categoria daquela questão específica do salário, levar essa consciência mais geral para que os trabalhadores possam ser donos e partícipes desse processo que está surgindo...(Ed-6).

[**Antes**] eu tinha o sindicato como uma entidade que formava opiniões, a consciência de classe, além da luta imediata em busca de algumas conquistas dos direitos da classe, ele seria um instrumento, conscientizador da classe trabalhadora...além de entender esse instrumento fazia essa ligação da relação empregado empregador, mas um instrumento formador de opinião, de conscientização da classe (Me-6).

[**Hoje**] apesar de ser um elo de ligação do capital e o trabalho, um instrumento de luta da classe trabalhadora, mas é uma entidade legalizada, atua dentro dos limites da legislação, do que o poder determina...quando tá mobilizado, quando o movimento tá ascendendo, extrapola um pouco isso, mas na grande maioria, o sindicato é [base] consentida (Me-6).

Nos depoimentos que reproduzimos a seguir, os militantes expõem a diferença em sua conceituação de sindicato; porém, ao contrário dos entrevistados citados anteriormente, mostram que já iniciaram a militância sindical com concepções que consideramos politicamente mais avançadas, segundo posturas teóricas por nós trabalhadas anteriormente:

[**Antes**] Quando eu iniciei, eu achei que tinha um processo revolucionário no Brasil, eu achei que os sindicatos poderiam ser organismos soviéticos podia ter esse papel...era dirigir todo mundo (Al-3).

[**Hoje**] Agora não. Isso não significa que eu não tenho que atuar nele, tem que atuar. A partir do meu contato com o setor operário, vi que não respondia mais, a partir da discussão sobre a reestruturação produtiva...eu não sou daqueles caras que dão as costas pra o sindicato não, mas tem que atuar numa certa medida...essa é a minha visão de sindicato sei que é limitado (Al-3).

[**Antes**] eu já naquela época tinha essa visão, que o sindicato tinha que levar a luta econômica, a luta corporativa e ser ao mesmo tempo instrumento político da classe trabalhadora tem esse componente ser instrumento da luta mais geral, para ajudar a transformação da sociedade, atingir outro patamar de organização da sociedade (Ma-1).

[**Hoje**] eu achava que era possível a partir daquela configuração, fazer a luta econômica e a luta geral, pela transformação...Hoje, eu já acho que não, que esse modelo, essa forma de organização, eu acho que dificilmente pode cumprir aquele papel que pra mim, é o fundamental, que é ajudar na transformação da sociedade (Ma-1).

4 - Funções do Sindicato

Entre os trabalhadores, há uma divisão com relação aos objetivos das lutas a serem travadas nas instâncias sindicais. Tem-se, assim, dois grupos de embates: os

econômicos, mais “quantitativos”, direcionados para a defesa dos interesses materiais, e os políticos, mais “qualitativos”, que seriam, na concepção de muitos militantes, dedicados a elaborar uma estratégia revolucionária. Na verdade, teoricamente, não chega ser uma polêmica, tendo em vista que os diversos autores que se pronunciaram a este respeito, como MARX (1977), LENIN (1979) e ANTUNES (1988), entre outros, concordam que a luta econômica não descarta a política, podendo ser, como afirma LENIN (1979), um embrião para o desenvolvimento da consciência de classe, se conduzida pela política socialista. Para ele, no entanto, o economicismo em si, como apregoavam as *trade unions*, é uma falsa política, por fazer crer aos trabalhadores que apenas este objetivo poderia elevar ao máximo a sua consciência. ALTHUSSER (1999), crítico do padrão dessas idéias, que em sua aceção é um divisor no movimento de trabalhadores, sustenta:

Somente a política é nobre e digna de ser praticada porque revolucionária: a reivindicação sindical sendo material “de baixo nível” e não-revolucionária fica faltando apenas levar os operários a afirmar que é uma vergonha pedir uns “tostões” para comprar geladeira, televisor e, até mesmo carro; ora como se sabe, para a boa teoria burguesa da “sociedade de consumo”, esses bens, por si sós, são “alienantes” para a luta de classe já que “corrompem a alma” de seus possuidores... (p. 149).

As falas dos entrevistados sinalizam que, à medida que se alarga a compreensão das tarefas relacionadas à militância, tais como as lutas e as funções que o sindicato deve empreender, há um avanço na consciência política, de acordo com o referencial teórico por nós desenvolvido. Este dado corresponde objetivamente a evidências da incorporação de aspectos mais voltados para o coletivo, tanto por parte das tarefas sindicais como por parte das concepções e bandeiras de luta que incluem a política em geral e isso, no nosso entender, corresponde a um crescimento da consciência de classe da(o) militante.

Também para a maioria dos militantes entrevistados, as funções sindicais são norteadas pelos dois eixos expressos acima, o econômico, corporativo, e o político, sendo que, neste último caso, o sindicato é chamado a instrumentalizar a luta da classe dos trabalhadores. Neste sentido, nas falas de alguns dos entrevistados é reivindicada a conscientização das bases sindicais, enquanto que para outros esta deve ser estendida aos trabalhadores “como um todo”. É de se assinalar, aqui, também, a preocupação expressa por alguns entrevistados com a ampliação das funções sindicais para incluir as questões

com que a sociedade tem se deparado ultimamente, preocupações que voltaram a ser consideradas pelas organizações dos trabalhadores a partir de um certo tempo, mais precisamente com o surgimento do Novo Sindicalismo no Brasil. Eis alguns exemplos:

o sindicato tem que tentar ao máximo, buscar a unidade de uma categoria pra lutar pelas reivindicações da categoria. Os revolucionários têm que atuar no sindicato pra despertar consciência...toda semana eu atinjo 400 trabalhadores. Vou lá, se não tem panfleto eu passo de voz...acho que tem que ter esse trabalho, tem que dar a cara, tem que ouvir as pessoas. O movimento sindical tem esse papel, ele serve pra unidade da classe, serve, a partir das bandeiras econômicas, das condições de trabalho, despertar consciência, apontando outro lado (Al-3).

[a função] conscientização que não está sendo feita, na minha visão em nenhum momento está sendo feita. Na mudança de cenário aí, eu acho que o sindicato se perdeu um pouco, na condução nas lutas dos trabalhadores e nem por salários eu acho que ele tá organizado...o sindicato perdeu... um pouco a sua... **independência** (Ce-8).

ouvir a categoria, o que ela quer, o que ela acha sobre a ALCA, sobre o FMI, discutir, fazer congresso e ter posições da categoria. A gente tem posições individuais da nossa força política. Eu acho isso incorreto...sindicato tem que ter a via dupla de brigar pela questão salarial e também ajudar a melhorar o nível de consciência política do trabalhador...É preciso que a gente enxugue esse sindicato pra que possa sobrar dinheiro pra fazer política, pra que a gente possa ajudar os trabalhadores a ter uma consciência melhor e insira no movimento sindical as que existem, mas questões novas que estão surgindo como a preservação do meio ambiente (Ed-6).

luta contra as políticas do governo, entendendo que esse governo representa a burguesia, a luta contra as reformas sindical trabalhista universitária e mobilizar a categoria, os trabalhadores em geral contra a ALCA. Retomar a organização, a conscientização das bases, conscientizar as massas do seu papel que existem duas classes [a] explorada, a classe trabalhadora e [a] classe dos governos de plantão, dos que detêm os meios de produção...uma tarefa é criar instrumentos que cumpra esse papel, porque as centrais sindicais e principalmente a CUT, a maioria dos sindicatos, não estão cumprindo esse papel, não têm esse objetivo de conscientizar as bases com relação a essa transformação (Me-5).

articular a luta dos trabalhadores em duas perspectivas; uma corporativa que seria de encaminhar a luta em seu segmento, as lutas políticas-econômicas, as reivindicações salariais, [e] às condições de trabalho...o outro aspecto é o que eu acho até mais importante, fundamental, é o sindicato se constituir em ferramenta, instrumento da luta geral (Ma-1).

ainda era Lula lá no ABC e tinha uma função não só de brigar pelas reivindicações, pelos eixos econômicos, mas tinha todo um enfrentamento com a ordem instituída...o sindicato deve estar “ligado” às políticas do governo [que] nunca atendem aos interesses e necessidades da classe dos trabalhadores e em conjunto formular políticas de combate, de enfrentamento e essas atualmente [são]as reformas do governo (Be-2).

o conjunto sindical no Brasil há dez anos atrás, apenas dava conta da questão salarial e do dissídio coletivo. Hoje, a gente vê o conjunto sindical já preocupado, para levar

alternativa ao padrão de maneira que não venha ser diminuído a quantidade de empregabilidade. Vejo que as funções do sindicato hoje, bem mais abrangentes, porque a gente tem que dar conta da questão da moradia, da cidadania, da questão de Gênero, da etnia, da conjuntura política e econômica (An-4).

Hoje, o sindicato tem que ter uma amplitude maior, como ponto de discussão, temas relevantes não que diz respeito ao trabalhador especificamente, na sua área de trabalho, mas como atingir a sociedade como um todo. Esse intercâmbio, com as demais outras categorias, com os outros movimentos sociais organizados, é um ponto muito importante que eu destacaria além da política específica (Jo-7).

Algumas falas dos entrevistados nos lembram que, de fato, após anos de silêncio imposto pela ditadura militar, com o advento do Novo Sindicalismo, os sindicatos combativos começaram a sair daquele ostracismo e as suas lutas se juntaram aos anseios populares de liberdade, além de se voltarem para o fim do arrocho salarial. A partir daí, as lutas sindicais não mais se restringiram aos limites destas entidades sindicais, pelo menos dos sindicatos que avançaram politicamente⁵¹.

A inclusão dos interesses da sociedade de maneira geral nas concepções sindicais tem relação com um dado da realidade bastante visível neste momento, o fato de muitos quadros sindicais se afastarem da militância para assumirem postos administrativos nos diversos espaços da política nacional. Ao se dedicarem a funções direcionadas para a sociedade, de modo mais amplo, a consciência destes ativistas tende, com a incorporação das tarefas administrativas, a aglutinar os aspectos relacionados a ambas as questões, sindicais e sociais, sem discriminar os espaços e objetivos da causa dos trabalhadores e aqueles da sociedade. A partir do momento em que os militantes se tornam administradores da burocracia estatal, passam a indicar como objetivo do sindicato “lutar para o desenvolvimento da sociedade como um todo” – o que esteve bastante presente nesta pesquisa –, assumindo a palavra de ordem do Estado, ao qual estão atrelados. Esta posição se identifica com o reformismo, forte tendência que disputa posição política com as demais tendências existentes no interior dos movimentos da classe trabalhadora.

⁵¹ Estamos entendendo aqui que uma das evidências de avanço político-sindical é demonstrado pela incorporação de lutas políticas não diretamente ligadas a questões puramente sindicais, mas voltadas também para questões sociais cada vez mais amplas, quando, no extremo, são assimiladas as lutas, por exemplo, do operariado internacional.

5 - Contribuições da Militância Sindical para a Consciência de Classe

As falas dos entrevistados apontam para a grande importância da militância sindical para o crescimento da sua consciência de classe. Podemos observar isto mesmo na fala daqueles que, ao iniciarem a sua militância no sindicato, já contavam com avançados elementos na sua consciência política. De uma forma ou de outra, os ativistas afirmaram que, a partir da militância, sua consciência se alargou, ao vislumbrarem uma “luta muito maior” ou ao descobrirem aspectos que ainda não tinham sido percebidos por eles. Nos primeiros momentos, destaca-se um objetivo coletivo, mais individualista, na forma de idéias voltadas para a melhoria social, que, em geral, estão associadas à sociedade mais próxima. Aos poucos, a militância vai acrescentando elementos coletivos mais amplos, o que paralelamente faz avançar a consciência política. Tal mudança ocorre por diversos fatores, como os estudos teóricos – desde os debates, seminários, grupos de estudo e leituras pessoais –, a prática sindical em si, incluindo-se aí a participação nas greves e as diversas formas de ação diretas, que podem trazer contribuições decisivas para a construção desta nova consciência política. Podemos observar nos relatos dos entrevistados a seguir, a importância que assumiu a militância sindical na escalada de sua consciência política:

Eu estou cada vez mais consciente do meu lugar na sociedade...Eu sou classe trabalhadora! Eu não sou patrão! Eu tive essa consciência a partir da militância mesmo, a partir desse movimento, a partir da participação do movimento 78...minha opção é pela esquerda e pelo combate, o que eu puder fazer de combate a essa ordem perversa (Be-2).

já não estão lutando pelo salário, mas pelo próprio emprego aí não faz diferença se o meu sindicato, ou outro, algum momento vai chegar o desemprego, pelo menos pra mim é assim, seja previdenciário, seja professor, tem que tá mais unida pra conseguir resolver pelo menos um pouco dos problemas (Ce-8).

a verdadeira consciência de classe, se deu exatamente a partir desses grupos de estudos e participação em seminários, com outra linguagem, mais aprofundado, do que eu vinha participando da grande maioria da minha vida como militante (Me-5).

Eu comecei a participar das discussões mais específicas do meu setor de trabalho, depois comecei a participar das assembleias gerais, aí eu vi não era só tratar das questões específicas...Passei a tratar de questões da universidade, participando dessas assembleias...Na relação com outros trabalhadores da iniciativa privada e outras entidades sindicais eu fui percebendo a necessidade de tá ampliando essa discussão, de temas relevantes para a sociedade como um todo...[ajudaram na mudança] a experiência prática, a leitura do que é socialismo e prática sindical, participação em atividades de formação da CUT (Jo 7).

As falas dos entrevistados nos mostram que a influência da militância sindical nos diferentes momentos por que passa a consciência política aponta para diversos aspectos, entre os quais assinalamos as condições concretas vividas pelos militantes, incluindo-se aí uma atenção maior para com os diversos aspectos da conjuntura sócio-política. Neste sentido, lembremos que, como apontado por diversos autores, entre eles LENIN e ROSA LUXEMBURG (em WEBER, 1977), a classe operária não é espontaneamente revolucionária, ela é a classe “em si”, a classe tal como é produzida pelo modo de produção capitalista, isto é, simples matéria a explorar, não tendo, portanto, consciência de si, nem dos seus interesses históricos. Desta forma, seus membros partilham as idéias e as concepções do mundo próprias e propagadas pela classe dominante e, como afirma ROSA LUXEMBURG (em WEBER, 1977), a classe “em si”, “é já uma classe em relação ao capital, mas não uma classe em relação a si” (em WEBER, 1977, p.37).

O sistema capitalista, levado pelas suas contradições, que se encontram em níveis insuportáveis, entra em uma profunda crise, o que oportuniza uma radical crítica social. Este é o *locos* ideal para encontrarmos – opondo-se à classe “em si” –, a classe “para si”, esta plenamente consciente de seus interesses históricos e do sistema social que os engendra. Ao contrário da classe “em si”, os objetivos da classe “para si” excedem o economicismo, que visa uma maior valorização da venda da sua força de trabalho e é livre ideológica e politicamente. Por esta razão, os seus componentes voltam-se para a luta pela destruição das relações de produção existentes, deixando de ser uma mercadoria, de ser meras peças descartáveis do sistema para tornarem-se sujeitos do processo histórico.

É exatamente a partir da sua prática histórica de luta que a classe trabalhadora de classe “em si” transforma-se em classe “para si”. A necessidade de sua luta deve-se, sobretudo, a nosso ver, ao fato dela, classe operária, colocar diretamente em funcionamento as forças produtivas modernas. Aliás, a esta classe caberia não só isso, mas contraditoriamente, desenvolver o próprio sistema produtivo que lhe escraviza. Daí decorreria também o seu poder de paralizá-lo e, assim, desferir os decisivos golpes contra a classe que lhe é antagônica, o que a fez, muitas vezes com que ela recuasse. É neste ponto que se encontra o sindicalismo que consideramos avançado, classista, com suas ações diretas, com as greves que, imprimindo um caráter de combatividade ao movimento, além de trazerem um certo recuo à classe dominante, elevam a consciência de classe dos

trabalhadores que delas participam e ainda levam o movimento, no limite, a avançar como um todo. WEBER (1977) descreve o processo de transformação da consciência operária em consciência de classe e, menciona as funções dos aparelhos estatais e das instituições burguesas que mediatizam, consolidam e reproduzem as relações capitalistas de exploração.

Em suas palavras:

A este nível [dos confrontos da classe trabalhadora com os aparatos burgueses de repressão], a consciência de si própria e dos seus adversários, adquirida pela classe operária, reforça-se. Integra elementos de conhecimento das diversas instâncias e níveis da sociedade como um todo: conhecimento das diversas instituições estatais e do comportamento das outras classes e frações de classe. A consciência operária torna-se consciência política de classe (WEBER, 1977, p.40).

Parece claro o crescimento da consciência política dos entrevistados a partir da sua militância sindical. Mesmo os militantes que, no início da militância sindical já contavam com uma concepção que consideramos avançada politicamente, nos relataram outras formas de ação em que se engajaram, bem como inúmeros eventos em que eles verificaram uma concreta contribuição da militância para o crescimento da sua consciência política, como se pode observar nos depoimentos abaixo:

Se você tá na direção e acha que o sindicato tem de ser combativo, de classe, tem colocar aquilo em prática. Eu acho que foi um aprendizado, porque eu tive, você também, uma militância prática. Dentro da entidade sindical eu tinha uma experiência concreta de luta, de mobilizações e isso é fundamental, ajuda a modelar, a burilar a tua consciência de classe, porque você vai para a coisa concreta, vai para os enfrentamentos. Essa experiência para mim foi muito boa do ponto de vista de consolidar essa consciência de classe que eu tenho...nesse período fiz muitos cursos, estudei, acho que isso são elementos que vão formatando a consciência de classe, a concepção de classe mais acurada. (Ma-1).

era mais que consciência classista, era uma consciência internacionalista, a gente se sentia como se fizesse parte da revolução...[ato contra] o massacre dos Sem Tetos em Eldorado dos Carajás, eu tive a mesma emoção que em Volta Redonda, ao passar na Avenida eu falei: não, não tem que puxar música e só o surdo ia marcando...Em 2000, uma greve, que eu tive na direção. Em 2001 a vitória quando a gente ganhou o sindicato, teve uma emoção...mas a consciência, classista, internacionalista dos anos 80 marcou mais (AL-3).

6- Avaliação e Perspectivas para o Sindicalismo Brasileiro

Na avaliação que os militantes fizeram a respeito do movimento sindical, eles consideraram: a) a relação entre as políticas sindical e a geral; b) as mudanças

ocorridas no movimento sindical; e c) as perspectivas do movimento de organização dos trabalhadores.

A- Relação Entre a Política Sindical e a Política em Geral

Sendo os sindicatos uma instância genuinamente política – embora uma significativa parcela deles se dedique apenas às questões (políticas) específicas que lhe dizem respeito –, a sua relação com a política em geral, foi considerada, pela maioria dos entrevistados, como decisiva para a vida dos trabalhadores em geral. Apesar das opiniões terem se dividido – isto é, enquanto uns criticavam, outros elogiavam a mencionada relação –, pode-se observar que foram apontados mais aspectos negativos do que positivos nas avaliações. Ao discutirem a relação entre as políticas sindical e a política geral, os entrevistados, ainda se reportaram ao aparelhamento dos sindicatos pelos partidos – nas suas palavras, levar o partido para dentro do sindicato e levar este para dentro do partido. Na concepção dos entrevistados, isto é um motivo de forte confusão para a base e muito prejudicial aos trabalhadores.

Podemos conferir, pela análise dos discursos dos nossos entrevistados, o tom das críticas endereçadas às diversas pessoas que compõem o movimento sindical. Percebemos, ainda, no que diz respeito à relação existente entre as políticas do sindicato e a política geral, que o sindicato e a sua base são os mais prejudicados, seja pelo atrelamento entre as duas políticas promovido pelos próprios dirigentes sindicais, seja pelo relativo poder que eles exercem dentro da conjuntura política geral:

eu acho ruim, com relação a partido, às vezes tem determinadas instituições políticas, que interferem diretamente dentro do aparelho do sindicato, as pessoas trazem a convivência do partido pra dentro do sindicato eu acho que isso é negativo...[o sindicato]às vezes, até imprime alguma derrota à burguesia, mas ele é um movimento permitido, não consegue fazer uma ruptura (do) o atual sistema, acho que só transforma essa sociedade participando de instituições mais avançadas (Me-5).

essa relação é complicada...a gente devia ter a capacidade e a consciência política de ser militante partidário e sindical, sem isso se misturar...levar o partido pra dentro do sindicato e o sindicato pra dentro do partido. Eu acho que essa mistura, esse bolo não ajuda a base...não é correto misturar bandeiras gerais dos partidos e as bandeiras mais

específicas dos trabalhadores...os sindicatos em campanha partidária, pega recursos dos sindicatos e coloca na eleição partidária de um ou outro candidato (Ed-6).

apesar da gente saber que o sindicato é atrelado ao Estado, o próprio dirigente usa o sindicato dessa forma ...faz com que os trabalhadores não tenham mais tanta confiança no sindicato...a gente tem visto sindicalistas usarem o sindicato como um trampolim, pra carreira política. Eu acho que o que vem acontecendo é isso (Ce-8).

As discussões acerca da relação entre a política em geral, o sindicato e o seu aparelhamento pelos partidos e pelas diversas instâncias do Estado, estão associadas diretamente, a nosso ver, com a relação entre o sindicato e as lutas de classes. Temos que pontuar, contudo, que acreditamos que, no âmbito sindical, são travados ferrenhos embates entre as classes. No entanto, conforme nos falou um dos nossos entrevistados, a atuação do sindicato tem certos limites e, portanto, “tem que se atuar no sindicato, mas numa certa medida” (Al-3). Neste sentido, é de se considerar a advertência de ALTHUSSER (1999) *de* que a instância sindical não inclui toda luta de classes, nem está dentro do terreno em que está enraizada a luta de classes. Como foi apontado nesta pesquisa, esta entidade política constitui uma das formas de luta legal, “permitidas” pelo Estado, e as conquistas conseguidas pela classe trabalhadora têm mais a ver com a sua história de lutas do que com os embates travados pelas referidas entidades sindicais. Mesmo entendendo-se que estas últimas sejam órgãos limitados e que, até certo ponto, referenciam a democracia capitalista – e neste sentido, vão contra, regulam e entram as aspirações e as lutas da classe trabalhadora –, não se pode esquecer, no entanto, que foi justamente contra o poder do Estado que essas instituições sindicais, em muitos momentos, conseguiram avançar e pôr em movimento a classe trabalhadora.

Reconhecendo a conjuntura de atrelamento e acomodação das instâncias sindicais aos governos e às autoridades do Estado capitalista, temos que admitir, entretanto, que, em determinados momentos, a burguesia se deparou com a sua força, tendo mesmo que retroceder, o que, na linguagem popular, ficou conhecido como “deu os anéis para não perder os dedos”. Uma justa referência, neste sentido, foi-nos trazida por um dos nossos entrevistados, ao considerar que “em determinado momento, você [referindo-se ao sindicato] pode impor um certo recuo à classe dominante, mas eles, às vezes até recuam taticamente pra poder se reciclar, se reorganizar pra vir com mais força ainda” (Me-5).

Nas falas dos entrevistados a seguir, podemos observar sua opinião a respeito do papel do movimento sindical e a sua relação com as instituições do Estado, no caso a via parlamentar, colocando em cheque a relação entre a política sindical e a política em geral:

...você cria aquela ilusão que a maioria da população eu acredito que tenha, que através de uma eleição dessa burguesa, você vai conseguir melhorar a vida do povo, vai transformar a sociedade...eu quando comecei a militar eu tinha essa visão...sindicato é um outro tipo de organização...que leve à revolução, a uma ruptura mesmo [só] se for uma organização de partido político. Institucionalizado, burguês, que defende, transformar a educação, transformar elegendo pessoas mais comprometidas, eu não concordo... (Me-5).

...acho que a gente [movimento sindical] tá atrasado...Já devíamos ter elaborado diversos projetos com os nossos aliados no congresso e no senado e desassociarmos essa ligação muito grande que ainda tem dos sindicatos com o governo (An-4).

Foram poucas as defesas da relação entre a política sindical e a política geral. Ainda assim, algumas falas são entremeadas de certa reserva, como se pode ver nos exemplos abaixo:

...é positiva porque abre um pouco a visão das pessoas que o sistema burguês oferece e ajuda na escolha da eleição, mesmo que não transforme definitivo, mas abre os horizontes do militante para sua consciência, enquanto cidadão, melhore um pouco...(Me 6).

...Tem sindicalista brasileiro que até sonha com o socialismo, mas que faz o jogo dos seus partidos políticos e prioritariamente, da sua facção ideológica, eu discordo, apesar...eu não sou contrário a relação...agora a relação deve se dar com independência...o sindicato deve se relacionar com o partido político. Ideal que o militante sindical esteja atrelado a determinada facção política-ideológica, agora, não pode usar o sindicato para seu partido, nem pra sua facção ideológica, deve sobremaneira defender os interesses prioritários da categoria (Jo-7).

B- Mudanças no Movimento Sindical

Com as últimas mudanças políticas, não é novidade que o movimento sindical no Brasil ficou marcadamente atrelado ao governo, o que significa uma importante vitória da tendência reformista. Esta perdeu, atualmente, muito das suas características das décadas de 1970 e 1980. Naquela época, esses militantes tinham um nível de discussão política e tinham um trabalho reconhecido de base. A classe trabalhadora, em sua constituição, conta,

tanto nas direções dos movimentos como nas suas bases, com indivíduos mais conservadores que, na hora de ir à luta, assumem posições mediadoras, não entrando em confronto com o poder instituído. Por outro lado, em um outro extremo, existem aqueles militantes mais à frente politicamente, a nosso ver, que são mais revolucionários. Na disputa, em determinados momentos, a classe está mais acuada e tende a ouvir e a seguir o reformista. Em outros momentos, entretanto, quando a conjuntura explicita contradições em maior número e mais exacerbadas, o grupo acha-se mais forte e pronto para agir, podendo então escutar e seguir as propostas das posições de vanguarda, supostamente mais revolucionárias.

As questões do atrelamento e da cooptação, mais modernamente, reporta à época – mais atrás das últimas eleições presidenciais, que promoveram as atuais mudanças políticas no Brasil – do início do processo de reestruturação produtiva no país. A partir daí, os representantes dos trabalhadores, identificados com as correntes reformistas, ao assumirem posições ou assentos nas diversas esferas dos poderes municipal, estadual e federal, passaram a administrar a máquina estatal, perdendo o contato com as bases e a oportunidade de atuar, estudar e discutir, ou seja, de exercitar teórica e concretamente os princípios da política dos trabalhadores. Desta forma, passaram, contraditoriamente, a reproduzir a forma de viver e de conduzir o Estado da classe que lhe é antagônica. Uma militante por nós entrevistada, assim se referiu à sua direção sindical: “até a maneira de se colocar, uma coisa distanciada da base, muito mais identificada com o poder, almejando as mesmas coisas do poder e pior de tudo, reproduzir os mesmos vícios do poder” (Be-2).

Esta lógica reformista, em que se coloca a questão dos partidos e dos militantes sindicais de esquerda de integrarem as bancadas governistas, é uma tendência mundialmente disseminada. Entre outras fontes, ela tem base na concepção do Estado como um instrumento de dominação de uma classe e não como um lugar de contradição e de luta entre as classes. Assim, a instância instrumental seria exterior à luta de classe. Esta concepção, difundida inclusive nos meios marxistas, por um lado denuncia o caráter de classe do Estado e, por outro, reivindica a sua instrumentalização por parte das lideranças trabalhadoras. Neste sentido, a Universidade, por exemplo, seria considerada como aliada aos interesses universais, ainda que dirigida por burgueses. Assim, a troca da sua direção

por trabalhadores a transformaria, nesta acepção, em um instrumento das lutas operárias. Estranhamente se abstrai aí toda a base burguesa que subsiste nas ciências e que alimenta as universidades. E assim se fez com as burocracias do Estado! Hoje, no Brasil, quantos militantes de esquerda estão no governo central, cujo partido foi criado pelos anseios da classe trabalhadora? Como eles têm administrado bem o capital, para os capitalistas, é claro!

Os exemplos pontuados nos mostram o que os teóricos já nos diziam: não são as pessoas que imprimem o caráter às instituições. Nenhuma pessoa ou militante político – por mais revolucionário que seja – modifica o caráter coercitivo e de dominação de classes destes aparelhos; quando muito, lhes aguça, ou lhes atenua o sentido de seus objetivos. Encerrando esta discussão, lembremos que LENIN foi um crítico mordaz dos comunistas que se iludem – ou que se deixam levar pelo oportunismo, acrescentamos nós – ao entrarem nos aparatos do governo. Afirmou ele: “não existe via parlamentar para o socialismo. As revoluções são feitas pelas massas e não pelos deputados, ainda que os comunistas e seus aliados viessem a se tornar, de forma fugidia, por milagre, majoritários em um Parlamento” (Em ALTHUSSER, 1999, pp. 132-133).

O que nós pretendemos com toda essa discussão, além de uma explicação para o quadro que consideramos de relativo avanço do conceito de sindicato e da consciência política – em que o militante deixa de priorizar os aspectos corporativos que o levaram ao sindicato e se volta mais para as questões da sociedade –, é mostrar que o ativista, tirado da instância sindical para se transformar em um burocrata administrativo, perde a oportunidade de trabalhar e/ou de acrescentar, ao conjunto de sua consciência, elementos específicos da classe trabalhadora, o que, de certo, deve repercutir em seu crescimento político-ideológico. Acreditamos também que este é um caminho do reformismo, utilizado – e na maioria das vezes com muito êxito – pela burguesia, no sentido de cooptar as lideranças sindicais.

Referindo-se às mudanças que vêm acontecendo no movimento sindical – apesar de alguns concordarem que as mudanças têm sido positivas devido à maior liberdade para as lutas e as grandes conquistas alcançadas –, a maioria dos entrevistados acredita que as mesmas teriam contribuído negativamente para o movimento em si. As suas explicações

para o atual quadro sindical no país estão ligadas à cooptação, adaptação e atrelamento às diversas instâncias políticas e partidárias e, muitas vezes, no mesmo sentido, eles acusam o peleguismo que tem se cristalizado no seio do movimento de organização dos trabalhadores. Em suas palavras:

O movimento sindical brasileiro está extremamente degenerado. Ele passa por um processo de decomposição e até de degradação extremamente violento (Ma-1).

a chegada de um representante, entre aspas, da classe trabalhadora, ao governo central. Acho que isso contribuiu para essa mudança de mentalidade dos sindicalistas, principalmente das grandes lideranças, elas foram cooptadas, assumindo cargo pelo governo e outra parte que não estavam nos cargos, mas insistem que é um governo nosso, que a gente tem que defender...houve essa mudança pra pior, ou seja o recuo da militância no sentido de uma ruptura [com o atual sistema econômico] (Me-5).

Acho que é preciso fazer essa independência do movimento sindical, do próprio governo, com os patrões...mesmo que você concorde com alguma coisa do governo, um ponto ou outro específico, mas você tá ali defendendo os trabalhadores (Ed-6).

Encontramos militantes que sinalizam aspectos positivos, mesmo considerando a limitação da estrutura sindical. Assim, ao mesmo tempo em que eles reconhecem o avanço político do momento, direcionam mais acusações ao movimento, como se pode observar nas falas a seguir:

essa estrutura ajuda a formar pelegos...por mais que a gente esteja tomando essa dura, temos numa situação um pouco melhor, mesmo do salário, o capitalismo tá aí, mas eu acho que tem mais resistência, esse negócio de CONLUTAS⁵². Essa política não presta mais, mas a discussão tá viva. Mesmo o pessoal que saiu do PT, tá formando um novo partido, uma série de agrupamentos, o PSOL⁵³, queira ou não, é um avanço. O fato de ter N resistências, a nível do mundo (Al-3).

⁵² A Coordenação Nacional de Lutas (CONLUTAS) foi criada no primeiro Encontro Sindical Nacional, em Luiziana, Goiás, em abril de 2004. Neste encontro foi avaliado o papel que a CUT assumiu, tornando-se um poderoso braço de apoio do governo Federal, assim como todo o prejuízo à luta dos trabalhadores que isso resultou. Nos estados foram criadas as coordenações estaduais (CELUTAS). Um dos desdobramentos deste movimento foi a discussão da fundação de uma nova central sindical. O segundo Encontro com esse objetivo aconteceu no Fórum Social Mundial em Porto Alegre, em janeiro de 2005, e o terceiro será no primeiro semestre de 2006 e deverá fundar a nova central sindical. Participam deste movimento o partido Socialista dos Trabalhadores Unificados, o PSTU, que detém a hegemonia desta discussão, e, entre diversos grupos de esquerda não ligados a partidos políticos, encontram-se alguns como a União Comunista, o Coletivo Pensamento Radical (CPR), a Liga Bolchevique Internacionalista (LBI), incluindo alguns grupos anarquistas, como a União Popular Anarquista (UNIPA), entre outros grupos apartidários. Até a data do mencionado Fórum, o PSOL não aceitava esta discussão e, inclusive, muitos militantes do PSTU voltaram suas intervenções para chamar os integrantes daquela agremiação, para se integrar nesta luta.

⁵³ Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), fundado em 07 de junho de 2004, em Brasília, por 750 representantes, em que se incluíam os parlamentares chamados de “radicais” que, ao enfrentarem a direção do Partido dos Trabalhadores, foram expulsos desta agremiação política, especialmente por discordarem do apoio assegurado por este partido, à política econômica adotada pelo governo.

acho que tá bem, que estamos no recuo ainda, mas nós tivemos um grande avanço, começou a liberar no país. A militância ainda é pouca, acho que só 20% dos trabalhadores brasileiros são sindicalizados...caiu um pouco, mas de qualquer forma, você vive em nosso país extrema dificuldade de liberdade...nosso Brasil e a repressão, a falta de liberdade com os trabalhadores de um modo geral,então, a gente chegar nessa situação acho muito bom. Agora, claro que não dá pra gente ter referências de outros países, tem referências de estruturas sindicais... [sindicalização mais altas] mas são sindicatos de cartório (Ed-6).

Nas suas avaliações, as contundentes críticas dos entrevistados ao movimento sindical atual não pouparam o movimento e as suas lideranças. Aí também percebemos uma forte tendência em atribuir um significado de luta, independente e classista ao sindicato, equivalente a um estado avançado de consciência de classe. Uma parcela significativa das falas apontou pesadas críticas para os militantes, para a estrutura sindical e para a Central Única dos Trabalhadores. As críticas dos militantes descredenciaram direta e indiretamente esta central e as suas lideranças por terem se tornado, segundo eles, um forte aparato de apoio ao atual governo Lula:

nunca o movimento sindical, operário, brasileiro, mundial teve tão ruim...esse sindicalismo esse modelo sindical tá falido...o movimento Sindical precisa ser sacudido e tem que se construir alguma coisa diferente...até o papel mais básico do sindicato, já não consegue, que é fazer greve, luta econômica, nem isso o sindicalismo, da forma e do conteúdo, que ele tá posto hoje, ele não tá conseguindo fazer, já faz muito mal e porcamente (Ma-1).

não é um sindicalismo combativo, que vem para transformar alguma coisa, ele age na ordem... ele tem poder sobre os trabalhadores e a partir que é conivente com as práticas políticas do governo, que vem retirar direitos dos trabalhadores, passa a ser uma outra face do poder... algumas entidades vistas como combativas, passaram a ficar desacreditadas, eu tô me referindo a própria CUT, que era um referencial e que tá já algum tempo deixando de representar o seu próprio papel...vejo o sindicalismo hoje, como uma verdadeira farsa (Be-2).

O sindicato isolado não tem condições de resolver os problemas porque fica muito difícil de enfrentar toda uma política que eu já nem sei mais se é neoliberal, agora que surgiu da classe trabalhadora, mesmo assim nada melhorou (Ce-8).

O movimento sindical brasileiro está vivendo uma grande contradição, devido o candidato de origem da classe trabalhadora, ter chegado ao governo central, o movimento, não ta sabendo qual é o seu papel...apesar de ter ajudado a eleger...ele é um governo que representa o capital, a classe trabalhadora continua sendo a classe trabalhadora e independente de quem esteja lá, nós temos que continuar combatendo das mesmas maneiras que antes... o movimento não ta sabendo se encontrar enquanto movimento...o que podemos ter como referência, do ponto de vista científico, é a teoria marxista (Me-5).

Os participantes da pesquisa denunciaram o sindicalismo propositivo, que se instalou e se fortaleceu em meio ao movimento sindical brasileiro. Entendemos a pertinência de citarmos algumas críticas, já que elas permearam toda a pesquisa:

só fala hoje que tem que ter o sindicato propositivo, que os tempos mudaram, é como se tivesse abandonado essa idéia, da sociedade mais avançada, da sociedade socialista. Então eu acho que pouquíssimo ou quase nenhum militante sindical hoje faz mais esse discurso, falando da ruptura com o sistema (Me-5).

A gente via dirigente sindical achando que o mais importante era fazer negociações de cúpula com o governo e com os empresários, não era mais importante investir na luta e na mobilização, mas fazer uma boa negociação se convencionou chamar de sindicalismo moderno, propositivo, que tinha que abandonar as palavras de ordem, essa coisa de fazer greve, não apostar mais na organização de base, achar que ali na estrutura poderia se resolver as coisas...dentro do aparato sindical, via negociações, começa a se degenerar, não vai mais pro local de trabalho (Ma-1).

A maior parte do mundo hoje tá fazendo movimento sindical de escritório, de resultado... sindicato contrata um advogado e vai la pra mesa de negociação. É esse modelo que nós estamos enfrentando, que tá sendo implementado aqui no nosso país (Ed-6).

Foram raros os elogios, a esse tipo de sindicalismo e estes se voltaram para o modelo sindical. Houve ainda posicionamentos de defesa da CUT, mesmo que no sentido de sugerir uma modificação no quadro que compõe a sua atual direção nacional:

A gente tem um modelo sindical muito bom, o modelo sindical brasileiro ainda é um dos poucos que vai pras ruas, que faz greves. Nós tamos aqui só nos defendendo, quem leva a melhor, toda a vantagem é patrão, as legislação todas são feitas pros patrões pra proteger o capital... (Ed-6).

O sindicalismo brasileiro passa por um momento difícil, o que tá errado pra mim não é o sindicalismo em si, é que as pessoas não conseguem separar o que é sindicato de defesa do trabalhador...alguns até consideram a CUT pelega, pode ter razão, mas no geral, as outras centrais são pelegas...movimento *Vamos a Luta*, acho um erro a construção de uma nova central...não seria ético, usa a estrutura da própria CUT na construção...o manifesto do Sindicato Metalúrgicos de Minas Gerais, chamando a construção... tempos atrás ainda era filiada a entidade (Jo-7).

C- Perspectivas do Movimento Sindical

Para os nossos entrevistados, as expectativas políticas para o futuro, ao contrário das avaliações do movimento sindical, se revelaram bastante otimistas. Estes vêem a concreta possibilidade dos trabalhadores reagirem e passarem novamente da defensiva

para a ofensiva. Em sua maioria, eles defendem a criação de uma nova central sindical, como alternativa, ou pelo menos paralela, à Central Única dos Trabalhadores que, como já foi expresso, em suas avaliações não atende mais aos interesses e às necessidades dos trabalhadores, principalmente devido ao seu forte atrelamento ao governo Lula. Eis alguns dos relatos:

é um processo que a gente olha... é, acha difícil! mas tá caindo no desgaste... e pelo que eu tô vivendo...vem aos poucos se reestruturando e aparecendo uma nova... não é bem uma nova, resgatando uma tentativa, um esforço muito grande de se resgatar, um sindicato de verdade um sindicato de luta, uma central de luta, que venha mesmo a representar a classe trabalhadora, não uma farsa (Be-2).

a gente precisa construir um modelo sindical e esse modelo não é nenhuma miragem, é baseado no que a gente tem... é preciso romper com essa estrutura sindical, com esse modelo de sindicato nacional. É preciso a gente botar mais lenha na fogueira dessa concepção sindical e a gente não se acomode com as negociações coletivas...é preciso incomodar a patronal enquanto idéia, a gente precisa combater esse modelo de capital que tá aí, que não favorece os trabalhadores (Ed-6).

eu tenho uma perspectiva otimista... os trabalhadores vão se organizar e colocar na direção, militantes que tenham um compromisso de classe com eles... Ou tirar das entidades, ou fazer um amplo processo de renovação... a realidade objetiva vai impor a construção de um novo modelo sindical em novas bases, com outro caráter, com outras direções, com outra forma de se organizar, não essa forma que a gente tem, essa coisa vertical, essas entidades sindicais aí, esses aparatos, essas grandes máquinas, eu acho que isso vai ser revisto, isso vai ser questionado... não sei se isso vai se concretizar no futuro (Ma-1).

as perspectivas não são ruins, não, a tendência do governo é continuar com a política, seguindo as ordens dos organismos internacionais, a perspectiva é de que as contradições continuem acontecendo e até se aguçando mais...um momento a classe trabalhadora,[vai] tomar outro rumo, não aceitar essa situação e começar a se reorganizar e voltar...a tendência é o movimento chegar a um ponto da decepção, da desilusão...que o movimento tá vivendo e esse movimento ganhar novas formas e começar se reorganizar independente até da vanguarda, começar a reagir novamente como fez em outros tempos (Me-5).

o movimento sindical tem que pautar a sua atuação como política, buscar uma saída até mesmo de estrutura superior [construir] uma estrutura que abarca os trabalhadores terceirizados, desempregados, precarizados. Nós temos que resgatar esse critério da identidade de classe, do companheirismo...o sindicato tem que entender que trabalhador também é o cara que tá desempregado, precarizado, terceirizado (Al-3).

Podemos observar nas falas acima, mais uma vez, uma defesa da CUT. Um dos sindicalistas entrevistados, que representa um forte contingente, por sinal hegemônico, dentro do movimento, discorda da possibilidade da criação de um outro instrumento de luta dos trabalhadores, como alternativa à maior e atualmente mais questionada central sindical do país:

o ideal pra mim, é lutar pra retomar o poder daqueles que hoje administram a Central Única dos Trabalhadores, do ponto de vista geral, nacional, seria a luta por dentro, não por fora construindo outra central. Eu acho um equívoco tamanho (Jo-7).

2.2 - Categoria de Análise II: Aspectos do Perfil da(o) Sindicalista

1- O Sujeito Sindical

Faz-se necessário explicar que a forma mais ou menos descritiva como dividimos os itens 1 e 2 da análise desta categoria, respectivamente o “sujeito sindical” e “os outros militantes sindicais”, foi-nos sugerida pelos próprios entrevistados, a partir dos seus relatos. Desta forma, o que se constituiu no item um foi o conjunto das informações voltadas para os aspectos que chamamos “pessoais e sindicais”, isto é, referentes aos próprios sujeitos. Neste caso, apenas dois militantes apontaram em si características negativas, tendo ambos se afirmado “autoritários”. Já no item dois, relacionado aos demais militantes, ficou bastante visível a polarização que delimitou os caracteres positivos e negativos.

Chamamos de sujeito sindical aos participantes do movimento sindical, inclusive os entrevistados nesta pesquisa, considerando-se o conjunto de suas características “pessoais” e “sindicais”. Estes termos estão associados à tese de BAKHTIN (2002), a que já nos referimos anteriormente, em que o autor aponta para a impossibilidade de se separar o individual do social. Só a título de recolocarmos de forma abreviada esta questão, devemos lembrar que esta dificuldade se deve ao fato dos referidos aspectos serem tecidos nas tramas do ideológico e, ao mesmo tempo, este último ser tecido por aqueles. Sem nos estendermos nesta discussão, reafirmamos que, ao utilizarmos estes termos, queremos trazer para a discussão todo o equipamento sócio-ideológico que constitui o indivíduo sindical – seus aspectos “pessoais e sociais” – e que é também por ele constituído.

Entendemos como HALL (2000), que as identidades não estão impressas em nossos genes, porém, ainda assim, nós temos a falsa ilusão de que elas são “naturalmente nossas”, quer dizer, é como se elas fizessem parte da nossa natureza. Assim, as impressões

dos entrevistados sobre si e sobre os demais militantes sindicais, apresentadas em seus relatos, nos permitiram chegar a esta categoria que, no limite, sinaliza alguns aspectos de perfis sindicais no nosso tempo. Neste sentido, a alusão de BAUMAN (2005) ao quebra-cabeça⁵⁴ que é construído a partir de um certo número de peças para chegar a um objetivo pré-determinado não pode nos ajudar, ainda que nos dê uma idéia da complexidade do nosso objetivo. Este autor sugere que o objetivo dos estudiosos das identidades, de forma muito diferente da construção de um quebra-cabeça, não se inicia encaminhado por um fim previsível e até mesmo pré-estabelecido, mas, ao contrário, no que se refere à tarefa de desvendar identidades, quaisquer que sejam os dados que temos em mãos não nos asseguram o “final” a que poderemos chegar. A este respeito BAUMAN (2005) sugere:

Começa-se por uma série de peças já obtidas ou que pareçam valer a pena ter, e então se tenta descobrir como é possível agrupá-las ou reagrupá-las para montar imagens (quantas?) agradáveis. Você está experimentando com o que tem. Seu problema não é o que você precisa para “chegar lá”, ao ponto que precisa alcançar, mas quais os pontos que podem ser alcançados com os recursos que você já possui. A tarefa de um construtor da identidade é, como diria LÉVI STRAUSS, a de um *bricoleur*, que constrói todo tipo de coisas com o material que tem à mão (p.55).

A maioria dos relatos apontou para um sujeito sindical ativo, determinado, experiente politicamente e alegre, entre inúmeras outras características. Ao contrário do que o senso comum preceitua, a partir de algumas das suas generalizações, grande parte de nossos entrevistados demonstrou ter um nível político e cultural acurado, possuindo um curso universitário completo⁵⁵. Algumas das características encontradas na maioria da nossa amostra podem ser explicadas pelo fato dos sujeitos serem representantes de vários segmentos do funcionalismo público, categoria cujo acesso é determinado por concursos públicos⁵⁶. Eis como alguns entrevistados se referiram as suas características pessoais:

⁵⁴ Ver BAUMAN (2005). *Identidade*, Rio de Janeiro, Zahar. Este autor, nesta obra, faz uma comparação, tentando mostrar a diferença, entre os estudiosos que buscam desvendar as identidades e os construtores de quebra-cabeças.

⁵⁵ O aspecto cultural e o nível acadêmico não foram controlados por nós, por entendermos que os mesmos não iriam interferir nos propósitos desta pesquisa. Assim, estamos nos referindo aqui ao conjunto de entrevistados apenas. Cabe observar que, no caso, trabalhamos com militantes de sindicatos especiais, como o de Servidores Públicos, de profissionais em Educação, da Justiça, entre outros, como já assinalamos.

⁵⁶ Como explicamos na metodologia colhemos uma parte considerável dos dados em um fórum político nacional, propiciando isto, que a maioria da amostra fosse constituída por funcionários públicos. Parece que a liberação do trabalho, foi um fator importante, por ser mais facilitada neste setor, do que aos trabalhadores das empresas particulares. Queremos registrar, contudo, que este não foi um fator que controlamos, tanto que na nossa amostra consta um número considerável de bancários, incluindo alguns da rede particular.

eu gosto de viajar, de ler. Eu gosto de bom best-seller... eu gosto de ler quase tudo... fotonovela, já gostei, hoje... às vezes eu até leio (Ce-8).

concluí o curso de economia, por vocação... tenho interesse em muitas coisas, em atividades culturais gerais, cinema, música, literatura, meu interesse nessa área é muito grande, músicas de tudo, rock, samba, música clássica, música instrumental, não sou muito praticante de esporte, embora eu goste. Eu gosto muito de cinema...a minha vida social não é muito agitada (Ma-1).

Eu adoro viajar, ir à praia, namorar, ir ao cinema, dançar, adoro, às vezes ficar em casa, com a minha filha...Não gosto de tanta coisa, não gosto de ficar “dura”, Não suporto essa coisa de conflito em família, você vai cheia de dedos e acaba atrapalhando tudo. Se eu pudesse me livrar disso, mas não dá, sou eu que estou cuidando disso tudo...Não gosto de ficar doente, de mentira. Não gosto de gente autoritária, gente medrosa! ai! dá mais raiva ainda! Acho que ainda prefiro o autoritário (Be-2).

Olha, como pessoa, eu sou assim, mais ou menos consciente, tranquilo do meu papel enquanto cidadão (Me-5).

enquanto pessoa eu sou tímido eu misturo, enquanto pessoa enquanto dirigente sindical, quando me proponho uma tarefa, fico muito angustiado, ansioso para passar do papel pra prática aquilo que eu penso e eu gostaria de ter algo mais do que eu tenho, que é vontade, dedicação pra poder desempenhar essas tarefas bem. Quando sinto que não desempenho bem essas tarefas, eu fico chateado. Às vezes fico com isso internamente (Jo-7).

Nas falas dos entrevistados pudemos perceber que para ser identificado como militante sindical não basta estar ligado “legalmente” a esta entidade, mas, antes, é necessário viver organicamente a vida do sindicato, ainda que não necessariamente dentro da sua direção. Os relatos nos indicam que muitos militantes assumem esta condição, estando na direção, outros na oposição, outros ainda enquanto participantes de bases sindicais e, muitas vezes, de uma forma tão orgânica que, não raro, eles são investidos de até mais referências do que aquelas geralmente atribuídas a muitos dirigentes legais. Neste caso, podemos verificar que as características apontadas em si, nessas diversas formas de viver a militância, são comuns e até mesmo similares. Assim, os entrevistados, entre eles dois sindicalistas e dois membros de oposição sindical, representam uma forma de agir e de ser enquanto sujeitos sindicais:

eu me considero um militante ativo, revolucionário, sei que uma revolução não se faz de um dia pra noite, é necessário ter todas as condições objetivas e subjetivas, (Me-5).

Sou radical mesmo, radical vem de raiz, eu não sou palha de coqueiro (riso) que balança pra lá e pra cá, conforme o vento, então pode chamar mesmo! Eu gosto dessa convivência com as outras entidades. Agora o que eu não gosto é de toda a parte burocrática...aquela chatice, as contas, não topo “pelego” (Be-2).

tenho uma referência de questionador, comprei briga com a administração, sempre fui visto meio atravessado, tenho essa característica de questionar, de combatividade, de ir pra cima das coisas...no começo eu tinha dificuldade de falar, organizar o discurso, mas depois eu fiquei com essa característica de falar nas reuniões, nas assembléias, no carro de som, nas greves, sempre ta ali na frente (Ma-1).

eu sou um militante, um sindicalista, participei da Federação, da direção da CUT, dirigi várias vezes o [sindicato X], o sindicato dos Bancários, me sinto realizado de agregar alguns conhecimentos, apesar de não ter estudado na academia, minha educação formal é um pouco limitada, esse limite tem sido superado nas manifestações, nas ruas, nas praças, nos embates da luta de classes, no dia a dia contra os patrões... Eu acho que a luta de classe me deu uma experiência muito boa... o ideal é que nós possamos ter sindicalista com formação intelectual e com experiência com luta de classe também (Ed-6).

Considerando-se os relatos dos entrevistados, parece existir na percepção de alguns deles a sensação de ser necessário fazer algo mais do aquilo que já fazem, de que a sua dedicação e o seu esforço ainda não são suficientes. Eles nos passam uma certa impressão de que teriam alguma responsabilidade no resultado frustrante obtido após uma dura luta, que não equivaleu ao esforço dispensado, por freqüentemente levar o movimento a uma dolorosa derrota. Esta situação foi expressa algumas vezes, como nas seguintes falas:

Eu dou a minha contribuição dentro do possível, eu tô o tempo todo pensando em que eu posso contribuir mais para o conjunto dos trabalhadores, mas eu tenho um sentimento muitas vezes de impotência (An-4).

eu gostaria de ter algo mais do que eu tenho, que é vontade e dedicação pra desempenhar bem estas tarefas...eu gostaria, nesse momento de ter a força pra poder mobilizar os trabalhadores da universidade (Jo-7).

nessa greve [do]13º, nós perdemos...à derrota da classe, depois vem a reforma da Previdência, nós fomos à Brasília, nós fomos derrotados de novo (Al-3).

2- Os Outros Militantes

As características positivas percebidas por nossos entrevistados nos demais militantes parecem ter alguma identificação com eles próprios, tanto concretamente ou em seu imaginário. O porquê deles investirem nessas posições, juntamente com as suas

dimensões simbólica e social, pode alargar a nossa visão do perfil sindical. Vejamos como os sujeitos vêem a(o)s demais sindicalistas e apontam suas qualidades, falando, muitas vezes, de si próprios:

aquela determinação, aquela ideologia, aquela vontade de transformar o mundo, de buscar as coisas de melhorar as condições de vida do trabalhadores, ir pra porta de fábrica, entregar o panfleto, brigar com patrão, ser processado, ser caluniado, colocar o seu nome de público pra ser mal compreendido pelos colegas...uma grande virtude é nunca o sindicalista se envergonhar do mandato que foi conferido pela categoria pra representar ela, de ir a luta, de se expor, colocar seu nome e às vezes até da sua família, nessa luta (Ed-6).

É tá difícil! salvo alguns companheiros que têm uma posição, são chamados de radicais...A disposição, a luta. Nesse sentido há uma honestidade política, porque o outro lado é muito mais sedutor você pode nem ir para o outro lado, mas se retirar, ir para casa como a gente fala “criar galinha” e existe em alguns companheiros uma consciência muito grande de continuar, de formar novos quadros, eu acho que as pessoas que estão atualmente com uma visão outra de sindicato, do ponto de vista político-ético, quase todas estão no campo da oposição (Be-2).

aquela correlação de forças que a gente sempre tá buscando estabelecer entre quem está no espaço de decisão e os que estão no espaço da produção. O sindicalista é o cara que tá esmiuçando, que está procurando debulhar a coisa, procurando encontrar alguma saída para um tipo de opressão...eu acho que falta ainda uma melhor conceituação para visualizar bem quem é seu inimigo, quem é o seu adversário quem é o entrave para a sua ação. Eu acho que isso a gente tem conseguido muito bem ver nos líderes sindicais (An-4).

alguns dedicam seu tempo pra construção de um sonho, dedicam trabalho, esforço, aqui [na direção] é até obrigação, mas dedicam além do normal, deixando de lado família, interesses particulares, às vezes, deixam de estudar, de se aperfeiçoar... Outra virtude é conseguir se desvencilhar, ser independente e autônomo em relação ao patrão é defender os interesses prioritários da categoria ainda temos alguns que pensam assim. Tem sindicalista que consegue tá na luta exclusivamente pra se somar, pra incrementar a luta do trabalhador (Jo-7).

existem sindicalistas que têm a disposição de luta, de participação, são pessoas participativas, que procuram defender dessa forma a categoria que ele representa (Me-5).

Ao apontarem características negativas nos sindicalistas brasileiros, os entrevistados destacaram aspectos éticos, morais e ideológicos no que eles consideram “a maioria dos sindicalistas”. Desta forma, eles marcam a diferença entre uma identidade e outra, apontando elementos com os quais se identificam, excluindo os “outros”.Vejamos alguns exemplos:

Porque hoje o sindicato atrai o que tem de pior. Mau trabalhador, oportunista...tem muita coisa ruim, metalúrgicos, os bancários. É tudo muito ruim, muito ruim (Al-3).

à medida que a gente vai subindo socialmente a gente vai perdendo os companheiros e essa é uma das coisas que eu acho altamente negativa (An-3).

na maior parte não tem nada de bom, nem bonito é...alguns foram seduzidos, não tem ingenuidade, bastante experientes, fazem essa opção mesmo, de não ir pro confronto, de não fazer uma crítica contundente, pra manter boas relações entre aspas, com o poder e passa pra categoria que dessa forma se consegue mais...a gente vai perder tudo que se conseguiu historicamente, tá passando pelo retrocesso e eu vejo os sindicalistas muito nessa postura, muito mais braço do poder muito mais aliado, isso é uma aliança e aliança tem que fazer com minha base (Be-2).

infelizmente tem trabalhadores que não conseguem separar a luta da categoria, daquilo que é conveniente para a sua agremiação ou facção político ideológico...não consegue separar a luta da categoria daquilo que pensa o patrão, que pensa o governo, às vezes termina sendo cooptado...tem o sindicalista carreirista, que tem o sindicato como carreira, tem sindicalista pra atender os interesses do patrão (Jo-7).

tem essa característica oportunista que defende a categoria quando tá por baixo, vista do poder, do comando das estruturas do Estado, quando consegue chegar lá, muda totalmente, passa a ficar exatamente igual aquele que a gente tanto combateu, que as greves tanto combateu (Me-5).

eu tô achando que os sindicalistas, pelo menos os que eu conheço...acho que a grande maioria tão se deixando levar pelo... pelo momento...política mais partidária do que uma política dos trabalhadores (Ce-8).

O “pelego”, como retratado pelos nossos entrevistados, é o sindicalista traidor da classe, inescrupuloso, interesseiro, ideologicamente degenerado, que leva o movimento sindical à total degeneração. Ao longo de toda a pesquisa apareceram referências semelhantes a este personagem que, pelo que pudemos entender, é a própria figura da exclusão e, nas palavras dos entrevistados, desempenha um papel radicalmente diferente do que deveria desempenhar um(a) sindicalista. Entre as inúmeras menções a esta figura, selecionamos as seguintes:

pelego é o cara que faz qualquer coisa pra se manter no aparato, ele quer usufruir, ele não quer lutar, ele quer [lutas] imediatas pra justificar a sua permanência no aparato e geralmente são pessoas muito cínicas, faz discursos até efervescentes e chega lá na negociação, de forma rebaixado, como eu já vi, até beija a mão de desembargador e pro poder ele é um cara subserviente (Be-2).

Sindicalista degenerado é o que abandonou qualquer perspectiva política socialista, não coloca o sindicato como instrumento de transformação pra ajudar o processo de derrocada ao modelo que tá aí. o sindicato se transformou num instrumento pra carreira pessoal, política, uma coisa pra essa pessoa aferir sobrevivência, rendimentos, virou um administrador da burocracia, um administrador da máquina sindical, nem vai mais no local de trabalho, fica viajando por aí, fazendo encontros,

reuniões, seminários...é o carreirismo, transformar sua militância em carreira...vai fazer acordo escuso com empresários, com o governo, em detrimento da luta dos trabalhadores, passando a perna nos trabalhadores (Ma-1).

3 - Dificuldades da Militância Sindical

Como já apontamos, percebemos nos relatos de nossos entrevistados, que a vivência sindical é pontuada por algumas formas de atuação positivas e negativas, que partem tanto dos sindicalistas como dos diversos grupos mais ou menos ligados aos sindicatos. Nossos entrevistados destacaram como dificuldades da militância sindical, o trabalho com as bases sindicais, a não identificação das bases com o sindicato, a dificuldade de mobilização dos membros de sua classe e aquelas dificuldades resultantes da própria conjuntura política, da estrutura sindical e dos preconceitos.

De acordo com os nossos entrevistados, dentre as inúmeras responsabilidades políticas de que as direções sindicais têm se eximido estão as tarefas políticas com os trabalhadores das bases sindicais, sendo esta, segundo eles, um dos pontos mais nevrálgicos do movimento sindical brasileiro. O trabalho orgânico com as bases para os entrevistados constitui uma das funções que um movimento forte de organização política dos trabalhadores não pode, em nenhum momento, prescindir. Uma forma de desarticular o movimento dos trabalhadores é minar a atuação sindical nos locais de trabalho, já que a cúpula do sindicato não se sustenta politicamente no isolamento. Neste sentido, os entrevistados apontaram como evidência disso o significado que ainda assume na atualidade, para o movimento dos trabalhadores, os sindicatos cartoriais⁵⁷. Segundo eles, o Novo Sindicalismo representou um exemplo vivo de mudança e fortalecimento da relação entre a direção do sindicato (ou da oposição sindical) e as bases. A política neoliberal, para se estabelecer, necessitou, entre outros fatores, quebrar a “espinha dorsal” do sindicalismo e, para tal, a cooptação e a desarticulação das diretorias sindicais com as bases, entre outras coisas, foram tarefas de suma importância que as autoridades parecem ter conseguido, segundo os entrevistados, executar de forma magistral. Neste caso, a despolitização e a desinformação foram essenciais para se atingir uma profunda desmobilização política. Nas falas que reproduzimos, alguns dos nossos entrevistados expressaram algumas tarefas a

serem realizadas com as bases, indicando a sua preocupação e a necessidade de um contato mais orgânico das direções sindicais com as suas bases:

é preciso buscar um diálogo mais honesto e sincero com a base e com os trabalhadores de um modo geral...ajudar essa categoria e a sociedade como um todo melhorar o grau de politização dos trabalhadores e tirar os trabalhadores mais dessa linha de reivindicação, luta que também é importante à categoria...mas sair dos resultados e buscar também mostrar um nível de politização pra categoria (Ed-6).

eu mantenho um trabalho regular de base, toda semana passo em 40, 50 locais de trabalho...que tem que ter esse trabalho...A categoria é pelega, é legalista, mas se tô trabalhando ali...Eu vi o pessoal do Comando de greve de São Paulo que tá parando todo o Estado de São Paulo, interessante que é uma greve que passou por cima dos diretores do sindicato, uma greve que vem por baixo, isso é muito bom...tá melhor ficar por fora da máquina sindical... (Al-3).

eu gosto de trabalhar com a base, quer dizer é uma troca com os meus colegas...é uma coisa muito boa, uma troca muito boa. Eu gosto de trabalhar a formação política da categoria, quando A... era diretor de formação sindical, tinha meses que a gente só tinha o domingo pra descansar, a gente tinha todo sábado pra dar cursos, selecionar os filmes, curso de formação política (Be-2).

tenho a característica de ir na categoria, saber como estão as coisas, em cada setor, em cada segmento, fomentar que as pessoas se organizem, se mobilizem ali...outra característica que eu tenho é a necessidade de que o sindicato proporcione formação política para a categoria e para os trabalhadores, organização de base e formação (Ma-1).

Foi apontada por nossos entrevistados a não-identificação dos trabalhadores das bases com o sindicato. A confusão dela decorrente tem se mostrado, segundo eles, muito comum entre os trabalhadores das diversas bases sindicais. Parece que na percepção de uma significativa parcela deles “sindicato só é a diretoria”. Não raro, os trabalhadores reclamam do “sindicato”, afirmando, por exemplo, que “o sindicato não faz nada”, no sentido de “essa diretoria sindical não faz nada”. Os relatos dos entrevistados reproduzidos abaixo – lideranças em suas bases sindicais – nos levam a intuir que pelo menos parte das bases sindicais parece identificar o sindicato apenas com a sua diretoria. Acreditamos não ser possível generalizar essa afirmação. Contudo, o que queremos pontuar aqui é que a informação surgida na pesquisa sinaliza para o fato de que parte do movimento sindical considera “sindicato” a sua diretoria e não conjunto todo, inclusive suas bases. Observemos que uma militante, ao se referir à época em que era da direção sindical, afirma “ser

⁵⁷ São os sindicatos legais, porque possuem a carta de permissão do ministério do trabalho para atuarem, mas não possuem nenhuma atuação, nem representatividade política, junto às suas bases.

sindicato”. A outra, ex-sindicalista, quando pertencia à base, em sua opinião, “não era sindicato”. Eis os seus comentários, bem como o de um outro entrevistado, ao ter o trabalho do grupo de oposição do qual faz parte, analisado por um colega:

Na época que **eu era sindicato**, nenhum tinha... pelo menos o nosso... não tinha grana, né? (Ce-8).

Tinha greve, eu ia, mas como base...eu participava das greves, **mesmo não sendo sindicato** (Be-2).

Pô, tem muito sindicato que não faz o que vocês fazem, soltam material todo mês, 2, 3 material, **vocês têm atuação de sindicato**, [ele, sindicato] que vive do imposto sindical (Al-3).

Os entrevistados identificam alguns fatos como sérios entraves ao seu movimento de organização. Além dos inúmeros problemas enfrentados internamente pelo movimento, suas falas apontam para o uso de algumas táticas, por parte da sociedade civil, para dividir as suas forças. Acrescidas a estas dificuldades, nossos entrevistados mencionam, ainda, alguns outros problemas que também ajudam a emperrar o movimento dos trabalhadores, como os embaraços advindos da conjuntura sócio-política e dos próprios militantes, como o sectarismo e a dificuldade de mobilização, dificuldades provocadas pela estrutura sindical e pelo preconceito social com relação aos militantes e entre eles próprios. Os exemplos a seguir nos mostram uma seqüência de dificuldades conjunturais enfrentadas, segundo os nossos entrevistados, pelos trabalhadores organizados:

nas últimas greves a gente viu que tá muito difícil...outra coisa, o sindicato tem usado muito a justiça pra resolver os problemas...[deveria fazer] como era feito no início com greves fortes, ou outros métodos...o que mais contou foi a última eleição pra presidente. Porque todo mundo sabe que o sindicato tem muitas ... tendências e a maioria era da tendência que apoiava o governo. Então eu acho que hoje eles estão melindrados ou meio... de... fazerem as coisas que não devem ser feitas pra os trabalhadores porque eu acho que não importa o governo, se os trabalhadores estão penalizados o sindicato deveria ser o primeiro a contestar (Ce-8).

é difícil... e ainda mais no contexto que gente tá vivendo, no bombardeio dessas reformas...(Be-2).

se já tínhamos dificuldade de uma revolução, de uma transformação, quando existia o bloco socialista, a União Soviética, com o fim do muro, com o fim do socialismo nesse país, essa dificuldade é maior ainda, ela aumentou muito mais (Me-5).

algumas teses, alguns contextos, alguns princípios, a gente tem visto saindo pelas mãos. Sente como se tudo que nós procuramos cultivar e que a gente enquanto formador de opinião tem que estar disseminando e convencendo cada vez mais. A

gente percebe que nosso público alvo esta sendo seduzido para outro tipo de coisa (An-4).

Uma das maiores dificuldades do sindicalismo na atualidade, segundo os nossos entrevistados, é conseguir que as bases sindicais respondam aos apelos de participação emitidos pelas direções das entidades. Como nos disseram alguns deles, esta não é uma questão localizada, mas, antes, está se enraizando em todos os movimentos da classe trabalhadora. Vejamos o que os relatos dos nossos entrevistados acrescentam a este respeito:

o grande fantasma do Brasil, é que apesar de ter poucas filiações mas a nossa tarefa é fazer com que os nossos trabalhadores participem da vida sindical, que vá as assembleias (Ed-6).

[mobilizar a categoria e os trabalhadores] é muito difícil por muitos motivos, principalmente por conta, da conjuntura, que atingiu os trabalhadores, os servidores públicos federais, eu gostaria de ter essa força, né?...bem, sozinho eu reconheço que não conseguiria, pra atingir eu precisaria ter um discurso que conseguisse buscar outras pessoas pra ter uma força maior no sentido de mobilizar as pessoas. Eu acredito que o problema também não é só da Universidade, do Serviço Público, o movimento passa por um momento, não é só de hoje vem já de algum tempo, problema de desmobilização, de desmotivação pra luta (Jo-7).

se não tá conseguindo arrumar um dia de semana, organiza final de semana, organiza um vídeo. Mapeia onde os bancários moram, procura ver onde eles estão. Tem que estreitar uma relação com o movimento popular...uma vez um companheiro nosso conseguiu um carro do Sindipetro pra gente rodar num domingo e nós criamos um fato político, pra ficar falando dentro da favela, a gente falando coisa simples e as pessoas parando pra ouvir a gente (Al-3).

Os entrevistados apontam, ainda, para o preconceito contra a mulher que é ativista política, inclusive dentro da própria categoria e da diretoria do sindicato, onde, segundo eles, “os companheiros” são sujeitos ativos deste tipo de opressão. A se considerar os depoimentos, os homens militantes também não são poupados do preconceito social. Como podemos conferir nas falas a seguir, a sociedade, em geral, numa tentativa de dificultar o movimento de organização dos trabalhadores, utiliza várias práticas, dentre elas o preconceito que, dentro e fora do movimento, tem-lhe prestado um valioso auxílio:

Eu acho que do ponto de vista de ter a facilidade de atuação a sindicalista ainda tem dificuldade, tanto do preconceito que a sociedade ainda tem, com relação a mulher militante, a mulher sindicalista, como do ponto de vista particular, familiar, pouquíssimas colegas tem, essa facilidade de participar ativamente do movimento como o sindicalista tem, né? (Me-5).

sindicalista nesta área mais conservadora, na nossa sociedade, o pessoal ainda olha por debaixo dos olhos, do alto assim... tem gente que não gosta muito, acha que o sindicalista tem um comportamento ruim, sindicalista é isto, porque fala alto porque fala a verdade, porque cobra... apesar da gente ter como presidente da república é um ex-sindicalista. Eu sinto que ainda tem muito preconceito com o sindicalista (Ed-6).

o sindicalista foi durante muito tempo o cara brigão, o cara que faz questão de separar quem é chefe quem não é chefe porque há realmente um conflito entre patrões e empregados e até nos dias de hoje ainda nota-se esse estereótipo que tá colocado para a sociedade (An-4).

eu já tive em mesa de negociação, representando a oposição, a diretoria e o governo chegaram a um acordo sobre a greve e eu falei que tem que decidir se a greve continua, é a categoria e quase que apanho, além de ser a única mulher, era da oposição, só faltava me jogar da janela...os próprios companheiros de esquerda, não se tocam sendo machistas... toda vez que era pra falar do auxílio-creche, agora Be. vai falar do auxílio-creche. Eu perguntei por que? Eu posso falar de qualquer coisa, mas por que vocês sempre me dão o auxílio-creche. A nossa categoria tá cheia de homens e eles não vão ganhar auxílio-creche, só as mulheres? Então, associar a mulher com as tarefas de mãe que cria filhos... a categoria é machista, se refere a você como a mulher de alguém, você nunca tem nome, na própria diretoria a questão do machismo chegou a um total desrespeito de eu questionar o diretor e exigi que as pessoas se colocassem entrou por um ouvido e saiu pelo outro. Essa coisa do machismo é horrível (Be-2).

Foram também assinaladas pelos entrevistados as debilidades da nossa estrutura sindical que, por ser fechada politicamente, é propensa a vícios e limita a luta dos trabalhadores no país. Essa estrutura, segundo eles, ainda debilita a organização sindical no seu conjunto, pois as lutas se restringem, basicamente, às reivindicações econômicas. Neste sentido, os entrevistados concordaram que ela necessita ser mudada, sendo este um ponto de concordância em suas afirmações. Vejamos como consideram a estrutura sindical brasileira:

a estrutura de sindicato que queremos que tenha autonomia mais do que tem hoje, que tenha finanças, que os trabalhadores possam livremente ajudar esse sindicato com a sua contribuição, não com imposto, não com imposição, não com desconto de isso e daquilo, que ele [seja]construído nessa base sincera, honesta, com os estatutos livres...abra, porque muitos estatutos são fechados, só ganham aquela direção, não tô falando dessa direção, tô falando dos sindicatos brasileiros (Ed-6).

eu acho que essa estrutura não resolve, o sindicato com essa estrutura forma pelego. Eu acho que precisa buscar uma estrutura que abarca os trabalhadores terceirizados, desempregados, precarizados...(Al-3).

Como as Centrais em São Paulo, parece aquela coisa ridícula de Gugu, Silvio Santos, que sorteia carro, que seduz a categoria, celular e vai dando um açuquinho na boca da categoria, vai amaciando, os sindicatos atualmente tem um papel de amaciar...essa opção pela parceria... você senta numa mesa de negociação pra defender os interesses dessa categoria, agora, pra dar idéia, sugestões não, não, aí é parceria mesmo! (Be-2).

a discussão que vem permeando o fórum nacional do trabalho no rumo de se conseguir o consenso, mas é muito difícil e aí a gente já tem algumas divergências, né? Uma coisa é certa que tem de mudar...alguns pontos da legislação que trata do direito sindical, questão de estrutura sindical, tem que se mudar, tentar mobilizar o trabalhador, fazer inserir o trabalhador na discussão diária, cotidiana, fazer tanto interno como também como em outros setores da sociedade (Jo-7).

4 - Modificações Históricas no Sindicalismo: Antes e Hoje

Nossos entrevistados compararam concepções e atuações atuais do sindicato com aquelas apresentadas no passado, em suas avaliações, glorioso e comum. Ao mesmo tempo que eles ressaltaram as características do passado com as quais se identificam, também criticaram e denunciaram o grupo “marginal” ao sistema atual por eles denunciado, dando-nos, assim, algumas pistas acerca do seu perfil sindical ideal:

O sindicalismo hoje é diferente do final dos anos 70 até meados dos anos 80, que atraíam melhor a classe e dos trabalhadores... Antes você entrava pro sindicato pra lutar e os comunistas e os revolucionários lutavam pra dali construir a organização, o partido, antes você tinha quadros que se garantia enquanto trabalhadores, os melhores questionavam o sistema comum. Hoje você não tem isso, acho que tem um processo de se dar bem, ir pro movimento sindical pra se dar bem, arrumar uma boquinha (Al-3).

o meu pai foi sindicalista e ele foi preso por isso. Ele fazia um trabalho de conscientização dos trabalhadores rurais, pra mim sindicato era uma coisa muito séria, tão séria que levou meu pai pra cadeia e um sentido político muito forte, você não tava brigando pelo órgão, você tava brigando por uma estrutura de classe, então a minha visão sempre foi essa, sindicato é pra isso, pra vim porrando, uma coisa mais de confronto (Be-2).

comecei a participar no início dos anos 80. O movimento tava em ascensão havia militantes, sindicalistas, com maior disposição de luta até do ponto de vista da convicção da existência das classes, a necessidade de representar dignamente aquela classe entendendo que só existem duas classes, a classe trabalhadora e a classe que nos oprime, então existia essa consciência por boa parcela do sindicalismo eu entendia que o objetivo da militância por uma grande parte, era com vista a transformação da sociedade, tinha essa luta, com essa estratégia... Hoje eu não vejo quase nenhum militante sindical falar na ruptura desse sistema (Me-5).

a composição política originária teve algumas coisas boas, o movimento sindical independente, auto-sustentado pelos trabalhadores sem nenhum vínculo com o governo, sem nenhuma subvenção oficial, ou dos patrões, a partir da base e radical e anti-capitalista e de ação direta, de luta de massa. Lamentavelmente esta trajetória não continuou...Hoje você ainda encontra sindicalista combativo, mas o número é cada

dia menor em comparação com perfil de sindicalista degenerado...essa característica é amplamente majoritária (Ma-1).

5 - Aspectos do Perfil Sindical Relacionados com a Consciência de Classe

Os entrevistados, em sua maioria, expressaram alguns aspectos indicativos de um perfil sindical ideal, que acreditamos poderiam estar relacionados com a sua consciência político-sindical. A partir dos relatos dos seus sonhos, dos seus projetos de vida e da sua atuação político-sindical, pudemos identificar os aspectos que, para estes sujeitos, se revelaram dentro de uma perspectiva classista, voltada para a transformação social e que alguns deles, inclusive, denominaram revolucionários. Vejamos inicialmente como eles se referem aos seus sonhos.

A maioria dos entrevistados aponta, direta ou indiretamente, como uma de suas metas a construção ou o despontar do socialismo, como nos exemplos reproduzidos a seguir:

o sonho que eu tenho é de uma transformação de uma sociedade, sei que isso é muito difícil e a longo prazo...o Brasil ainda não é politizado...mas vivemos tempos melhores do ponto de vista do respeito à liberdade de expressão, essa pseudo-democracia que vivemos...talvez mais pra frente, quem sabe meus netos alcance uma sociedade melhor e que com.. gerações futuras consiga transformar essa sociedade e os brasileiros (Me-5).

O sonho da adoção e da prática do socialismo, né? é difícil e precisa de muita organização, muita luta, muita conscientização da população como um todo...há muita barreira pra gente construir o socialismo...todo dirigente sindical que sonhou com o sindicalismo é não arrefecer com esse sonho e permanecer com essa bandeira viva, construção do socialismo...Outro sonho que tenho é, no mínimo, se encontrar pontos consensuais em torno de uma unidade dos trabalhadores (Jo-7).

veio a queda do muro de Berlin, veio a restauração do capitalismo, né? Não veio o que nós, a gente tanto quis, que é o socialismo com democracia (Al-3).

Alguns outros entrevistados, diferentemente dos anseios reproduzidos nas falas acima, apontaram como meta a melhoria da sociedade e dos trabalhadores, não chegando a cogitar sobre um tipo de sociedade alternativa. O seu sonho parece adequar-se a esta sociedade em que vivemos, ainda que “melhorada”, ou “reformada”. Seus relatos indicam que os aspectos associados a este momento da consciência política, que incide

diretamente sobre o processo de militância, levam as motivações corporativas e sindicais a cederem lugar a preocupações mais voltadas para as lutas não só dos trabalhadores, mas também as da sociedade em geral. Estas, mesmo que ampliadas socialmente, encontram-se ainda dentro da lógica do sistema econômico social vigente. Por isso, as lutas retratam as ambições de tentar melhorá-lo para “todos os trabalhadores” e “para toda sociedade”, como apontam as próprias falas desses entrevistados. Isto significa melhorias para os grupos semelhantes do “próprio país” e para “a sociedade brasileira”. Seguem os exemplos de alguns dos depoimentos de nossos entrevistados que representam a lógica acima mencionada.

o sonho de todo trabalhador é que todos pudessem [ter] uma vida melhor...eu acho que eu tô um pouco acomodada...um pouco decepcionada com o que a gente vai vendo, um certo momento que o sonho parece que tá em retrocesso...é que.... a gente ainda possa fazer uma mudança, pra melhor, que todos têm direito condições de vida, de trabalho (Ce-8).

Eu sonho muito numa sociedade menos injusta, menos preconceituosa, menos discriminatória, menos racista, onde a questão salarial termina as desigualdades, a gente vê num mesmo local de trabalho, pessoas com a mesma capacidade e uma diferença salarial bastante grande, para que eu possa ser uma pessoa menos infeliz veja uma sociedade onde essas diferenças venham a ser diminuídas (An-4).

Nas falas de alguns dos entrevistados, no entanto, pudemos observar que eles associam as suas vivências sindicais ao seu projeto de sua vida. Este, em geral, está voltado para a luta pela transformação desta sociedade e a construção de uma outra sociedade alternativa a esta. Neste caso, as suas principais atuações sindicais parecem buscar concretizar as motivações dos seus sonhos de vida. Parece, ainda, que tais motivações, tanto as sindicais como as vivenciais, estão indissolúvelmente ligadas, no sentido de umas conspirarem a favor das outras. Em determinados momentos de sua fala não conseguimos sequer delinear os limites, mesmo a grosso modo, entre estas duas motivações, as sindicais e as pessoais. Podemos afirmar, assim, que a maioria dos entrevistados, expressa a sua forma de ser militante e de vivenciar a militância sindical, a nosso ver, em sintonia com a consciência de classe, no sentido marxista desta expressão. Vejamos os exemplos:

desde o despertar político, eu nunca fiz um projeto pessoal de vida. Sempre coloquei como fundamental a questão política, de transformação social...acho que são coisas fundamentais, organizar a partir da base e combinar isso com o processo de formação política, pra ajudar no processo de formação da consciência de classe...outra característica da minha trajetória enquanto sindicalista, sempre tá levando, discutindo

isso e tentando efetivar dentro da atividade sindical na área de organização de base e de formação (Ma-1).

ocê faz aquilo como o teu paradigma, aquilo é que é sindicato, aquilo é postura de sindicalista, o que fugir disso, para mim, não servia...a forma de explorar é que sofisticou, de sugar o outro, mas as coisas tão aí na nossa cara, o desemprego, uns com mais, outros com menos, isso pra mim é tão evidente...em qualquer parte de mundo que haja uma ação de violência política, que não seja de encontro com a classe trabalhadora, o sindicato, onde ele estiver, tem que se engajar nos movimentos (Be-2).

...não foi muito difícil chegar à militância sindical onde eu me vi colocado enquanto cidadão negro, oprimido mas também com sentimento classista...buscando elementos para dizer, olha, outro mundo é possível (An-4).

eu ainda sou uma oposição e mantenho um trabalho regular de base...o que fizeram ontem, é muito importante, a criação de círculos...acho que a gente tá refundando o movimento socialista e pra refundar a gente tem que ver o que deu errado, seja no sindicato ou...nós temos que resgatar esse critério da identidade de classe, do companheirismo (Al-3).

outro sonho é a construção da unidade dos trabalhadores, infelizmente o sindicalismo brasileiro tem vícios, práticas que destoam do que deveria ser o sindicato como movimento...sempre fui simpatizante do socialismo, mas aí eu entendo que há muita barreira pra gente construir o socialismo que a gente pensa que a gente sonha (J0-7).

eu me reivindico um revolucionário, tenho essa compreensão de que só consegue transformar a sociedade através do processo revolucionário então, me sinto um militante que tem ainda a aprender (Me-5).

o sindicato que queremos com certeza é o sindicato de luta, é o sindicato que organize os trabalhadores, que discuta os padrões gerais da sociedade, é que a gente pode chamar de escola de socialismo, que a gente possa mostrar a esses trabalhadores que existe um outro modelo de sociedade, que não é essa que a gente tá vivendo, que é preciso esses trabalhadores vencer esse novo modelo e que esse sindicato pode ser um sindicato que se reúne uma vez por ano em assembléia e pronto tá acabado a questão salarial, ou questão de trabalho (Ed-6).

3 - Considerações Finais

A partir dos dados fornecidos por nossos entrevistados, foi possível observar vários aspectos que enriqueceram qualitativamente nosso entendimento acerca do processo de conceituação de sindicato. Os relatos a respeito do despertar político, por exemplo, apontam que, para a maioria deles a sensibilidade política foi desencadeada a partir de motivações advindas de condições tanto do trabalho como sociais. O desdobramento dessas motivações foi a necessidade de se organizar, e o sindicato foi o caminho daí decorrente.

As referências às diferenças no conceito de sindicato para eles, do início de sua militância até a atualidade, mostram que este sofreu uma substancial mudança para a maioria dos entrevistados. Tal modificação foi compreendida por eles como resultado do fato de terem, em suas próprias palavras, incorporado aspectos da vida sindical e do coletivo da classe trabalhadora aos seus conceitos iniciais.

Pode-se afirmar, ainda, que a maioria dos entrevistados chegou à militância sindical contando com elementos de uma consciência política já despertada, como se pode observar em sua preocupação por lutar politicamente de forma organizada. No grupo entrevistado, dois ativistas mostraram que já tinham, como definido por nós anteriormente, uma consciência política avançada quando iniciaram sua vida sindical e, ainda assim, acompanhamos em seus relatos uma mudança conceitual, a partir das suas vivências sindicais. Segundo eles próprios, a militância lhes teria dado oportunidade de desvendar aspectos teóricos e concretos ainda por eles desconhecidos sobre a vida sindical e a política em geral.

As funções do sindicato foram reduzidas pelos sujeitos a duas básicas: as econômicas, corporativas, voltadas para as necessidades de sobrevivência, e as políticas, que extrapolariam a venda “mais valorizada” de sua mão-de-obra e perseguiriam uma alternativa de sociedade que resolvesse definitivamente, para todas as pessoas, esta questão. Além disso, nossos entrevistados acrescentaram, ainda, uma lista de lutas sociais necessárias, como as lutas favoráveis à igualdade das mulheres e dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as mobilizações contra a ALCA, a Área de Livre Comércio das Américas e contra o FMI, o Fundo Monetário Internacional. Os entrevistados se referiram, ainda, à necessidade da retomada da conscientização e da mobilização, não apenas das bases sindicais como também dos trabalhadores “como um todo”.

Todos os entrevistados apontaram para a contribuição fundamental da militância sindical para a constituição da sua consciência política, até mesmo aqueles que, como já assinalamos, iniciaram neste movimento contando com uma consciência política cuja forma, em nossa interpretação, é considerada avançada. Para eles, foi a vida sindical que lhes deu elementos para que pudessem diferenciar, dentre todos os atrativos sociais, quais as informações e bandeiras de lutas que mais lhes convinham, a fim de se tornarem

sujeitos históricos condutores de si e lideranças de sua classe social. A partir de suas falas, acreditamos que, de fato, a militância sindical acrescentou aspectos que foram decisivos para a formação de sua consciência de classe, inclusive modificando radicalmente os caminhos e a própria personalidade da(o) militante. Seja com teorizações, ou com ações diretas, ou como resultado da combinação de ambas, o crescimento da consciência política da(o)s ativistas é, a nosso ver, a mais importante contribuição da militância sindical para o desenvolvimento de sua consciência de classe.

Em sua avaliação do movimento sindical, dentre uma série de contundentes críticas, tivemos a oportunidade de também registrar alguns aspectos positivos levantados pelos entrevistados. Aqui eles fizeram algumas análises, entre elas a que diz respeito à relação entre a política sindical e a política em geral. Ainda que alguns entrevistados tenham feito algumas defesas, quase todos eles denunciaram a interferência dos partidos políticos na vida sindical, especialmente no que se refere ao desvio de verbas para campanhas partidárias. Foi ainda bastante criticado o atrelamento dos sindicatos e de suas lideranças aos partidos políticos e às diversas esferas do poder do Estado, atrelamento esse que, segundo eles, tem, inegavelmente, caracterizado o movimento dos trabalhadores.

Ao analisarem as mudanças no movimento sindical, os entrevistados, em sua maioria, acreditam que elas tenham piorado o quadro sindical no Brasil. Alguns participantes da pesquisa, contudo, discordam desta avaliação, assinalando, inclusive, aspectos positivos decorrentes destas mudanças, como o alargamento da visão política da(o)s militantes. No caso dos que foram mais críticos, foi bastante questionado tanto o sindicato “de resultados”, propositivo, ou de “conservação”, como aquela que ainda hoje é considerada a maior central sindical brasileira, a CUT.

Em se tratando das perspectivas, ainda que as avaliações do movimento sindical tenham sido bastante pessimistas, e até mesmo desoladoras, tendo os entrevistados apontado para uma marcante desilusão com relação ao atual quadro sindical, as expectativas para o futuro, de modo geral, foram bastante positivas. Os entrevistados, entre as inúmeras necessidades que, em suas avaliações, devem pautar o movimento em um futuro bem próximo, vislumbram, por exemplo, com certo otimismo, a criação de uma nova central sindical. Esta deverá substituir, ou no mínimo polemizar – no sentido de disputar

espaço –, com a Central Única dos Trabalhadores que, no momento e nas palavras desses militantes, é um braço bastante poderoso do governo federal. Este parece ter sido o motivo derradeiro – diante de um processo que se iniciou ainda na década de 1980 – que, segundo os relatos, a fez cair em um terrível desgaste, perdendo suas características classistas de transformação social⁵⁸, levando-a a arrefecer até nos embates das lutas econômicas com os empresários e, especialmente, com o governo central.

Dentre os fatores que contribuíram para um melhor entendimento das modificações no conceito de sindicato, podemos incluir a formação de uma consciência de classe. Aqui apareceram, de forma predominante, como fatos responsáveis por tais modificações, aqueles motivos ligados à experiência na militância e à formação política. Assim, foram muito ressaltados os estudos teóricos desenvolvidos, a participação em congressos e as ações diretas vividas na militância. De acordo com nossos entrevistados, tiveram também parcela de contribuição para esta mudança, os motivos relacionados às alterações conjunturais e políticas no país. Eles se referiram, ainda, a fatos acontecidos na própria entidade sindical, como a mudança na diretoria do sindicato, que teria deixado de lado as atribuições corporativas e teria assumido tarefas políticas acentuadamente voltadas para a sociedade em geral. Este dado foi tomado por nossos entrevistados como um sintoma representativo de uma tendência atual e hegemônica no movimento⁵⁹.

Os resultados da pesquisa apontam para o fato de que o processo de conceituação de sindicato supõe uma dinâmica que, muito embora não seja única, parte de elementos pessoais/sociais que vão se internalizando. Em seu funcionamento, os elementos considerados “mais” individuais da(o) militante, como suas motivações e preocupações, a partir da militância, começam a incorporar aspectos da vivência do coletivo sindical, do trabalho e da classe trabalhadora. Isto representa, na acepção dos entrevistados, uma ampliação da sua consciência política, no sentido de abraçar lutas de “maior envergadura” da classe trabalhadora, segundo eles. Desta forma, à medida que os elementos sociais se ampliam, ou se avolumam, aprofundando-se no nível social, passam também, gradativamente, a fazer parte do repertório dos sujeitos, se internalizando. Eles passam,

⁵⁸ Na parte teórica deste trabalho, tecemos uma discussão sobre a crise do sindicalismo brasileiro e, em especial, sobre o início do processo de virada de direção ideológica da CUT.

então, a constituir parte do repertório pessoal/social da(o)s militantes que, em muitos casos, passam a ser qualificados pelos aspectos externos, no sentido de que eles transformam e até substituem os aspectos mais individuais.

No sentido acima descrito, a pessoa que tem a sua consciência política despertada, em geral expressa-se, inicialmente, através de elementos voltados prioritariamente para si própria e para os seus familiares. Quando ela percebe a necessidade de se organizar politicamente e inicia a sua militância no sindicato, a sua consciência é despertada para essas lutas corporativas e econômicas, como parece ter acontecido com os entrevistados desta pesquisa. A seguir, as questões da sociedade lhe atingem, tornando-se prioritárias e, finalmente, ela descobre que a origem dos seus problemas, enquanto classe, excede as lutas pontuais que tem empreendido. A partir deste momento, ela volta seus esforços de militância contra o regime que, como observamos nas palavras de alguns entrevistados, é o responsável pelos males que atingem a classe trabalhadora mundial e que engendra a sociedade de classes.

No que se refere à conceituação de sindicato enquanto relacionado à consciência de classe, podemos afirmar que, especialmente para o conjunto dos participantes da pesquisa, no início da militância, o sindicato não possuía um único significado apenas. Isto quer dizer que alguns deles entendiam, naquela época, que a instância sindical seria uma frente de luta para melhorar o seu salário e as suas próprias condições de vida. Para outros, as preocupações que os levaram para a militância sindical estavam ligadas às condições de trabalho e de melhoria de vida para si, mas também para seus companheiros de trabalho. Neste caso, o sindicato era basicamente considerado um órgão para atender as necessidades do grupo de trabalho mais imediato, destacadamente seus aspectos salariais e econômicos. Outros entrevistados, ainda, pensavam em melhorar as condições dos trabalhadores, referindo-se também a uma melhoria para a “sociedade como um todo”. Finalmente, em outros casos, alguns deles mostraram que no início de sua militância possuíam uma consciência não só despertada, mas, poderíamos dizer, até mesmo avançada. Esta condição de consciência os levou a uma organização política de luta, que

⁵⁹ Esta tendência foi discutida na Análise dos Dados da primeira categoria e refere-se ao fato de os sindicalistas se dedicarem às questões sociais, não apenas do ponto de vista político mas também administrativo.

direcionava suas ações para transformar a entidade sindical em um instrumento de luta para a transformação social, de acordo com o que eles mesmos afirmaram.

O conceito atual de sindicato, para o conjunto da amostra, aponta para a predominância de elementos indicativos de preocupações direcionadas não mais para as suas próprias condições de vida e não apenas para o avanço da sua categoria de trabalho, mas extensivas à classe trabalhadora e à sociedade, de modo geral. Como assinalamos em nossos capítulos teóricos, estes dados indicam um considerável avanço na consciência de classe desses militantes, embora ainda não equivalente ao que poderíamos denominar de estágio mais avançado de consciência política. Neste, como apontamos antes, estariam incluídas as preocupações com a classe trabalhadora internacional, bem como com a perspectiva de uma sociedade alternativa à sociedade de classes. Tal sociedade foi referida pela maioria dos nossos sujeitos.

Tentamos, a partir das informações oferecidas pelo grupo investigado, vislumbrar uma espécie de linha vivencial comum entre o processo de conceituação de sindicato e a construção da consciência de classe. Esta, longe de nos parecer linear e determinada, se mostrou permeada por fatores sócio-ideológicos, delineando uma tendência crescente, no sentido de se constituir inicialmente por elementos sociais que vão sendo, aos poucos, com a vivência prática e teórica, ampliados e introjetados. No início da militância sindical, por exemplo, são assumidas atitudes mais orientadas pela diretoria da entidade sindical, que ainda contam com pouca compreensão por parte da(o)s militantes. Porém, à medida que são acrescentadas mais experiências e vivências e eles/elas vão tendo acesso a mais informações através das lutas da militância, das leituras e cursos de formação realizados, essa(e)s militantes passam a entender, pensar e usar, em suas elaborações, elementos que, embora coletivos – isto é, vividos e apreendidos socialmente –, tornam-se também mais pessoais, mais individualizados, o que, a nosso ver, pode apontar para o fato de que os conceitos vão sendo internalizados.

A relação que percebemos entre os processos de conceituação de sindicato e o avançar da consciência político-sindical se deu no sentido de revelar que, em geral, a cada momento de conscientização política equivalem concepções e ações sindicais relativas àquele momento específico. Assim, a(o) ativista já chega à militância sindical com uma

consciência considerada avançada, segundo posturas teóricas por nós desenvolvidas anteriormente, como pudemos observar nos relatos de Ma-1 e de Al-3. As concepções políticas e sindicais, bem como as ações desses militantes, não se voltam preponderantemente para si próprios, para suas famílias, para os grupos imediatos de trabalho, ou, ainda, para a sociedade, mas, antes, assumem, em geral – e isto não quer dizer sempre e em todos os aspectos –, a forma de lutas contra o regime que origina a situação das sociedades de classes. Acreditamos, assim, que, em geral, aos diferentes momentos de consciência política equivaleriam um conjunto distinto de concepções e ações no nível sindical.

Poderíamos, desta forma, afirmar que, através da análise das entrevistas, pareceu-nos que a militância sindical pode, de fato, alterar qualitativamente, tanto o processo de conceituação de sindicato como a conscientização política dos ativistas. No entanto, a modificação que a militância pode produzir pode se restringir exclusivamente a questões de ordem corporativista e sindical. Por outro lado, acreditamos que, se junto com a militância, aos sujeitos for dada, paralelamente, uma boa formação teórica, tanto a militância sindical como a consciência política e o próprio conceito de sindicato podem vir a atingir um potencial de avanço supostamente maior do que apenas a militância em si proporcionaria. Acreditamos, assim, que, aquilo que alguns teóricos, a que nos referimos em capítulos anteriores consideram um avanço, e que foi apontado por nossos entrevistados ao falar sobre o conceito de sindicato e consciência de classe, pode ser, em grande parte, resultado da experiência sindical. Devemos ter presente, contudo, que os entrevistados se referiram à participação regular em diversas atividades teóricas, como seminários, grupos de estudos e cursos, concomitantemente à militância sindical. Desta forma, poderíamos falar em uma relação em que ambas, consciência e militância sindical, se auto-influenciam em suas trajetórias e sofrem uma influência direta da formação política teórica.

No que se refere à segunda categoria de análise, cujo objetivo foi pontuar características relativas aos perfis sindicais, pudemos observar que a nossa amostra questiona o perfil da maioria dos militantes e sindicalistas brasileiros. Segundo os nossos entrevistados, importantes características encontradas na “maioria dos militantes e sindicalistas” estariam mais próximas do que eles identificaram como uma concepção política social-democrata. Esta concepção supõe um conjunto de princípios que inclui

táticas e bandeiras de lutas sindicais que mais se ajustam à lógica trazida pela reestruturação produtiva e pelas políticas do neoliberalismo para o país e, mais especificamente, para a esfera sindical. Tal lógica, entre as muitas e profundas modificações político-econômicas que dela resultaram, fortaleceram especialmente o sindicalismo de consertação e propositivo. As características desenvolvidas por este tipo de sindicato, como já assinalamos, são muito diferentes – e podem ser consideradas até mesmo antagônicas – das que compõem o perfil de enfrentamento que caracterizou o movimento sindical em épocas passadas⁶⁰ e que ainda hoje é representado por uma pequena parte dos militantes do movimento sindical brasileiro, como pudemos observar nos depoimentos de nossos entrevistados.

Na fala dos nossos entrevistados, podemos descortinar muitos problemas que se apresentam às vivências da militância sindical, entre eles os problemas da atual conjuntura política, em que foi mencionada a premente necessidade de mobilização contra as reformas sindical, trabalhista e universitária que, como apontam nossos entrevistados, o governo tem, a todo custo, tentado aprovar e, segundo eles, é um poderoso fator de prejuízo para os trabalhadores. Foram sugeridas, entre outras frentes de lutas, mobilizações sindicais e populares contra a ALCA e o FMI, bem como contra as obras de transposição do rio São Francisco e as lutas em favor do meio ambiente.

Um outro fator de preocupação mencionado pelos entrevistados foi a forte desmobilização dos trabalhadores que, segundo eles, não é um problema localizado apenas nas suas bases sindicais, mas que está generalizado em todo o país e até mesmo em todo o mundo.

Os sujeitos denunciaram também o preconceito contra grupos de militantes sindicais e, neste caso, segundo eles, as mulheres são as maiores vítimas de discriminação, inclusive dentro das próprias instituições sindicais e partindo dos próprios companheiros sindicalistas.

A estrutura sindical brasileira que, nas palavras dos nossos entrevistados, ainda limita as ações dos nossos sindicatos, foi bastante criticada. Todos eles afirmaram a

⁶⁰ Estamos nos referindo aqui às décadas de 1970 e 1980, quando se desenvolveu o que se convencionou chamar de Novo Sindicalismo.

necessidade de mudá-la a curto prazo, em favor de uma estrutura mais aberta a outros tipos de organização que contemplem as diversas condições dos trabalhadores, como os desempregados e os subempregados. Uma nova estrutura deveria, portanto, ser, segundo eles, mais democrática, menos centralizadora e, especialmente, mais voltada para o fortalecimento político das bases sindicais.

No que se refere à relação entre os aspectos que comporiam um perfil sindical e a consciência de classe, se tomarmos como referência as características atribuídas a si próprios pela maior parte dos entrevistados, podemos afirmar que eles apontaram características que referendam tanto uma consciência de classe avançada como aspectos que, a nosso ver, podem estar relacionados a um perfil sindical classista e, nas palavras de alguns deles, revolucionário, tendo em vista que a maior parte dos entrevistados mencionou a importância de uma transformação social. Ao se referirem aos seus sonhos políticos, por exemplo, para a maioria deles, estes estavam direcionados para a construção de uma sociedade “socialista”. Em alguns relatos, os sonhos representavam seus anseios de ver uma sociedade melhor para todos, além de mais livre dos preconceitos e do racismo.

Quando os entrevistados apontaram características importantes que consideraram “positivas e negativas” em si e nos outros sindicalistas, dentre as características “positivas” e que, a nosso ver, estão associadas à natureza do perfil sindical classista, eles apontaram, entre outras características: classista; anticapitalista; revolucionário; visando a transformação social; dedicação ao trabalho de base; experiência de luta de classe, oportunizada pelo movimento sindical; combatividade; radical nas posições contra representantes de outra classe social; independente do patrão e do governo; ir para o confronto; destemido; só fazer aliança com a base da categoria.

Algumas outras características “positivas” apontadas pelos entrevistados, consideradas mais pessoais e que, a nosso ver, embora incidam na militância, são, em parte, independentes dos perfis sindicais, foram: dedicação à luta sindical; ativo; determinado; não esmorecer diante das dificuldades da militância; éticos; possuidores de honestidade política; incorruptíveis; se expor socialmente enquanto sindicalista ou militante.

No que diz respeito, mais especialmente, aos demais sindicalistas – muitas vezes referidos por eles como “a maioria” –, nossos entrevistados apontaram, entre outros,

os seguintes aspectos por eles considerados “negativos”: aliancistas; aliados do poder e atrelados ao patrão, ao governo e aos partidos⁶¹; opção pelo não confronto; não investimento dos líderes na transformação social.

Além das características acima, os entrevistados fizeram algumas fortes acusações à “maioria da(o)s sindicalistas”, que entendemos como pessoais, entre elas: oportunistas; carreiristas; maus trabalhadores; desonestos; sem ética; pelegos; degenerados; autoritários; cupulistas (valorizam as cúpulas, as autoridades); reprodução dos vícios burgueses; utilização da máquina sindical; e, ainda, radicais, intransigentes e sectários.

A partir dos relatos dos entrevistados a respeito dos aspectos característicos da(o)s sindicalistas e militantes brasileira(o)s que relacionamos a possíveis perfis, pudemos perceber que não existe uma “identidade sindical brasileira” única. Daí compreendemos a necessidade de assumirmos a pluralidade do termo e falarmos em “identidades” que coexistem no movimento de organização dos trabalhadores brasileiros. No entanto, os dados obtidos nos permitiram apontar alguns elementos importantes que compõem certos perfis sindicais.

Tivemos oportunidade, por exemplo, de observar a persistência de uma série de características ligadas a um conjunto de princípios, cujas concepções são basicamente anticapitalistas, isto é, voltadas para a luta pela transformação social. Neste sentido, alguns dos nossos entrevistados se afirmaram envolvidos na construção de uma sociedade socialista e voltados para o trabalho com as bases sindicais e para formas de enfrentamentos e confronto com autoridades do governo e estatais. Supomos que tais características poderiam estar relacionadas com o perfil classista que foi assumido pela maior parte dos nossos entrevistados.

As falas dos entrevistados apontaram para a existência também de um outro possível perfil sindical, em que as características de seus representantes poderiam estar supostamente ligadas a uma identidade mais próxima das políticas adotadas pela social-democracia. Tais características corresponderiam mais às necessidades e exigências

⁶¹ O atrelamento ao partido parece também independe do perfil sindical, já que aparece na maioria dos militantes e foi criticado pela maioria dos nossos sujeitos.

impostas por toda a conjuntura econômica e política que se configurou a partir da reestruturação produtiva em nosso país. As referidas características foram reconhecidas por muitos dos nossos entrevistados como pertencentes à tendência social-democrata que, por sinal, é vista por eles como hegemônica no movimento sindical brasileiro. Destacamos, entre algumas das características que compõem este perfil sindical, as posições intermediárias entre patrões e trabalhadores e as atitudes participativas e de negociação com as cúpulas estatais e empresariais.

IV - CONCLUSÕES

Nessa pesquisa pudemos verificar que as vivências sindicais proporcionaram significativas modificações nas concepções políticas dos militantes por nós investigados. Observamos que estas vivências acrescentaram elementos sócio-ideológicos da experiência prática, alterando qualitativamente o conceito inicial de sindicato da(o) militante. Percebemos, ainda, que estas mudanças estavam relacionadas às modificações ocorridas na própria consciência política da(o)s militantes.

Nos depoimentos dos entrevistados, pudemos observar que a busca pelo sindicato tinha para eles inicialmente o sentido de tentativa de resolução das próprias dificuldades, ou referia-se a questões corporativas, econômicas e sindicais ou, ainda, buscava possíveis modificações na estrutura social, tais como as melhorias trazidas pelas eleições de pessoas mais próximas da classe trabalhadora. Estes elementos, com a militância sindical, foram sendo substituídos por outros mais direcionados para a melhoria da classe trabalhadora como um todo. Percebemos também que, à medida que os sujeitos se envolvem mais profundamente com a vida sindical, são acrescentados aspectos do coletivo da classe trabalhadora ao seu repertório social e interno. Isto pode ser apreendido a partir da forma como compararam suas estratégias de ação política anteriores com as atuais, os diversos momentos de reelaboração do conceito de sindicato, bem como as modificações nas funções, lutas e bandeiras sindicais e nos demais aspectos ligados à militância sindical. Em todos os entrevistados, mesmo naqueles que, no início da militância, possuíam aquilo

que vimos denominando uma consciência política avançada, o conceito de sindicato a que inicialmente se referiram se modificou para incluir elementos com um sentido político mais abrangente.

A militância sindical, portanto, parece ter acrescentado elementos “mais coletivos”, que definimos como mais voltados para os grupos sociais mais extensos, aos seus primeiros conceitos de sindicato, que estavam mais voltados para a própria pessoa da(o) militante. Assim, as tarefas, funções e aspectos ligados à vida sindical, ao se modificarem, ampliaram-se, incorporando elementos do coletivo da classe trabalhadora, o que parece levar a uma ampliação também da própria consciência de classe. Desta forma, os sujeitos passaram a assumir lutas politicamente mais extensas, ou de “maior envergadura da classe trabalhadora”, nas palavras de alguns dos entrevistados. Em todos os casos, pudemos perceber, pelos seus relatos, que foram incorporados elementos da conjuntura e da experiência sindical que ainda não faziam parte da sua consciência política.

No que se refere, ainda, à relação entre os processos de conceituação de sindicato e de conscientização política, o fato de alguém ter apenas se iniciado no processo de organização sindical não significa que ele mostre necessariamente uma conscientização correspondente às primeiras fases de conscientização política, já que ela(e) pode tê-la desenvolvido a partir de outras formas de participação política, como pudemos observar em nossos entrevistados. Esta relação não supõe também uma condição permanente, já que, a qualquer momento, um dos processos pode estacionar – e, solapado pela conjuntura política, poderá até mesmo regredir – e o outro poderá continuar em percurso ascendente.

Uma outra questão que os dados nos permitiram esclarecer diz respeito à importância que assume, junto à militância, sua formação política. Percebemos que esta, em conjunto com os aspectos por ela introduzidos, tornam-se fundamentais para o avanço, tanto do conceito de sindicato como da consciência política. Cabe à formação política, pelo que entendemos, não permitir que a consciência política e o conceito de sindicato fiquem estacionados em um determinado momento, ou mesmo regridam, devido a pressões conjunturais advindas, por exemplo, de um retrocesso político, ou de significativos fracassos decorrentes da luta.

Sem a pretensão de esgotarmos essa questão, podemos afirmar que, de acordo com os relatos dos nossos entrevistados, os percursos dos processos de construção do conceito de sindicato e da consciência política não ocorrem de forma linear, nem regular e nem necessariamente ascendente, como suas falas nos indicam. Pudemos perceber que estes são movimentos complexos, pessoais – no sentido de cada pessoa ter o seu próprio processo e ritmo – e, muitas vezes, inusitados. O nosso esforço por entendê-los mostrou que esses processos, a despeito da tendência de crescimento, podem estacionar e até mesmo regredir e, em todos estes casos, é fundamental o papel desempenhado pela formação política, no sentido de influenciar um possível avanço.

Podemos afirmar que existem diferentes perfis de militantes e sindicalistas, podendo estes estar ligados a diferentes identidades, que permeiam o movimento de organização dos trabalhadores brasileiros. A este respeito, podemos apontar algumas características que parecem estar relacionadas aos dois tipos de perfis sindicais bastante diversos um do outro e até mesmo antagônicos. Um desses tipos se refere a uma atuação sindical mais acomodada às políticas da conjuntura atual do neoliberalismo, cuja concepção inclui mecanismos que visem menos perdas dos direitos trabalhistas, como a diminuição do desemprego. Para tal, os militantes com este perfil político adotam, entre outras, táticas defensivas e de negociação com as autoridades e de participação nos setores empresariais e do Estado. Tal perfil foi identificado pelos nossos entrevistados, a partir das características que apresenta, como ligado à tendência social-democrata.

Ao contrário do perfil político mencionado acima, as características apresentadas pelos participantes da pesquisa, indicam um outro perfil de identidade sindical, mais ajustado a um movimento de confronto com o capital e com as suas autoridades, inclusive visivelmente identificado com as bandeiras de luta e com o estilo político que constituiu o Novo Sindicalismo no Brasil. Para a maior parte dos nossos entrevistados, as suas concepções e as suas táticas de oposição e ataque ao poder instituído, entre outras formas de vivenciar a militância, insinuam uma tendência que possivelmente pode estar relacionada com um perfil de identidade sindical classista. Em um sentido contrário às características por eles apontadas na maioria da(o)s militantes sindicais, nossos entrevistados demonstraram uma concepção sindical que reivindicam chamar de

revolucionária, por precisamente entenderem e vivenciarem o sindicato como um instrumento da luta de classes e de transformação dessa sociedade, entre outros aspectos.

Como podemos ver, esta pesquisa, deixa algumas respostas em aberto – até porque nos parece que é o caminhar da classe trabalhadora que irá reformulá-las, mas não fechá-las –, mas também nos trouxe algumas outras questões, que sugerimos para próximos trabalhos. Uma delas é a busca de elementos mais específicos que possam melhor caracterizar as possíveis identidades sindicais que permeiam o movimento de organização dos trabalhadores brasileiros. Outra questão que nos aguçou a curiosidade, e que pensamos valeria a pena estudar de forma mais profunda diz respeito ao preconceito com relação à mulher, em geral, e a homens militantes e sindicalistas de determinados grupos e classes sociais. Denunciado pelos entrevistados, o preconceito nos pareceu fazer parte da realidade sindical, o que vai contra as lideranças que buscam uma vida mais livre de preconceitos e injustiças.

Podemos concluir com algumas indagações como: A partir dos inúmeros problemas que debilitam a força do movimento sindical, como nossa estrutura sindical atual, preconceitos dentro dos próprios sindicatos e o movimento de reestruturação do capital, o que podem fazer a(o)s sindicalistas brasileira(o)s? Como romper o retrocesso no movimento sindical a que nos referimos e refazer ou reconstituir um percurso que fortaleça os traços de uma forte identidade sindical e de classe? Sem a preocupação de apresentar uma única e definitiva resposta para estas questões, os dados que nos foram fornecidos na pesquisa apontam que, no momento, a maioria das lideranças do movimento dos trabalhadores no Brasil se acomodou às exigências da moderna conjuntura política e econômica e as lutas sindicais atuais parecem estar estritamente circunscritas em torno dos ditames neoliberais. Cabe assinalar, no entanto, que uma pequena parte de militantes – incluindo-se aí alguns grupos de oposição sindical – apresenta características que poderiam constituir o que chamamos de um perfil sindical de confronto com essa moderna conjuntura política e econômica atual.

Em se considerando os depoimentos dos entrevistados e, ao contrário do que temos observado na realidade sindical brasileira, a crise de representação do movimento sindical não poderá ceder frente às pressões das políticas de negociação com o capital que

lhe dita, importantes políticas como por exemplo, a política de qualificação profissional. Esta, em nosso entendimento, visa transformar os sindicatos em balcões de serviço e representa uma nova roupagem do assistencialismo. O grande desafio do sindicalismo é, acreditamos, recuperar a identidade de classe e, acrescentamos, a identidade sindical. Esta, embora se reporte, por vezes, a marcos históricos, deverá se apresentar com uma outra roupagem, nova sim, mas não travestida do reformismo ou ditada pelas políticas do neoliberalismo. Antes, ela deve, a nosso ver, reassumir o enfrentamento com o capital e sua lógica.

Segundo os nossos entrevistados, a conjuntura está desfavorável, mas também plena de possibilidades para a classe trabalhadora. Acreditamos, com base nos fatos que têm surgido, e nas perspectivas apresentadas pelos nossos entrevistados, que o movimento de organização dos trabalhadores no Brasil, além de ter ainda muito caminho pela frente, tem também elementos de suma importância a reconstruir em favor da sua própria luta. Neste sentido, entendemos que os aspectos que servem para entravar o avanço dos sindicatos no Brasil vão dialeticamente aguçar as contradições até que elas se tornem incontornáveis, quando então se transformarão em pontos de mutação e, neste caso, uma ampla mobilização das forças trabalhadoras poderá surgir no sentido de transformá-los. Concluimos, deixando como reflexão, a visionária frase de MARX & ENGELS (1977): “A classe operária deve saber que o sistema atual, mesmo com todas as misérias que lhe impõe, engendra simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade” (p.377).

V - BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, LOUIS (1999). *Sobre a reprodução*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- _____ (1985). *Aparelhos ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)*. Rio de Janeiro: Graal.
- ALVES, Giovanni. (2001). *Toyotismo e neocorporativismo no sindicalismo do século XXI*. **Revista do Instituto Socialista Outubro**, São Paulo, n.5, p.47-58.
- ALVES, Giovanni (2000). *O novo (e precário) mundo do trabalho reestruturação produtiva e crise no sindicalismo*. São Paulo: Boitempo.
- AMARAL, Ângela (2001). *Qualificação, sociedade civil e desidentidade de classe: os desafios para o sindicalismo*. **Revista do Instituto Socialista Outubro**, São Paulo, n.5, p.29-45.
- ANTUNES, R. (1992). *A rebeldia do trabalho: O confronto operário no ABC Paulista: as greves de 1978/80*. 2ª ed. Campinas: UNICAMP.
- _____, Ricardo. (1997). *Neoliberalismo, trabalho e sindicatos reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra*. 4ª ed. São Paulo: Boitempo.
- _____, Ricardo. (1988). *Classe operária, sindicatos e partido no Brasil da revolução de 30 até a Aliança Nacional Libertadora*. São Paulo: Cortez e Ensaio: autores associados.
- _____, Ricardo. (1999). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 6ª. ed. São Paulo: Cortez; Campinas: UNICAMP.
- _____, Ricardo (1999). *Os sentidos do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- ARAÚJO, Ângela. *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra* (2002). São Paulo: Boitempo
- BAKHTIN. (2002). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10ª ed. São Paulo: Hucitec.
- BAUMAN, Zygmunt (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BESSE, Guy e CAVEING, Maurice (s.d.). *Politzer princípios fundamentais de filosofia*. São Paulo: Hemus.
- BIHR, Alain (1998). *Da grande noite à alternativa o movimento operário europeu em crise*. São Paulo: Boitempo.
- BLASS, Leila. Novo Sindicalismo: persistência e descontinuidade. Em: RODRIGUES, I. (org.) (1999). *O novo sindicalismo - vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes. pp.33-49.

- BOITO, Armando. (1991). Reforma e persistência da estrutura sindical. In: BOITO, Armando (org), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, (1999). *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã.
- _____, Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil. (Em ARAÚJO, 2002). *Do corporativismo ao neoliberalismo. Estado e trabalhadores no Brasil e na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo.
- BRAGA, William (2002). *Subjetividade e trabalho: reestruturação produtiva e o papel da mídia na construção da identidade operária no Brasil*. ALAIC – GT Comunicação e Estudos socioculturais.
- BRAVERMAN, Herry (1987). *Trabalho e capital monopolista. A degradação do trabalho no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan s. a.
- BRANDÃO, Helena (2004). *Introdução à análise do discurso*, 2ªed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP.
- CARVALHAL, Terezinha. A questão de gênero sob a perspectiva sindical. *PEGADA ELETRÔNICA*, outubro, 2000. V.1, N.1 ISSN 1676 – 3025.
- CASTELLS, Manuel (2002). *O poder da identidade A era da informação: economia, sociedade e cultura*. V.2. 3ªed. São Paulo: Paz e terra.
- CRUZ, Antônio (2000). *A janela estilhaçada – a crise do discurso do novo sindicalismo*. Petrópolis: Vozes.
- DIAS, Everardo (1977). *História das lutas sociais no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alfa-ômega.
- DIJK, Teun (2000). *Cognição, discurso e interação*. 3ªed. São Paulo: contexto.
- DOOLEY, R. & LEVINSON, S. (2003). *Análise do discurso: conceitos básicos em lingüística*. 2ªed. Petrópolis: Vozes.
- ENGELS, Friedrich (1979). *Anti-Dühring*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- ELIA, Luciano (2004). *O conceito de sujeito*. Rio de Janeiro:Zahar.
- FAUSTO, Boris. (2000). *Trabalho urbano e conflito social*. 5ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- FERREIRA, Maria Luiza. (1965). *Formação e desenvolvimento de conceitos*. Rio de Janeiro: Nacional de Direito.
- FOOT & LEONARDI. (1982). *História da indústria e do trabalho no Brasil*. São Paulo: Global.

- FREDERICO, Celso (1979). *Consciência operária no Brasil. (Estudo com um grupo de trabalhadores)*. 2ª ed. São Paulo: Ática.
- FAIRCLOUGH, Norman (2001). *Discurso e mudança social*. 6ª ed. Brasília: UNB.
- FROMM, E. (1986). *O conceito marxista de homem*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- HALL, Stuart (2002). *A identidade cultural na pós-modernidade*. 7ª ed. Rio de Janeiro: DP& A.
- HOLLOWAY, John (Compilador) (2004). *Clase Lucha: antagonismo social e marxismo crítico*. Buenos Aires: Herramienta.
- HORTA, C. R. & CARVALHO, Ricardo. *Globalização trabalho e desemprego um enfoque internacional*, Belo Horizonte: C/Arte.
- HUBERMAN, Leo (1986). *História da riqueza do homem*. 19ª ed. Trad. Waltensi Dutra. Rio Janeiro: Zahar.
- IASI, Mauro. (1999). *Uma reflexão sobre o processo de consciência*. São Paulo: Centro de Pesquisa Vergueiro.
- LENIN, V.I. (1979). *Sobre os sindicatos*. São Paulo: Ciências Humanas.
- LENIN, V.I. (1979). *Que Fazer?* São Paulo: Hucitec.
- LESSA, Sergio. (1995). *Sociabilidade e individuação*. Maceió: EDUFAL.
- LESSA, Sergio. (2002). *Mundo dos homens trabalho e ser social*. São Paulo: Boitempo.
- LOPES, José Sérgio coord. DUARTE, et alli. (1986). *Cultura e identidade operária – aspectos da cultura da classe trabalhadora*. Rio de Janeiro: Marco Zero editora da UFRJ.
- LUKÁCS (1989). *História e Consciência de classe*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Elfos..
- MAINGUENEAU, Dominique (1989). *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas, São Paulo: Pontes, Ed. Universidade estadual de Campinas.
- MATTOS, Marcelo Badaró (1998). *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura.
- MARX, Karl (1988). *O capital*. Vol. I, 3ª ed. Col. Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural.
- MARX, Karl. (1982) *Para a crítica da economia política*. Trad. De Edgard Malagodi et al. São Paulo: Abril Cultural.
- MARX & ENGELS (1977). *Salário preço e lucro*. In: Texto 3, São Paulo: Sociais.
- MARX & ENGELS (1996). *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec.
- MASCARENHAS, Ângela – *Heterogeneidade e Fragmentação – como se compõe Uma Identidade Política da Classe Trabalhadora?* In: XXII ENCONTRO NACIONAL DA ANPOCS - GT Trabalhadores, Sindicalistas e Política.

- MOTA, Ana Elizabete (org) (2000). *A nova fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social*. 2ª ed. São Paulo: Cortez.
- NETO, Genaro Ieno. (2001). Os desafios do movimento sindical hoje: algumas indagações. In: HORTA, C. R. & CARVALHO, Ricardo. *Globalização trabalho e desemprego um enfoque internacional*, Belo Horizonte: C/Arte.
- NORONHA, Eduardo. (1991). A explosão das Greves na década de 80. In: BOITO, Armando (org), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*, Rio de Janeiro: Paz e Terra. pp. 95-135.
- NÓVOA, J.(1996). Orfandade e Herança dos trabalhadores e a miséria de sua ideologia. In: *Olho da História: Revista de História Contemporânea*, n.4, julho.
- OLIVEIRA, Roberto. (1976). *Identidade, etnia e estrutura social*. São Paulo: Pioneira de Ciências Sociais.
- ORLANDI, Eni (1987). *A Linguagem e seu funcionamento: as formas de discurso*. 2ªed. Campinas, São Paulo:Ponte.
- _____ (1989). *Vozes e contrastes: discurso na cidade e no campo*. São Paulo: Cortez.
- _____ (2005). *Análise do discurso. Princípios e procedimentos*. Campinas, São Paulo: Pontes.
- OSSOWSKI, Stanislaw (1964).*Estrutura de classe na consciência social*. Rio de Janeiro; Zahar.
- PARANHOS, Adalberto (1999). *O roubo da fala. As origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Jinkings Editores Associados.
- RAINHO, Luís Flávio (1980). *Os peões do grande ABC. Estudo sobre as condições de vida e consciência de classes do operário metalúrgico (sem especialização e semi especializado) ligado à indústria automobilística*. Petrópolis: Vozes.
- REUTER, Yves (2002). *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração*. Rio de Janeiro; Difel.
- ROCHA, C. Maria Lúcia (1994). *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de janeiro: Rocco.
- RODRIGUES, Albertino (1979). *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Símbolo.
- RODRIGUES, I. (org.). (1999).*O novo sindicalismo - vinte anos depois*. Petrópolis: Vozes.

- RODRIGUES, I. (1991). As comissões de empresa e o movimento sindical. Em BOITO, Armando. (1991). (org), *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Pp.139-170.
- RODRIGUES, Leôncio. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In: SANTANA, Marco Aurélio. Política e história em disputa: o “Novo Sindicalismo” e a idéia da ruptura com o passado. Em: RODRIGUES, I. (org.). *O Novo Sindicalismo vinte anos depois*. (1999). Petrópolis: Vozes. Cap. 7, pp.133-161.
- RUMMERT, Sonia (2000). *Educação e identidade dos trabalhadores: as concepções do capital e do trabalho*. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto.
- SMOLKA, Ana Luzia & GÓES, Maria Cecília ORG.(1995). *A linguagem e o outro no espaço escolar*. Vygotsky e a construção do conhecimento. 4ª ed. Campinas, São Paulo: Papyrus.
- SCHÜRMAN, Francisca A .(1998). *Sindicalismo e democracia: os casos do Brasil e do Chile*. Brasília: Universidade de Brasília.
- SILVA, Tadeu. (2000). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. org. HALL, Stuart & WOODWARD, Hathryn Petrópolis, RJ: Vozes.
- SINDPDRJ - *História do Sindicalismo no Brasil – séc.20* (abril 2000). Textos para estudos Assessoria de formação.
- VIANNA, Luiz Werneck (1978). *Liberalismo e Sindicato no Brasil* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- _____, Luiz Werneck (1999), 4ª ed. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Universidade Federal Minas Gerais.
- VIEIRA, Josênia & SILVA, Denise (org) (2003). *Práticas de Análise de discurso*. Brasília: Plano, Oficina Editorial do Instituto de Letras, UNB.
- VYGOTSKY, (1991). *Pensamento e linguagem*. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes.
- WEBER, H. (1977). *Marxismo e consciência de classe*. Lisboa: Moraes.

VI – ANEXOS



UFRJ – UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CFCH – Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP – Instituto de Psicologia
EICOS – Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

Este questionário é a primeira etapa de uma pesquisa com militantes sindicais.

Desejamos saber sua opinião sobre determinadas questões relacionadas ao movimento sindical. Caso você deseje complementar suas respostas, utilize o verso da folha.

Agradecemos muito a sua valiosa colaboração.

Nome:.....Telefone.....

Profissão:Sindicato.....

Tempo de militância: Como base..... Como direção.....

Data de aplicação:...../...../2004

1 - Para você, Sindicato é

.....
.....

2 - As principais funções do sindicato são:

1º

2º

3º

3 - No início da sua militância, para você, sindicato era

.....
.....

4 - O(s) fato(s) que levou(aram) você a mudar o conceito de sindicato do início da militância até hoje **Nenhum** ()

1º

2º

5 - O movimento sindical no Brasil tem mudado...

() Discordo () Está melhor Está pior () Porque

.....
.....

6 - Quais as características (positivas e negativas) que você observa na maioria dos (as) sindicalistas?

.....
.....

7 - Como sindicalista, você é

.....
.....

8 - Como são os (as) sindicalistas brasileiros (as)?

.....
.....

9- Que relação você vê entre militância sindical e política em geral?

.....
.....

10 - No início da sua militância, você entendia que os sindicatos deveriam priorizar as lutas

.....
.....

11- Atualmente você entende que os sindicatos devem priorizar as seguintes lutas

.....
.....
.....

Porque

.....
.....
.....

12 - Consciência de classe é

.....
.....
.....

13 - Você acredita que a sua militância sindical contribuiu para a construção da sua consciência de classe? Em quê?

.....
.....
.....

ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

IDENTIFICAÇÃO

Nome:..... Tel:.....

Cidade/Estado.....Ano do início da militância:.....

Ano do início da primeira gestão como diretor(a) sindical:.....

Sindicato ou grupo de oposição (caracterizar o sindicato)

I- Construção do Conceito de Sindicato

1. Conceito inicial de sindicato (início da militância)
2. Conceito atual de sindicato
3. Mudança no conceito de sindicato (fatos contribuintes)
4. Lutas sindicais a serem empreendidas no início da militância e atualmente
5. Funções do sindicato (início da militância e atualmente)
6. Fatos responsáveis pela mudança no conceito, nas lutas e nas funções do sindicato

II- Perfil Sindicalista

- 1- Falar sobre a pessoa do militante
- 2- Como via os sindicalistas, início militância (quem eram eles)
- 3- Como vê os sindicalistas na atualidade
- 4- Quem são sindicalistas brasileiros
- 5- Características positivas e negativas dos sindicalistas
- 6- Fatos que contribuíram para a diferença entre as formas que via e que vê os sindicalistas

III- Relação Militância Sindical e Consciência de Classe

- 1- Relação entre militância e política geral (início da militância)
- 2- Lutas que o sindicato deve empreender fora do âmbito sindical
- 3- Falar sobre o sindicalismo brasileiro
- 4- Diferença na consciência política (do início da militância até hoje)
- 5- Fatos contribuintes para a diferença na consciência política